#### **Grupo Acompanhamento Conjuntura Nacional**

Conjuntura Política - março 2018

Coletânea de textos publicados no mês de janeiro para discussão da situação nacional no Comitê de Apoio à Democracia e Estado de Direito

#### Org. Paulo Timm- paulotimm.gmail.com

#### Porto Alegre RS

O objetivo desta coletânea, que terá periodicidade mensal, é o de reunir informações qualificadas e suscitar a reflexão e o debate sobre a conjuntura política e econômica, sem se posicionar sobre ela. Por este motivo, são reunidos artigos de fontes variadas e de posicionamentos diversos

Benedito Tadeu Cesar – Coordenação Comitê

### MARCO AURÉLIO CANÔNICO

# Rio, Haiti, Araguaia

RIO DE JANEIRO - A ação militar brasileira no Haiti foi um ensaio para a intervenção no Rio. Esta, por sua vez, é um laboratório para o Brasil. À luz desse raciocínio, enunciado pelas Forças Armadas, vale ouvir o que pensa o general Augusto Heleno, ex-comandante das tropas nacionais no país caribenho.

"A hora em que começarem as operações pontuais [do Exército no Rio], vai aparecer um monte de cara chiando sobre direitos humanos. Se os humanos direitos não têm direitos humanos, primeiro temos que consertar isso", disse o general, hoje na reserva, em seminário sobre segurança pública realizado nesta quarta (7), na Escola Superior de Guerra, no Rio.

"O verbo da missão é eliminar. Ou bota na cadeia, ou mata", continuou Heleno. Botar na cadeia tem um problema, no entanto: "Não adianta prender o traficante e, dois dias depois, uma audiência de custódia soltar". Com isso, resta só uma opção.

Para o general, o Brasil está pres-

tes a virar um narcopaís, mas isso pode ser evitado resgatando as lições de um dos piores episódios da ditadura. "A Colômbia ficou 50 anos em guerra civil porque não fizeram o que fizemos no Araguaia", disse, sendo vivamente aplaudido pelo auditório predominantemente militar.

O que o Exército fez no Araguaia foi executar mais de 40 guerrilheiros detidos. Crime, mesmo em tempos de guerra. Mas, para isso, também há solução: "Nosso ordenamento jurídico precisa de patriotismo para acelerar determinadas providências e permitir que a gente tenha resultados que nos animem a retomar o protagonismo do Estado no uso da violência."

Pode-se argumentar que, estando na reserva, o general não fala pelas Forças Armadas. Sua bem-sucedida carreira e a calorosa recepção que seus pontos de vista tiveram entre a plateia de militares da ativa, no entanto, mostram que o ovo da serpente está colocado, novamente.

marco.canonico@grupofolha.com.br

### A Pós-Verdade e seu tempo político

HTTPS://OUTRASPALAVRAS.NET/CAPA/PARA-COMPREENDER-A-POS-VERDADE-E-SEU-TEMPO-POLITICO/

**CHRISTIAN DUNKER** 



Mais que mera consagração do cinismo no poder, ela é fruto de um capitalismo bruto, que rompeu a aliança com multiculturalismo, diversidade e o politicamente correto

Por Christian Dunker | Ilustração: Yue Minjun, Execution (2013)

#### MAIS:

O texto a seguir é a primeira parte do artigo Subjetividade em tempos de pósverdade, de Christian Dunker

Compõe, com artigos de Vladimir Safatle, Christovão Tezza, Julián Fuks e Márcia Tiburi, o livro:

Ética e Pós-Verdade, da Editora Dublinense (Porto Alegre, 2017) 144 páginas, R\$ 39,90 (descontos entre 25% e 60% para participantes de *Outros Quinhentos*)

Nos anos 1990, Woody Allen dizia que o mundo podia ser horrível, mas ainda era o único lugar onde se poderia comer um bife decente. Nos anos 2000, Cyfer, o personagem de *Matrix* que decide voltar para o mundo da ilusão, declara: "a ignorância é uma bênção". Portanto, não deveríamos nos assustar quando o dicionário Oxford declara o termo "pós-verdade" a palavra do ano de 2016. Uma longa jornada filosófica e cultural foi necessária para que primeiro aposentássemos a noção de sujeito, depois nos apaixonássemos pelo Real,

para finalmente chegar ao estado presente no qual a verdade é apenas mais uma participante do jogo, sem privilégios ou prerrogativas.



O que entender por verdade quando se lhe acrescenta este prefixo que a aposenta: a pós-verdade? A pergunta parece ser uma reedição da controvérsia dos anos 90 acerca da natureza do pós-modernismo. Naquela ocasião, tratava-se de entender principalmente um fenômeno estético, proeminente da arquitetura; ele se afigurava como uma desestabilização da noção de gênero e das prerrogativas canônicas do modernismo da Bauhaus e Mies Van der Rohe. Na literatura, ele se exprimiu basicamente pela combinação de certo niilismo com a valorização de narrativas que exprimiam posições de minorias como em Paul Auster ou David Foster Wallace. Interpretado por teóricos da literatura, o fenômeno parecia ser uma nova maneira de criticar a forma romance.

Lido por filósofos como Lyotard, ele descrevia um novo estilo argumentativo, marcado por narrativas comprimidas e por jogos de linguagem. Harvey e Anderson quiseram ver que tal acontecimento indicava uma nova organização do capitalismo, que precisava justificar em termos sociais a flexibilização de relações laborais, a redução dos vínculos formais e a deslocalização da produção. Guidens desdobrou o problema para a necessidade

de identidades flexíveis, e Pierre Lévytrouxe a ideia de um novo tipo de organização cognitiva trazido pela disseminação da vida digital. Depois da morte do autor, delineada por Barthes nos anos 60, tínhamos nos anos 80 a morte do sujeito, como crítica das filosofias da consciência, da soberania ou da representação, que nos apresentavam, em nome deste falso universal, variações particulares de subjetividades específicas: branca, ocidental, masculina, acadêmica, economicamente privilegiada.

Defenderei aqui a ideia de que a pós-verdade, longe de ser um aprofundamento do programa cultural e político do pós-modernismo, é uma espécie de reação negativa a esta. A pós-verdade é o falso contrário necessário do pós-modernismo. Como se o politicamente correto, o relativismo cultural e a mistura estética tivessem gerado uma espécie de reação nos termos de uma demanda de real, de um retorno aos valores orgânicos e suas pequenas comunidades de consenso. Como nos romances policiais nos quais é necessário existir um suspeito que não é o verdadeiro assassino. Há um lugar necessário para o falso assassino, que torna possível toda a investigação. Podemos pensar agora em um análogo, mas como se fosse um oposto que não é o verdadeiro oposto, mas que se torna necessário para descobrirmos o que verdadeiramente está sendo negado.

A pós-verdade seria então uma espécie de segunda onda do pós-modernismo. Sua consequência é ao mesmo tempo lógica e reveladora da verdade brutal e esquecida na qual ambos se apoiam. Assim como a pós-modernidade trouxe o debate relevante sobre, afinal, como deveríamos entender a modernidade e principalmente o sujeito moderno, penso que a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta. O traço maior da subjetividade em tempos de pós-verdade será exatamente esta aptidão para a inversão sem transformação. Inversão que vai da posição "pós-moderna" para a posição "pós-verdadeira", sem que ambas entrem propriamente em conflito. Este ponto de torção do sujeito define as diferentes modalidades de subjetivação e de subjetividade, que são o efeito e o produto desse trabalho de oposição sem contradição.

#### Modenidade

Um marco fundamental desta conversa intrincada e arqueológica nos leva para a aurora da modernidade. Lembremos que, naquele momento, Descartes firmou certo princípio de delimitação do que veio a se chamar subjetividade. Por mais

vasto e variável que seja o emprego dessa expressão, ela ainda pode ser longinquamente associada com a descoberta, ainda no século 16, com Montaigne, Maquiavel e Shakespeare, de que existe uma substância diferente de si mesma. Uma substância que pensa algo, mas não age conforme o que pensa. Uma substância capaz de sentir algo, mas dizer o oposto e que passa a entender a si mesma como dividida, entre uma superfície privada e outra pública. Ora, no interior dessa substância ontologicamente perigosa, acrescida de suspeita antropológica generalizada, decorrente da descoberta das novas almas ameríndias e africanas, Descartes reencontrou na razão um novo ponto de segurança capaz de reunir evidência material e certeza psicológica. Ele separou a relatividade cultural, histórica e epocal da subjetividade de seu ponto arquimediano, fixo e estável, ainda que efêmero: o sujeito. Contudo, a reinvenção da verdade, como subjetivação do pensamento, teve um preço. Nominalmente a exclusão de duas figuras da subjetividade que se apresentavam como cláusulas de exclusão para o pleno exercício da razão: o sonho e a loucura.

Foucault observou que uma segunda característica da modernidade, no que toca à noção de verdade, é que ela se torna indiferente e inerme em termos éticopolíticos. O que ela ganha em termos de universalidade, de desprendimento em relação à autoridade ela perde quanto à sua potência transformativa, em termos éticos, políticos ou estéticos. Assim, quando a verdade se tornou acessível a todos, por meio do bom uso da razão na esfera pública, quando ela nos torna todos iguais diante da lei, quando ela caracteriza nossos sonhos de maioridade, autonomia e emancipação, ela ao mesmo tempo se torna inerme e neutra. Sua potência deixa de ser produtiva e passa a ser regulativa, meramente formal ou metodológica. Schiller talvez tenha sido o primeiro a perceber isso em suas Cartas sobre a educação estética do homem; e Habermas, em O pensamento pós-metafísico, o último a se dar conta de como a verdade era um conceito meramente perspectivo ou operacional.

Por volta de 2001, o pós-modernismo, como teoria da cultura, trilhava alianças suspeitas com concepções econômicas ou políticas. O ambiente acadêmico fervilhava em torno da herança das teorias feministas dos anos 70, agora revigoradas em estudos de gênero (*Gender Studies*), estudos gays e lesbianos e mais tarde pela teoria *queer*. Independente de seus temas e autores específicos, o movimento incluía uma espécie de retomada da presença da política nas ciências humanas. Mas as teorias de gêneros só podiam ser compreendidas em uma paisagem composta por outras teorias emergentes,

como os estudos culturais, de Stuart Hall e Raymond Williams, que questionavam a hierarquização entre cultura erudita e popular, e a teoria póscolonial, de Spivak, que criticava a presença de processos de *racialização* e subalternidade em sociedades complexas que aparentemente teriam deixado isso para trás. Essa paisagem incluía ainda o pós-marxismo, de Zizek, Laclau e Badiou, o pós-estruturalismo, de Derrida e Deleuze, e, fechando o trem, quase saindo do comboio, a psicanálise de inspiração crítica, de Juliet Mitchel e Julia Kristeva.

No Brasil, tais teorias estavam sub-representadas, com seus pioneiros ainda com pequena visibilidade e a maior parte dos autores de referência pouco traduzidos. Contudo, em dez anos as coisas se alteraram substancialmente e de uma forma inusitada. Hoje não há escola que se preze em São Paulo que não conte com um coletivo feminista. Os movimentos LGBTTs, as organizações baseadas em identidade de gênero, de etnia ou de raça tornaram-se uma espécie de substituto da antiga vinculação sindical, que privilegiava a identidade de classe. Não é que a classe desapareceu, mas agora ela se compõe com a paisagem indeterminada de outras dimensões para as quais clamamos reconhecimento. Perguntar pela verdade do conjunto ou da pertinência de cada um destes traços torna-se uma falsa questão.

Ganhando visibilidade e reconhecimento, nossos modos de pensar e praticar relações entre gêneros, classe, raça, etnia, padrão de consumo ou religião cultivam valores de diversidade e tolerância até o ponto em que estes se invertem em práticas de segregação e violência identitária. Quero crer que a grande novidade desse conjunto de movimentos está em pensar que nossas relações mais cotidianas e nossos hábitos mais simples replicam e atualizam relações de poder. Surgiu assim a versão nacional da aliança entre um neoliberalismo mitigado em matéria de economia e uma nova pauta de liberalização dos costumes.

Em nossas pequenas decisões linguísticas ou comportamentais, de consumo e de estilo, no campo do trabalho, do saber e do amor, há um jogo envolvendo o poder. A aliança bífida do pós-modernismo pedia por um substrato moral que pudesse reunir as escolhas políticas e econômicas com os progressos científicos e cognitivos. Isso traz para cada aspecto do cotidiano a possibilidade de uma transformação destas relações, ou seja, um caminho real e acessível para que inventemos outros mundos e para que nos sintamos parte da diferença, para chegar à diferença real, a diferença que faz diferença nesse processo. Se nos

anos 50 o trabalho e a nação definiam o teor dessa diferença e nos anos 70 o lugar da transformação migrou para a sexualidade e o desejo, os anos 2000 convidam a pensar uma encruzilhada, ou melhor, uma intersecção, entre as diferentes formas de *minorização* do outro e de si mesmo, bem como as políticas de reversão dessa minoridade. Para tanto, a profissão e o estudo, as formas de amar e desejar, as modalidades de governo e de família, sobretudo, o corpo e a cultura, devem ser pensados como determinados por opções construídas e não naturais. Nelas não há nada de essencial, compulsório ou coercitivo.

#### Figuras da verdade

Não deixa de ser estranho, contudo, que a marcha de variações desse tema, seja pela teoria de Derrida sobre a desconstrução, seja pelas variações relativistas da filosofia da linguagem, seja pelo esgarçamento multiculturalista da teoria literária, tenha sido suspensa abruptamente diante do ataque às torres gêmeas de Nova Iorque em setembro de 2001. A partir de então a flutuação benévola da verdade passou a ser tolerada na pauta dos costumes, e sua separação com relação às políticas de Estado e às determinações econômicas foi resolvida "na prática" e de forma seletiva. O relativismo cultural da verdade foi subitamente invertido pelo real da guerra ao terror. A tolerância religiosa inverte-se na perseguição aos muçulmanos. A tolerância econômica com Grécia, Islândia ou Portugal inverte-se em intervenção extorsiva em torno de medidas de austeridade e ajuste.

Podemos datar aqui o nascimento da pós-verdade, ainda que seu batismo só viesse à tona em 2016. Em 2011 a verdade das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque mostrou-se uma ficção. O fato de que presidentes e agências de Estado pratiquem mentiras técnicas como essa, retóricas (como a "guerra cirúrgica"), jurídicas (como a corrupção dentro da lei), apenas replica a maquiagem de balanços (que estava por trás das bolhas imobiliárias de 2008) e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral.

O batismo veio com o discurso vencedor em campanhas políticas que deram uma nova face conservadora ao mundo. As perdas geradas pelas práticas neoliberais foram invertidas em uma ruptura da aliança entre relativismo cultural e dogmatismo econômico. Doravante é preciso prescindir da verdade. Uma nova expressão cognitiva ascende com um novo tipo de irracionalismo que conseguiu recolocar na pauta temas como: o criacionismo contra o darwiniano, a relatividade da "hipótese" do aquecimento global, a suspeita sobre a indução e

o autismo por vacinas e tantas outras teorias mais ou menos conspiratórias diluídas por um novo estado da conversa em escala global, facultado de modo inédito pelas redes sociais. Neste novo suporte, as crenças mais estranhas e regressivas adquiriram uma espécie de *backing vocal*garantido.

Por meio desta montagem, a versão contemporânea da pós-verdade retoma, de maneira modificada, vários aspectos pré-modernos da verdade, ou seja, uma verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito. Uma verdade que é moralmente potente, mas que não produz transformações éticas relevantes. Uma verdade que se confunde com os processos sociológicos de individualização, com as prerrogativas estéticas do gosto e com a força política das religiões.

Para os antigos, a verdade tinha três conotações. Ela era tanto a revelação grega (alethéia) de uma lembrança esquecida quanto a precisão latina do testemunho (veritas) e ainda a confiança judaico-cristã da promessa (emunah). Por isso a verdade tem três opostos diferentes: a ilusão, a falsidade e a mentira. A pós-verdade é algo distinto do mero relativismo, e sua dispersão de pontos de vista, todos igualmente válidos, ou do pragmatismo, com sua regra maior de que a eficácia e a eficiência impõem-se às nossas melhores representações do mundo. Ela também não é apenas a consagração do cinismo no poder, com sua moral provisória, capaz de gerenciar o pessimismo, no atacado da tragédia humana, em proveito de vantagens obtidas no varejo narcísico. A pós-verdade depende, mas não se resume a isso, porque ela acrescenta uma ruptura entre os três regimes de verdade e seus contrários. Ela ataca a estrutura de ficção da verdade. Este fio de ficção possui dois ramos de alimentação, que são precisamente as duas condições excluídas por Descartes no século 17 e retomadas por Freudno século 20: o sonho e a loucura.

Se temos que pensar a subjetividade como uma espécie de retorno da verdade negada na aurora da modernidade, se temos que pensá-la de novo como filha do desejo e irmã do gozo, seria preciso pensar sua dimensão temporal. Afinal a pós-verdade é antes de tudo uma verdade contextual, que não pode ser escrita, posta no bolso e reapresentada amanhã, como garantia de fidelidade, compromisso ou esperança gerada pela palavra. Contraste curioso para um sistema marcado pela impossibilidade de esquecer, incapacidade de dormir e pelo esquecimento do sexo. Contraste definido por condições materiais pelas quais nossa escrita jamais será apagada do mundo digital, nosso trabalho pode

se desdobrar por jornadas infinitas ou ausentes e pelas relações que prescindem do sexo, agora desligado da narrativa reprodutiva.

Freud argumentava que a fantasia parte de um desejo presente que retoma traços mnêmicos do passado e se lança ao futuro como realizado. Talvez seja por isso que Lacan associava a fantasia com uma determinada ligação entre o real e a verdade. Para Lacan, a verdade possui estrutura de ficção. Ela é o que liga a emunah, como confiança na realização futura, trabalho de reapresentação da alethéia no presente, mas também certeza presente da palavra testemunhada como veritas, memória com legitimidade e exatidão.

É porque as três faces da verdade não se ligam senão por uma ficção que se pode contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, mas também criar muitos fatos sem sentido algum e ainda fazer de conta que o que dizemos agora, neste contexto e segundo estas circunstâncias não tem nenhuma consequência para o momento vindouro.

A pós-verdade tem muitas implicações políticas, morais e institucionais. Ela afeta cotidianamente nossos laços amorosos e nossas formas de sofrimento, principalmente na medida em que estas dependem de descrições, nomeações e narrativas. Podemos descrever a subjetividade em tempos de pós-verdade como um conjunto de negações tanto da ligação entre as três faces da verdade como corrupção de sua potência ficcional, mas também como degradação da experiência da verdade do desejo que produz certa unidade entre *alethéia*, como *emunah* e como *veritas*.

Sobre o mesmo tema:

01/12/2016 Quem inventou a "Pós-verdade"? (0)

15/10/2016<u>Obedecer ou dissimular</u>(2)

#### Christian Dunker

Psicanalista brasileiro, ligado à tradição lacaniana. Formado pela USP, onde obteve seus títulos de graduação, mestrado e doutorado, Dunker possui também pós-doutorado pela Manchester Metropolitan University. Atualmente é professor Livre Docente do Instituto de Psicologia da USP, no Departamento de Psicologia Clínica. Coordena, em conjunto com Vladimir Safatle e Nelson da Silva Jr. o Laboratório de Estudos em teoria social, filosofia e psicanálise. É autor, entre outros, de "Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros", vencedor do prêmio Jabuti em 2012.

Compartilhe:

#### Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo

http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924781-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo.shtml

Nota Paulo Timm – A matéria é antiga – de out.2017-, mas oportuna

Lalo de Almeida/Folhapress



Muro em São Paulo, onde construções fortificadas refletem o sentimento de medo da população

MARCOS DE SÃO PAULO AUGUSTO

**GONÇALVES** 

06/10/2017 02h00

Os brasileiros têm alta propensão a apoiar teses autoritárias e essa <u>tendência</u> é reforçada pelo quadro ameaçador da segurança pública do país, que registra cerca de 60 mil mortes intencionais por ano e tem 50 milhões de adultos que declaram ter conhecido ao menos uma pessoa que foi assassinada.

Esta é uma das conclusões do estudo "Medo da Violência e Autoritarismo no Brasil", realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma entidade sem fins lucrativos, que elaborou no país um inédito Índice de Propensão ao Apoio de Posições Autoritárias.

Com base em pesquisa encomendada ao instituto Datafolha, a medição indica que, numa escala de zero a dez, a sociedade brasileira atinge o elevado índice de 8,1 na propensão a endossar posições autoritárias.

A constatação mostra-se mais relevante quando os brasileiros começam a se preparar para a corrida eleitoral do próximo ano, num contexto político e social instável, em tese propício a aventuras populistas e autoritárias.

"Estamos sob ataque de grupos que professam sua fé na violência como forma de governar e de, paradoxalmente, pacificar a sociedade, em uma espécie de vendeta moral e política que parece cada vez mais ganhar adeptos", diz Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do FBSP, para quem a ideia de que vivemos numa "terra devastada" favorece a exploração de supostas saídas de "cunho salvacionista".

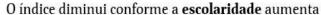
Um dos nomes que se apresentam com essas características no cenário da disputa presidencial é o deputado <u>Jair Bolsonaro</u> (PSC), que na pesquisa Datafolha de intenção de voto, <u>publicada no último domingo</u>, oscilou entre 15% e 19% nos diversos cenários propostos pelo instituto.

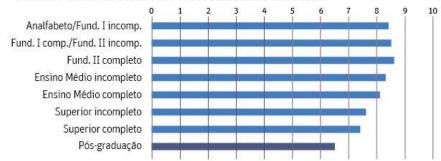
As reais possibilidades de Bolsonaro, contudo, precisam ser relativizadas, tratando-se de sondagem realizada a um ano da data do pleito.

Mauro Paulino, diretor do Datafolha, avalia que o potencial eleitoral do précandidato "só poderá ser confirmado no próximo ano, quando as demais candidaturas estiverem definidas, e em especial depois do início da propaganda eleitoral nos veículos de comunicação".

Editoria de Arte/Folhapress



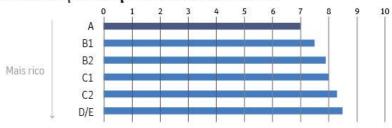




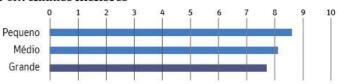
#### O índice é maior abaixo dos 24 anos e acima dos 45 anos



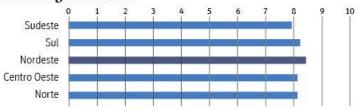
#### O índice diminui quando o poder econômico aumenta



#### O índice é maior em cidades menores



#### O índice é maior na região Nordeste



#### MEDO DA VIOLÊNCIA

Na mesma pesquisa, entrevistados foram questionados sobre o receio que possuem de sofrer atos de violência, como roubos, assaltos e agressões sexuais, em diversas situações do cotidiano



1,0.

Dividindo os entrevistados em 4 partes iguais (quartis), todas ficam acima de 0,5, ou seja, não existe um grupo em que o medo não exista ou seja baixo



#### **POBRES E JOVENS**

O índice proposto pelo FBSP foi elaborado com base em tentativas de medição de tendências autoritárias na tradição das ciências sociais e da psicologia social. Tomou-se como referência inicial a escala psicométrica criada pelo sociólogo e filósofo alemão Theodor Adorno (1903-1969), no pós-Guerra, época em que trabalhou com um grupo de psicólogos sociais na Universidade da Califórnia, em Berkeley, com o objetivo de mensurar tendências antidemocráticas implícitas na personalidade de indivíduos.

Numa versão mais sintética que a do alemão, o FBSP propôs 17 enunciados que foram submetidos a 2.087 entrevistados numa amostra representativa da população com 16 anos ou mais, em 130 municípios, entre os dias 7 e 11 de março deste ano.

Os enunciados se filiam a três categorias: "submissão à autoridade", "agressividade autoritária" e "convencionalismo". A que apresentou médias de propensão ao autoritarismo mais altas foi a primeira — "submissão à autoridade". O resultado pode ser relacionado a traços reconhecíveis da cultura política do país, como o prestígio de lideranças fortes e personalistas —à direita, mas também à esquerda, como ressalta Fernando Abrucio, professor da FGV.

Na busca de um "salvador da pátria", a população poderia vê-lo no ex-presidente Lula (PT), "que tem um histórico de políticas sociais", ou em Bolsonaro. "Se isso leva à vitória eleitoral, é complicado dizer, porque há outras variáveis em jogo."

A pesquisa foi decupada em algumas variáveis, como faixa etária, escolaridade, regiões, cor da pele, população dos municípios e classe social dos entrevistados.

Verificou-se que a tendência autoritária é mais acentuada entre os menos escolarizados, os de menor renda, os mais velhos, os pardos, aqueles que habitam municípios menos populosos e os que vivem no Nordeste.

Na curva etária, chama a atenção que a faixa de 16 a 24 anos se mostre mais inclinada ao autoritarismo do que as duas subsequentes (25 a 34 e 35 a 44 anos).

Para Sérgio de Lima, tal inclinação justificaria o esforço nas redes sociais de grupos de jovens conservadores para exercer influência nas eleições de 2018. Quanto a classes e regiões, a maior adesão entre os de menor renda e no Nordeste sugere "um pedido de socorro". Os pobres estariam frustrados com recuos sociais e seriam mais reféns do medo da violência.

#### **ESPECIALISTAS COMENTAM ESTUDO**

Os índices do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Datafolha serão apresentados nesta sexta (6), a partir das 15h30, no auditório do Instituto Unibanco (rua Padre João Manuel, 40). O evento é só para convidados. Renato Sérgio de Lima, secretário-geral do fórum, e Fernando Abrucio (FGV), entre outros, analisarão os dados. A pesquisa está disponível no site www.forumseguranca.org.br.

COMO FOI FEITA A PESQUISA
O índice foi construído pelo grau de concordância dos entrevistados frente às
afirmações:

Convencionalismo

## 7,36 lemas sociais estaria resolvida se pudésse

- ☐A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos pervertidos"
  - ☐Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor"
    ☐Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra"
- ☐Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou receber um castigo pior"
  - ☐Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo"
- □Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos"
  - ☐Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados"

Submissão autoridades а 80,8 ☐'A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana iamais poderá compreender" ☐Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os ☐Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente amizade decentes" pode fazer com pessoas □'Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar" □Pobreza é consequência da falta de vontade de trabalhar"

# Agressividade autoritária 6,50

□O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é
de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa
depositar a sua fé"
☐A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que
devemos ensinar às nossas crianças"
□Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão
e respeito por seus pais"
□Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender
um amigo ou parente próximo"
□O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas
de bem"

Fonte -Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo

http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924781-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo.shtml

#### Medo da violência revigora tendências autoritárias e beneficia Bolsonaro

http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1895452-violencia-e-medo-insuflam-defesa-de-autoritarismo-no-brasil.shtml

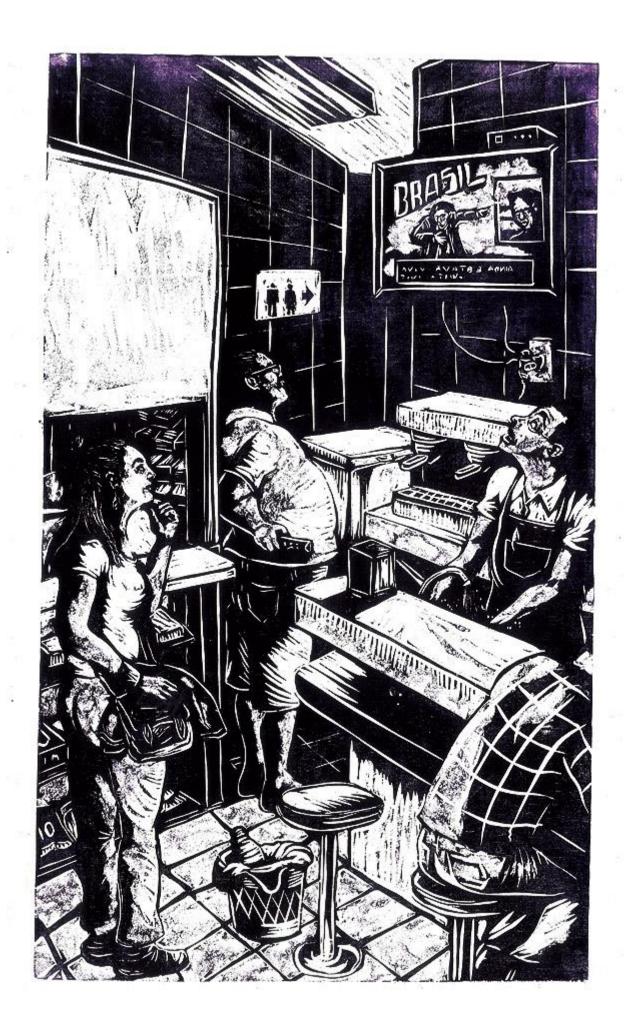
RENATO SÉRGIO DE LIMA

ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA

ilustração ALEXANDRE TELES - 25/06/2017 02h00

**RESUMO** Pesquisa Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que o país é terreno fértil para líderes autoritários. Diante do medo provocado pela violência urbana, maioria deixa de lado as leis e os planos políticos em busca de um salvador da pátria. Além de Bolsonaro, figuras como Lula e Doria se beneficiam desse cenário.

Alexandre Teles



O Brasil começa a flertar com o desmanche do Estado democrático de Direito inaugurado pela Constituição de 1988. A afirmação é forte, mas nem por isso menos verdadeira. Parcela significativa e crescente do eleitorado não vê nenhum problema nesse desmantelamento. Ao contrário, imagina que a adoção de uma linha dura deixaria o país perto do que há de mais moderno no brechó do mundo dos negócios e das economias desenvolvidas.

Entre indignados e perplexos, vamos nos dando conta dos riscos embutidos neste momento surreal vivido pelo Ocidente. Propostas salvacionistas dão o tom do tempo social: enquanto se valorizam líderes pretensamente capazes de restaurar a ordem e recolocar a sociedade nos trilhos, a democracia perde espaço e as tentações autoritárias se multiplicam.

A vitória de Donald Trump nos EUA e a votação expressiva da extrema direita em algumas partes da Europa atestam que o discurso do medo e da intolerância voltou a ser estratégia eleitoral bem-sucedida.

A retórica inflamada contra imigrantes, associados de forma genérica ao terrorismo, alimenta o temor cotidiano e pavimenta o caminho para arautos do ultranacionalismo e defensores de plataformas tipo "law and order" (lei e ordem).

No caso brasileiro, os estímulos são outros. Os elevados índices de criminalidade e as baixas taxas de solução dos delitos suscitam sensação de desalento em relação à segurança pública.

Têm cada vez menos apelo as propostas de construir uma sociedade mais segura e cidadã, suplantadas, em segmentos distintos da população, pelo arbitrário "pega, mata, esfola". Não há pudor em afirmar que "bandido bom é bandido morto" ou que "a população deve se armar para se proteger".

A deterioração da política e a petulância dos corruptos provocam merecidas ondas de indignação, mas é a violência urbana que de fato deixa os brasileiros sitiados.

Cometida por indivíduos criminosos, perpetrada pela própria sociedade ou levada a cabo pelo Estado, a violência é vista e aceita como parte constituinte de nossas relações sociais e, muitas vezes, termina legitimada como resposta às ameaças e incertezas.

#### **DADOS FÚNEBRES**

Não à toa, o Brasil responde por cerca de 10% dos homicídios registrados no mundo, embora possua menos de 3% da população global. Chegamos a quase 60 mil assassinatos por ano, mais do que se computa na guerra civil da Síria.

#### Alexandre Teles



Pesquisa feita em abril de 2017 para a campanha "Instinto de Vida" descobriu que quase 50 milhões de pessoas com 16 anos ou mais tinham parentes ou conhecidos que foram assassinados. O levantamento também constatou que quase 5 milhões de brasileiros já foram feridos por armas de fogo e cerca de 15 milhões de adultos conheciam pessoas mortas pelas polícias e/ou guardas municipais.

O Atlas da Violência 2017, lançado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no início de junho, mostrou que a violência não atinge todos de modo equânime. A maior parte dos homicídios se concentra no Nordeste e vitima jovens de 15 a 24 anos, negros e inseridos em contextos de vulnerabilidade social e urbana e de conflitos interpessoais.

Episódios recentes, como disputas entre facções criminosas, rebeliões em presídios e greves de polícias, explicitam a incapacidade dos poderes constituídos de lidar com o problema. Não surpreende que tantos cidadãos se revelem suscetíveis aos discursos radicais.

Pesquisa Datafolha publicada no começo deste mês mediu a adesão a ações que podem ser associadas à ideia de limpeza social e imposição da força: 55% dos paulistanos se declararam favoráveis à demolição de imóveis usados pelo tráfico na região da cracolândia e 80% defenderam a internação de dependentes de crack mesmo contra a vontade deles. A insegurança justificaria medidas excepcionais.

O medo sempre foi um dos fatores estruturantes das sociedades, como apontou Thomas Hobbes, mas se tornou um dos principais problemas dos novos tempos. Suas consequências podem ser percebidas em diferentes níveis.

Há efeitos psicológicos negativos, pois o medo causa descrença nos outros e insatisfações com a vida urbana. No plano social, restringe alguns comportamentos, fragiliza os laços vicinais e esvazia os espaços públicos. Na área econômica, ocasiona o aumento de gastos com segurança, produz processos de gentrificação e condiciona as formas de acesso das pessoas ao mercado.

#### **EFEITOS POLÍTICOS**

É no plano político, contudo, que o medo instila seu veneno mais nocivo, abrindo espaço para retóricas punitivistas, sexistas, racistas e xenófobas e constituindose no principal combustível dos discursos de ódio, que tomaram conta de grande parte da internet e das redes sociais.

#### Alexandre Teles



Estudo recente veiculado na revista "PNAS" (publicação oficial da academia de ciências dos EUA), de autoria dos pesquisadores Hemant Kakkar e Niro Sivanathan, reitera que, em tempos de crise, quando as pessoas se sentem amedrontadas, há uma preferência por líderes dominantes e/ou assertivos, independentemente do comportamento agressivo por eles demonstrados —o importante é que façam o que precisa ser feito sem maiores freios morais, políticos ou jurídicos.

Líderes extremistas transformam o medo em ódio. Eles (ou elas) elegem os culpados (bandidos, migrantes, minorias étnicas, viciados etc.) e prometem a volta a um passado idealizado –que, por definição, jamais se concretizará.

Para que a política do ódio floresça, é necessário que surjam figuras públicas dispostas a semeá-la –e o Brasil, infelizmente, converteu-se em terreno fértil para isso.

Dados inéditos de pesquisa Datafolha/FBSP mostram que, para 69% dos brasileiros adultos, "o que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé".

O cenário fica ainda mais tenebroso se somarmos aqueles que concordam em parte com a frase acima. Nesse caso, o percentual sobe para 85% sujeitos a influências autoritárias, para os quais leis e projetos políticos pouco importam.

A frase citada acima, no contexto da pesquisa, é uma tradução de uma das perguntas feitas no clássico estudo de Theodor Adorno, de 1950, sobre personalidade autoritária. Adorno, um judeu alemão emigrado para os EUA, buscava compreender como o nazismo teve tantos adeptos na Alemanha da primeira metade do século 20.

Sua metodologia até hoje se mantém uma referência mundial. Na investigação, ele considerava algumas dimensões principais: adesão a valores tradicionais e convenções sociais; submissão e aceitação incondicional de um líder reconhecido como legítimo; agressividade e predisposição a hostilizar minorias.

Para Adorno, períodos de crise com as características que vemos hoje, em que as pessoas se sentem inseguras e impotentes, são férteis para o avanço do autoritarismo e de líderes que tentam se converter em messias capazes de reconfortar a população e reduzir o pânico.

#### **BOLSONARO**

Diante desses dados, é quase impossível deixar de temer pelo nosso futuro ao pensar na pré-candidatura de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República. As chances do deputado federal pelo PSC, o Partido Social Cristão, são mais reais do que gostaríamos de acreditar.

#### Marcus Leoni / Folhapress

Há inúmeros relatos sobre multidões atraídas a escolas e ginásios nos quais o ex-capitão do Exército vocifera despautérios contra os direitos civis e humanos, destila ódio e intolerância e projeta uma visão de mundo descolada da realidade.

No plano econômico, Bolsonaro louva as riquezas minerais do "Brasil grande" como a solução dos nossos problemas.

Qualquer semelhança com a narrativa tornada célebre nos anos 1970 por Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995), "o repórter", não é mera coincidência. Tem a finalidade de retomar a ideia difundida na ditadura militar (1964-1985) de que somos uma nação "abençoada por Deus" e vocacionada a ser a grande fornecedora de matérias-primas para o mundo –uma ideia que aceita nossa condição de coadjuvante no xadrez global.

#### Alexandre Teles



Dois aspectos chamam a atenção nesse quadro. Primeiro, Bolsonaro é um fenômeno não só presencial mas também digital. No Facebook, no começo deste mês, tornou-se o político mais popular do Brasil, com 4,3 milhões de seguidores. Em segundo lugar, e talvez mais importante, o deputado federal consegue tamanha projeção mesmo sem nenhuma estrutura partidária e cada vez mais apoiado por policiais e seus familiares.

A onda por ele surfada pode ser compreendida por meio de outras questões da pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por exemplo, 60% dos adultos brasileiros dizem concordar com a frase "a maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos pervertidos"; 81% declaram que "a obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças". São dois indicativos claros de aderência ao discurso de ordem.

Destaque-se também que, para 64% dos entrevistados, "todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar". Entre os integrantes das classes D e E, são 71%.

#### **RELIGIÃO**

Não é por acaso, portanto, que Bolsonaro gravou uma cena sendo batizado no rio Jordão pelo Pastor Everaldo, em uma aproximação com um líder evangélico. Não se trata de movimento instrumental, mas orgânico, pois cria simbioses complexas entre Estado, governos e religião. O Estado laico é visto como imoral.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa e com a relação Estado-religião, 53% dos entrevistados concordam com a frase "o policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem".

#### Alexandre Teles



Ou seja, quem atrair os policiais, abandonados por todos os governos desde a redemocratização, terá condições de impor o seu modelo de ordem social e pública ao restante da população. A pesquisa mostra que expor os quase 700 mil policiais brasileiros à própria sorte e sob péssimas condições de trabalho é deixá-los à mercê de líderes populistas e extremistas.

É algo que tem sido explorado por Bolsonaro e outros segmentos políticos, que buscam conquistar a legitimidade pública com o estabelecimento da hegemonia de um padrão de moralidade que valoriza o indivíduo e o sagrado e despreza o coletivo. Trata-se de caminho muito mais sutil e poderoso do que a defesa de um golpe militar clássico. É o salve-se quem puder da violência urbana e da corrupção.

O tempo social de revisão de conquistas coletivas não nos permite menosprezar a possibilidade de Bolsonaro ir para o segundo turno ou mesmo vencer a disputa presidencial. Sua plataforma de extrema direita está longe de ser liberal. É reacionária, pois propõe o regresso a padrões morais do passado e o retrocesso nos direitos políticos, civis e sociais.

Bolsonaro, todavia, não é o único a se beneficiar das características populacionais identificadas na pesquisa Datafolha/FBSP. A bem da verdade, os mesmos dados ajudam a compreender o apoio maciço à Lava Jato e ao juiz Sergio Moro, visto como cruzado da moral e dos bons costumes, apesar de a operação sofrer cada vez mais críticas de natureza jurídica.

#### **LULA E DORIA**

Ao mesmo tempo, os dados ajudam a explicar por que Lula (PT) mantém a liderança das intenções de voto para 2018.

O ex-presidente soube como poucos operar programas de redução da pobreza e associar à sua figura a ideia do político preocupado com ganhos sociais. Como a pesquisa atesta, a população escolhe, antes da lei, "alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados" em quem possa depositar sua fé.

Marlene Bergamo/Folhapress



Ex-presidentes Lula e Dilma são recebidos pela militância petista na inauguração da transposição do São Francisco, em Monteiro (PB)

É o que tem permitido a Lula sobreviver ao discurso moralizador, embora o PT seja um dos protagonistas da crise ética e dos escândalos de corrupção que assolam o país. A questão moral e os aspectos jurídicos ficam em segundo plano.

João Doria, por seu turno, com intervenções nas redes sociais e piruetas midiáticas para alcançar Lula e Bolsonaro na preferência dos eleitores,

demonstra que o PSDB não fica atrás do PT. Submete-se docilmente ao capitalismo predador e às tentações autoritárias que regem os sentidos da política no país.

Ao se apresentar como gestor e representante da antipolítica, o prefeito de São Paulo imagina corresponder ao anseio pelo líder independente, forte e carismático.

Rivaldo Gomes - 2.jan.17/Folhapress



Prefeito João Doria tira selfie vestido de gari em seu primeiro dia útil de trabalho

Seu campo, porém, é o político, no qual não perde chance de travar batalhas contra o PT e evita debater os efeitos das iniciativas sob sua alçada (velocidade nas marginais, transparência sobre doações privadas, ações na cracolândia etc.).

PT e PSDB deixaram-se seduzir pelo "Zeitgeist" (espírito do tempo) aqui descrito e pela realpolitik. Hoje, não só não têm projeto para fortalecer a agenda de direitos civis e políticos como só se lembram de sua existência quando precisam dialogar com parcelas da sociedade que tentam resistir às tentativas de criminalização e de aniquilação da política. Enquanto isso, foram e vão sendo tutelados pelo PMDB e sua base aliada porosa.

Bolsonaro, Lula, Doria ou ainda algum "outsider" oriundo das fileiras do Judiciário ou do Ministério Público disputam o papel de "salvador da pátria", numa espécie de sebastianismo atávico. Para lidar com o medo e com a violência, contudo, quem dirigir o país precisará priorizar a reconfiguração do campo da segurança pública, exigindo enorme capacidade política daqueles que negam a política.

Há consenso de que as atuais respostas públicas à violência estão fadadas ao fracasso, mas são poucos os pontos de convergência quanto às soluções e aos projetos de mudança para alterar esse quadro.

Se flertamos com o autoritarismo e a intolerância no plano político, no campo da segurança pública convivemos com a paralisia e frustações múltiplas –o que retroalimenta as tentações autoritárias.

A atuação do Estado e de suas várias agências, como não poderia deixar de ser, afeta a sensação de segurança. Se a população confia pouco na polícia, como é o caso brasileiro, a percepção de insegurança tende a crescer.

Estudos mostram que as estratégias tradicionais de policiamento, com foco na criminalidade, têm efeitos pequenos sobre o medo. O policiamento comunitário, por sua vez, embora tenha pouco impacto nas taxas de criminalidade, amplia a sensação de segurança.

Fazer patrulhamento por manchas criminais, sobretudo nos casos de roubo, também pode aumentar a sensação de segurança. A opção das polícias brasileiras, todavia, tem sido priorizar o controle do criminoso (não do crime), deixando de lado ações que poderiam reduzir a insegurança.

Outro aspecto óbvio, mas ignorado por inúmeros governos, é que trocas de tiros entre policiais e criminosos aumentam significativamente o medo da população.

#### **CRISES ESTADUAIS**

Segurança pública, entretanto, não é campo exclusivo das polícias. Boa parte dos problemas associados ao medo, especialmente incivilidades e desordens, é da competência de outras agências estatais, como os centros de atendimento psicossociais, as companhias de limpeza e iluminação urbana e a vigilância de bares e boates, entre outros. Poucos desses serviços funcionam a contento no Brasil.

Mesmo num cenário adverso, vários Estados adotaram programas que visavam melhorar as políticas de segurança. São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Ceará e outros foram desenhando ações que tinham na redução dos homicídios e dos roubos sua meta prioritária. Conseguiram, num primeiro momento, diminuir taxas de criminalidade.

Nos últimos dois anos, porém, a violência e o crime voltaram a ser um problema sem solução à vista. O Brasil vive, para além do gargalo econômico, uma

profunda crise republicana e federativa de implementação e coordenação de ações na segurança pública.

Há questões muito mal resolvidas entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, bem como entre polícias civil e militar e Ministério Público. Também há confusão de papéis entre União, Distrito Federal, Estados e municípios.

O fato é que a democracia brasileira nos últimos 30 anos, como afirma o sociólogo José de Souza Martins, tem sido a multiplicação dos comportamentos autoritários gestados na ditadura.

Nessas três décadas, a criminalidade organizada se difundiu, a corrupção ganhou a casa dos bilhões de reais e o medo, a insegurança e a incerteza se tornaram componentes hegemônicos da estrutura de personalidade dos brasileiros.

Há saídas? Sim, e elas passam pela mobilização de múltiplos atores em torno de um projeto democrático de mudança de práticas e comportamentos.

Se não quisermos ser atropelados pelas tendências autoritárias do nosso tempo social, temos que lutar para, no mínimo, preservar a agenda de direitos civis e humanos a duras penas conquistada no decorrer dos anos 1980.

Se não fizermos nada, a segurança pública se estabelecerá como o grande calcanhar de aquiles da nossa frágil democracia.

**ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA**, 48, é professor da Universidade de Brasília e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**RENATO SÉRGIO DE LIMA**, 47, é diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor do departamento de gestão pública da FGV.

#### O discurso de ódio que está envenenando o Brasil

A caça às bruxas de grupos radicais contra artistas, professores, feministas e jornalistas se estende pelo país. Mas as pesquisas dizem que os brasileiros não são mais conservadores

#### **XOSÉ HERMIDA**

Um jovem protesta contra a feminista Judith Butler, o dia 8 de novembro passado em São Paulo. TONI PIRES

Artistas e feministas <u>fomentam a pedofilia</u>. O ex-presidente <u>Fernando Henrique</u> <u>Cardoso</u> e o bilionário norte-americano George Soros patrocinam o comunismo. As escolas públicas, a universidade e a maioria dos meios de comunicação estão dominados por uma "patrulha ideológica" de inspiração bolivariana. Até o nazismo <u>foi invenção da esquerda</u>. Bem-vindos ao Brasil, segunda década do século XXI, um país onde um <u>candidato a presidente</u> que faz com que Donald Trump até pareça moderado tem 20% das intenções de voto.

#### MAIS INFORMAÇÕES

- <u>"Caso Queermuseu mostra que são tempos de intolerância. Da direita, mas também da esquerda"</u>
- Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo
- O perigoso flerte do Brasil com o autoritarismo
- Operação Bolsonaro: como fazer de um ultradiretista um liberal respeitável

No Brasil de hoje mensagens assim martelam diariamente as redes sociais e mobilizam exaltados como os que tentaram agredir em São Paulo a filósofa feminista Judith Butler, <u>ao grito de "queimem a bruxa"</u>. Neste país sacudido pela <u>corrupção</u> e a <u>crise política</u>, que começa a <u>sair da depressão econômica</u>, é perfeitamente possível que <u>a polícia se apresente em um museu para apreender uma obra</u>. Ou que o curador de uma exposição espere a chegada da PF para conduzi-lo a depor forçado ante uma comissão parlamentar que investiga os maus-tratos à infância.

"Isto era impensável até três anos atrás. Nem na ditadura aconteceu isto." Depois de uma vida dedicada a organizar exposições artísticas, <u>Gaudêncio Fidelis</u>, de 53 anos, se viu estigmatizado quase como um delinquente. Seu crime foi organizar em Porto Alegre a exposição *QueerMuseu*, na qual artistas conhecidos apresentaram obras que convidavam à reflexão sobre o sexo. Nas redes sociais se organizou tal alvoroço durante dias, com o argumento de que era uma apologia à pedofilia e à zoofilia, que o patrocinador, o Banco Santander, ante a ameaça de um boicote de clientes, <u>decidiu fechá-la</u>. "Não conheço outro

caso no mundo de uma exposição destas dimensões que tenha sido encerrada", diz Fidelis.

O calvário do curador da QueerMuseu não terminou com a suspensão da mostra. O senador Magno Malta (PR-ES), pastor evangélico conhecido por suas reações espalhafatosas e posições extremistas, decidiu convocá-lo para depor na CPI que investiga os abusos contra criança. Gaudêncio se recusou em um primeiro momento e entrou com um pedido de habeas corpus no STF que foi parcialmente deferido. Magno Malta emitiu então à Polícia Federal um mandado de condução coercitiva do curador. Gaudêncio se mostrou disposto a comparecer, embora entendesse que, mais que como testemunha, pretendiam levá-lo ao Senado como investigado. Ao mesmo tempo, entrou com um novo habeas corpus no Supremo para frear de conduçãocoercitiva. A solicitação foi indeferida na sexta-feira passada pelo ministro Alexandre de Moraes. Portanto, a qualquer momento Gaudêncio espera a chegada da PF para levá-lo à força para Brasília.

"O senador Magno Malta recorre a expedientes típicos de terrorismo de Estado como meio de continuar criminalizando a produção artística e os artistas", denuncia o curador. Ele também tem palavras muito duras para Alexandre de Moraes, até há alguns meses ministro da Justiça do Governo Michel Temer, por lhe negar o último pedido de habeas corpus: "A decisão do ministro consolida mais um ato autoritário de um estado de exceção que estamos vivendo e deve ser vista como um sinal de extrema gravidade". Fidelis lembra que o próprio Ministério Público de Porto Alegre certificou que a exposição não continha nenhum elemento que incitasse à pedofilia e que até recomendou sua reabertura.

Entre as pessoas chamadas à CPI do Senado também estão o diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo e o artista que protagonizou ali uma performance em que aparecia nu. Foi dias depois do fechamento do *QueerMuseu* e os grupos ultraconservadores voltaram a organizar um escândalo nas redes, difundindo <u>as imagens de uma menina</u>, que estava entre o público com sua mãe e que tocou no pé do artista. "Pedofilia", bramaram de novo. O Ministério Público de São

Paulo abriu um inquérito e o próprio prefeito da cidade, <u>João Doria</u> (PSDB), se uniu às vozes escandalizadas.

Se não há nenhum fato da atualidade que justifique esse tipo de campanha, os guardiões da moral remontam a muitos anos atrás. Assim aconteceu com <u>Caetano Veloso</u>, de quem se desenterrou um velho episódio para recordar que havia começado um relacionamento com a que depois foi sua esposa, Paula Lavigne, quando ela ainda era menor de idade. "#CaetanoPedofilo" se tornou trending topic. Mas neste caso a Justiça amparou o músico baiano e ordenou que parassem com os ataques.

A atividade de grupos radicais evangélicos e de sua poderosa bancada parlamentar (198 deputados e 4 senadores, segundo o registro do próprio Congresso) para desencadear esse tipo de campanha já vem de muito tempo. São provavelmente os mesmos que fizeram pichações recentes no Rio de Janeiro com o slogan "Bíblia sim, Constituição, não". Mas o verdadeiramente novo é o aparecimento de um "conservadorismo laico", como o define Pablo Ortellado, filósofo e professor de Gestão de Políticas Públicas da USP. Porque os principais instigadores da campanha contra o *Queermuseu* não tinham nada a ver com a religião. O protagonismo, como em muitos outros casos, foi assumido por aquele grupo na faixa dos 20 anos que durante as maciças mobilizações para pedir <u>a destituição da presidenta Dilma Rousseff</u> conseguiu deslumbrar boa parte do país.

Com sua desenvoltura juvenil e seu ar pop, os rapazes do Movimento Brasil Livre (MBL) pareciam representar a cara de um país novo que rejeitava a corrupção e defendia o liberalismo econômico. Da noite para o dia se transformaram em figuras nacionais. Em pouco mais de um ano seu rosto mudou por completo. O que se apresentava como um movimento de regeneração democrática é agora um potente maquinário que explora sua habilidade nas redes para difundir campanhas contra artistas, hostilizar jornalistas e professores apontados como de extrema esquerda ou defender a venda de armas. No intervalo de poucos dias o MBL busca um alvo novo e o repisa sem parar. O mais recente é o jornalista Guga Chacra, da TV Globo, agora

também classificada de "extrema esquerda". O repórter é <u>vítima de uma campanha</u> por se atrever a desqualificar -em termos muito parecidos aos empregados pela maioria dos meios de comunicação de todo o mundo-, <u>20.000 ultradireitistas poloneses</u> que há alguns dias se manifestaram na capital do pais exigindo uma "Europa branca e católica".

Além de sua milícia de internautas, o MBL conta com alguns apoios de renome. Na política, os prefeitos de São Paulo, João Doria, e de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., assim como o até há pouco ministro das Cidades, Bruno Araújo, os três do PSDB. No âmbito intelectual, filósofos que se consideram liberais, como Luiz Felipe Pondé. Entre os empresários, o dono da Riachuelo, Flávio Rocha, que se somou aos ataques contra os artistas com um artigo na *Folha de S. Paulo* no qual afirmava que esse tipo de exposição faz parte de um "plano urdido nas esferas mais sofisticadas do esquerdismo". O objetivo seria conquistar a "hegemonia cultural como meio de chegar ao comunismo", uma estratégia diante da qual "Lenin e companhia parecem um tanto ingênuos", segundo escreveu Rocha em um artigo intitulado *O comunista está nu*.

"Não é algo específico do Brasil", observa o professor Pablo Ortellado. "Este tipo de guerras culturais está ocorrendo em todo o mundo, sobretudo nos EUA, embora aqui tenha cores próprias". Um desses elementos peculiares é que parte desses grupos, como o MBL, se alimentou das mobilizações pelo impeachment e agora "aproveita os canais de comunicação então criados, sobretudo no Facebook", explica Ortellado. "A mobilização pelo impeachment foi transversal à sociedade brasileira, só a esquerda ficou à margem. Mas agora, surfando nessa onda, criou-se um novo movimento conservador com um discurso antiestablishment e muito oportunista, porque nem eles mesmos acreditam em muitas das coisas que dizem". A pauta inicial, a luta contra a corrupção, foi abandonada "tendo em vista de que o atual governo é tão ou mais corrupto que o anterior". Então se buscaram temas novos, desde a condenação do Estatuto do Desarmamento às campanhas morais, que estavam completamente ausentes no início de grupos como o MBL e que estão criando um clima envenenado no país. "É extremamente preocupante. Tenho 43 anos e nunca

tinha vivido uma coisa assim", confessa Ortellado. "Nem sequer no final da ditadura se produziu algo parecido. Naquele momento, o povo brasileiro estava unido."

O estranho é que a intensidade desses escândalos está oferecendo uma imagem enganosa do que na realidade pensa o conjunto dos brasileiros. Porque, apesar desse ruído ensurdecedor, as pesquisas desmentem a impressão de que o país tenha sucumbido a uma onda de ultraconservadorismo. Um estudo do instituto Ideia Big Data, encomendado pelo Movimento Agora! e <u>publicado pelo jornal Valor Econômico</u>, revela que a maioria dos brasileiros, em cifras acima dos 60%, defendem os direitos humanos, inclusive para bandidos, o casamento gay com opção de adotar crianças e o aborto. "Em questões comportamentais, nada indica que os brasileiros tenham se tornado mais conservadores", reafirma Mauro Paulino, diretor do <u>Datafolha.</u> Os dados de seu instituto também são claros: os brasileiros que apoiam os direitos dos gays cresceram nos últimos quatro anos de 67% para 74%. Paulino explica que "sempre houve um setor da classe média em posições conservadoras" e que agora "se tornou mais barulhento".

As pesquisas do Datafolha só detectaram um deslocamento para posições mais conservadoras em um aspecto: segurança. "Aí sim há uma tendência que se alimenta do medo crescente que se instalou em parte da sociedade", afirma Paulino. Aos quase 60.000 assassinatos ao ano se somam 60% de pessoas que confessam viver em um território sob controle de alguma facção criminosa. Em quatro anos, os que defendem o direito à posse de armas cresceu de forma notória, de 30% a 43%. É esse medo o que impulsiona o sucesso de um candidato extremista como Jair Bolsonaro, que promete pulso firme sem contemplações contra a delinquência.

Causou muito impacto a revelação de que <u>60% dos potenciais eleitores de</u> <u>Bolsonaro têm menos de 34 anos</u>, segundo os estudos do instituto de opinião. Apesar de que esse dado também deve ser ponderado: nessa mesma faixa etária, <u>Lula</u> continua sendo o preferido, inclusive com uma porcentagem maior (39%) do que a média da população (35%). "Os jovens de classe média apoiam

Bolsonaro, e os pobres, Lula", conclui Paulino. Diante da imagem de um país muito ideologizado, a maioria dos eleitores se move na verdade "pelo pragmatismo, seja apoiando os que lhe prometem segurança ou em alguém no que acreditam que lhes vai garantir que não perderão direitos sociais".

Apesar de tudo, a ofensiva ultraconservadora está conseguindo mudar o clima do país e alguns setores se dizem intimidados. "O profundo avanço do fundamentalismo está criando um Brasil completamente diferente", afirma Gaudêncio Fidelis. "Muita gente está assustada e impressionada." Um clima muito carregado no qual, em um ano, os brasileiros deverão escolher novo presidente. O professor Ortellado teme que tudo piore "com uma campanha violenta em um país superpolarizado".

#### Seis juízes em onze não transformam insanidade em virtude iluminada

publicado 29/03/2018 . Brasil (Crédito: Aroeira)

Você está aqui: Página Inicial / Brasil / Wanderley e o STF: é a ignorância

socialmente criminosa

#### Wanderley e o STF: é a ignorância socialmente criminosa

O **Conversa Afiada** reproduz do <u>Segunda Opinião</u> iluminado artigo do professor Wanderley Guilherme dos Santos :

A ignorância ilustrada expressava a humildade de Nicolau de Cusa, religioso renascentista, reconhecendo a fragilidade da sabedoria humana diante do infinito divino. Mal comparando nossa elite intelectual a Cusa, e substituindo a divindade pelo conhecimento do mundo humano em constante expansão, cabe a observação de que nossos doutos togados revelam exuberante ignorância ao deitar regras sobre a complexidade do gigantesco número de litígios a espera de sentença.

Dizem os especialistas tratar-se de fenômeno universal, mas o número e diversidade de solicitações dirigidas ao Supremo Tribunal Federal escaparam à órbita do factível. A mal afamada iudicialização da disputa política vê-se desafiada pela exponencial litigância de outros competidores. Desaguam no

Supremo desde as extravagâncias processuais de natureza econômico-jurídico-político-midiáticos como os gigantescos casos da JBS e da Odebrecht, à traficância monetária internacional em diferentes denominações numerárias, além dos multibilionários negócios de drogas e armas em que são indiciados nobres sobrenomes europeus e norte-americanos. De acordo com o Supremo em Números, da Fundação Getúlio Vargas, são números de conflitos de natureza tributária e administrativos e organizacionais os que mais crescem na compartimentalização funcional do Supremo Tribunal Federal.

Distraídas pela indulgente apreciação de que estão os ministros preparados para assegurar a prevalência da justiça, ficaram cegas as demais instituições públicas e privadas para a alarmante "docta ignorantia" daquele colegiado ao julgar matérias de intrincada sofisticação. Os ministros do Supremo Tribunal Federal não têm formação para sentenciar complicadíssimas causas de natureza econômica, por exemplo, outras que repercutem gravemente na estratificação social, e ainda aquelas que, colateralmente, alteram a expectativa de futuro das pessoas. Clara parcialidade política agasalhou Joaquim Barbosa na incriminação das tratativas lícitas da VISANET na AP470. Na melhor das hipóteses, o argumento do ministro foi confuso, imperito, mas que se fez verdade pelo sistema plebiscitário do STF.

As sessões televisionadas expõem a teratologia vocabular da ignorância ilustrada da suprema Corte de Justiça. O que esperar da ignorância, senão que a substituam por dogmatismo de viés político? Insuficiente proficiência em ideias filosóficas, economia moderna, teorias da estratificação social e comportamento das burocracias dos estados contemporâneos, e ainda nos determinantes da ação coletiva e da cumulatividade ou dispersão dos recursos de poder social, a insuficiência é maquiada pela citação de dignos juristas de antanho, mas de saber extracurricular mofado.

Ignorância significa desconhecimento de assunto bem definido, sem ofensa pessoal. A ignorância socialmente criminosa é aquela que acarreta prejuízos a terceiros. Pelas entrevistas e documentos escritos, é mais do que razoável duvidar que os procuradores da Lava-Jato e o juiz Sergio Moro entendam com eficiência mínima a natureza da infraestrutura de um país complexo, os efeitos

diretos e colaterais das grandes empreiteiras em matéria de emprego e comércio exterior, e certamente nunca ouviram menção a "efeito multiplicador" sem suspeitar de aumento no valor da propina. Todos são noviços em reflexões estratégicas sobre o traçado dos eixos rodoviários e ferroviários, a localização das grandes usinas e a distribuição geoeconômica dos aeroportos. Com um mínimo de leitura extraescolar teriam procedido à investigação e punição dos comprovados predadores da economia sem causar a monumental desarticulação de segmentos inteiros da infraestrutura material do país.

Se alfabetizados na economia da revolução digital, incluiriam entre as obrigações a cumprir pelas grandes empreiteiras, além do pagamento das multas, os ônus de capacitar os trabalhadores desativados para eventualmente retornar ou transferir-se a empresas mais exigentes em competência tecnológica. Parte significativa dos trabalhadores desempregados pela Lava Jato ingressará na categoria de "desalentados". Por idade ou limitação cognitiva estarão alijados da retomada econômica futura. Mas os doutos da Lava Jato destroçaram o futuro de inocentes, enquanto, pela mesma ignorância ilustrada, premiaram os criminosos efetivamente identificados. A quadrilha que efetivamente espoliava a Petrobrás – o doleiro Youssef e lugares tenentes, Pedro Barusco, Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Jorge Zelada e Nestor Cerveró – está à solta, à exceção de Renato Duque, ricos e, fundamental, jamais endereçaram ao PT ou qualquer outro partido político contribuições eleitorais ou doações extraordinárias. Eram ladrões clássicos, privados, sem qualquer compromisso com outra coisa que a ambição de enriquecer por qualquer meio.

Fossem menos doutos do que imaginam e, humildemente, convocariam a sabedoria limitada de especialistas e não teriam sido engabelados por doleiros, delatores e empresas, beneficiados por trambiques a título de grandes acordos, e que instituições nacionais e estrangeiras começam a denunciar como lesivas ao país. Quantos milhões de dólares roubados à economia pública se escafederam sob as bênçãos dos doutos ineptos da Lava Jato?

Os estudiosos reconhecem: os ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral não dispõem de entendimento adequado do sistema partidário brasileiro. Investiguem seus pronunciamentos e o que escrevem em

seus pareceres e votos. Desconhecem a história de quantos partidos, grandes ou pequenos, concorrem a que tipo de eleição, em quantos municípios e estados, obedecendo a que estratégia, cálculo incompatível com o discurso vazio de que os políticos filiados aos pequenos partidos são meliantes em busca de oportunidades. Não sabem qual o papel de um pequeno partido prestador de serviço nos distantes municípios do interior, trazendo para a disputa institucional da política os litígios antes resolvidos pela jagunçada.

O Supremo Tribunal Federal não tem capacidade instalada para julgar vários conflitos que afetam a vida de pessoas e de organizações. Não se qualifica como agente da pedagogia civilizatória indispensável à cultura cívica do país. Em parte, deve-se ao crescimento exponencial das demandas para sua intervenção, em parte à extraordinária multiplicidade de temas exigindo habilitação especial, mas em grande parte, também, ao narcisismo de uma Corte que se habituou a transformar a ignorância em verdade, beneficiando-se da epistemologia plebiscitária com que opera. Seis juízes incompetentes, em onze, não transformam uma insanidade em virtude iluminada. Mas, no nosso País, são capazes de destruir a liberdade. A isso se chama poder: nu, cru e rude.

Em tempo: não deixe de assistir à TV Afiada <u>"O Supremo é um - https://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/o-supremo-e-um-campo-de-batalha</u>

### O colonialismo insidioso

https://www.publico.pt/2018/03/30/sociedade/opiniao/o-colonialismo-insidioso-1808254

**BOAVENTURA SOUSA SANTOS** 

A grande armadilha do colonialismo insidioso é dar a impressão de um regresso, quando o que regressa nunca deixou de estar.

30 de Março de 2018 - Para Marielle Franco, in memoriam

O termo alemão *Zeitgeist* é hoje usado em diferentes línguas para designar o clima cultural, intelectual e moral de uma dada época, literalmente, o espírito do tempo. Na idade moderna, dada a persistência da ideia do progresso, uma das maiores dificuldades em captar o espírito de uma dada época reside em

identificar as continuidades com épocas anteriores, quase sempre disfarçadas de descontinuidades, inovações, rupturas. O que permanece de períodos anteriores é sempre metamorfoseado em algo que simultaneamente o denuncia e dissimula e, por isso, permanece sempre como algo diferente do que foi sem deixar de ser o mesmo. As categorias que usamos para caracterizar uma dada época são demasiado toscas para captar esta complexidade, porque elas próprias são parte do mesmo espírito do tempo que supostamente devem caracterizar a partir de fora. Correm sempre o risco de serem anacrónicas, pelo peso da inércia, ou utópicas, pela leveza da antecipação.

Tenho defendido que vivemos em sociedades capitalistas, coloniais e patriarcais, por referência aos três principais modos de dominação da era moderna: capitalismo, colonialismo e patriarcado ou, mais precisamente, heteropatriarcado. Nenhuma destas categorias é tão controversa quanto a de colonialismo. Fomos todos tão socializados na ideia de que as lutas de libertação anticolonial do século XX puseram fim ao colonialismo que é quase uma heresia pensar que afinal o colonialismo não acabou, apenas mudou de forma ou de roupagem, e que a nossa dificuldade é a de a nomear adequadamente. É certo que os analistas e os políticos mais avisados tiveram a percepção aguda desta complexidade, mas as suas vozes não foram suficientemente fortes para pôr em causa a ideia convencional de que o colonialismo propriamente dito acabara, com excepção de alguns poucos casos (o Sahara Ocidental, a colónia hispanomarroquina que continua subjugando o povo saharaui e a ocupação da Palestina por Israel). Entre essas vozes, saliento Pablo Gonzalez Casanova e o seu conceito de colonialismo interno para caracterizar a permanência de estruturas de poder colonial nas sociedades que emergiram no século XIX das lutas de independência nas Américas. E o líder africano, Kwame Nkrumah, primeiro Presidente da República do Gana, com o seu conceito de neocolonialismo para caracterizar o domínio que as antigas potências coloniais continuavam a deter sobre as suas antigas colónias.

O que terminou com os processos de independência do século XX foi uma forma específica de colonialismo, e não o colonialismo como modo de dominação. A forma que terminou foi o que se pode designar por colonialismo histórico

caracterizado pela ocupação territorial estrangeira. Mas o modo de dominação colonial continuou sob outras formas. O colonialismo como modo de dominação assente na degradação ontológica das populações dominadas por razões etnoraciais está hoje tão vigente e violento como no passado. Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, pese embora todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, facilmente descartáveis. Foram concebidos como parte da paisagem das terras "descobertas" pelos conquistadores, terras que, apesar de habitadas por populações indígenas, foram consideradas como terras de ninguém. Foram também considerados como objectos de propriedade individual, de que é prova histórica a escravatura. E continuam hoje a ser populações e corpos vítimas do racismo, da xenofobia, da expulsão das suas terras para abrir caminho aos megaprojectos mineiros e agro-industriais e à especulação imobiliária, da violência policial e das milícias paramilitares, do tráfico de pessoas e de órgãos, do trabalho escravo designado eufemisticamente como "trabalho análogo ao trabalho escravo", da conversão das suas comunidades de rios cristalinos e florestas idílicas em infernos tóxicos de degradação ambiental. Vivem em zonas de sacrifício, a cada momento em risco de se transformarem em zonas de nãoser.

As novas formas de colonialismo são mais insidiosas porque ocorrem no âmago de relações sociais dominadas pelas ideologias do anti-racismo, dos direitos humanos universais, da igualdade de todos perante a lei. O colonialismo insidioso é gasoso e evanescente, tão invasivo quanto evasivo, em suma, ardiloso. Mas nem por isso engana ou minora o sofrimento de quem é dele vítima na sua vida quotidiana. Floresce em *apartheids* sociais não institucionais mesmo que sistemáticos. Ocorre nas ruas e nas casas, nas prisões e nas universidades, nos supermercados e nas esquadras de polícia. Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade. Verdadeiramente só é captável em *close-ups*, instantâneos do dia-a-dia. Em alguns deles, o colonialismo insidioso surge como saudade do colonialismo,

como se fosse uma espécie em extinção que tem de ser protegida e multiplicada. Eis alguns desses instantâneos.

Primeiro. Um dos últimos números de 2017 da revista científica Third World Quarterly, dedicada aos estudos pós-coloniais, incluía um artigo de autoria de Bruce Gilley, da Universidade Estadual de Portland, intitulado "Em defesa do colonialismo". Eis o resumo do artigo: "Nos últimos cem anos, o colonialismo ocidental tem sido muito maltratado. É chegada a hora de contestar esta Considerando realisticamente os respectivos ortodoxia. conceitos, colonialismo ocidental foi, em regra, tanto objectivamente benéfico como subjectivamente legítimo na maior parte dos lugares onde ocorreu. Em geral, os países que abraçaram a sua herança colonial tiveram mais êxito do que aqueles que a desprezaram. A ideologia anticolonial impôs graves prejuízos aos povos a ela sujeitos e continua a impedir, em muitos lugares, um desenvolvimento sustentado e um encontro produtivo com a modernidade. Há três formas de Estados fracos e frágeis recuperarem hoje o colonialismo: reclamando modos coloniais de governação; recolonizando certas áreas; e criando novas colónias ocidentais." O artigo causou uma indignação geral e 15 membros do conselho editorial da revista demitiram-se. O autor acabou por retirar o artigo da versão electrónica da revista; mas permaneceu na versão impressa. Foi um sinal dos tempos? Afinal, o artigo fora sujeito a revisão anónima por pares. A controvérsia mostrou que a defesa do colonialismo estava longe de ser um acto isolado de um autor tresloucado.

Segundo. O Wall Street Journal de 22 de Março passado publicou uma reportagem intitulada "A procura de sémen americano disparou no Brasil". Segundo a jornalista, a importação de sémen americano por mulheres solteiras e casais de lésbicas brasileiras ricas aumentou extraordinariamente nos últimos sete anos e os perfis dos doadores seleccionados mostram a preferência por crianças brancas e com olhos azuis. E acrescenta: "A preferência por dadores brancos reflecte uma persistente preocupação com a raça num país em que a classe social e a cor da pele coincidem com grande rigor. Mais de 50% dos brasileiros são negros ou mestiços, uma herança que resultou de o Brasil ter importado dez vezes mais escravos africanos do que os Estados Unidos. Os

descendentes de colonos e imigrantes brancos... controlam a maior parte do poder político e da riqueza do país. Numa sociedade tão racialmente dividida, ter descendência de pele clara é visto muitas vezes como um modo de providenciar às crianças melhores perspectivas, seja um salário mais elevado ou um tratamento policial mais justo."

Terceiro. Em 24 de Março passado, o mais influente jornal da Africa do Sul, Mail & Guardian, publicou uma reportagem intitulada "Genocídio branco: como a grande mentira se espalhou para os Estados Unidos e outros países". Segundo o jornalista, "O Suidlanders, um grupo sul-africano de extrema-direita, tem vindo a estabelecer contacto com outros grupos extremistas nos Estados Unidos e na Austrália, fabricando uma teoria da conspiração sobre genocídio branco com o objectivo de conseguir apoio internacional para sul-africanos brancos. O grupo, que se autodescreve como 'uma iniciativa-plano de emergência' para preparar uma minoria sul-africana de cristãos protestantes para uma suposta revolução violenta, tem-se relacionado com vários grupos extremistas (alt-right) e seus influentes contactos mediáticos nos Estados Unidos para erquer uma oposição global à alegada perseguição a brancos na África do Sul... O ministro australiano dos Assuntos Internos disse ao Daily Telegraph que estava a considerar vistos rápidos para agricultores sul-africanos brancos, os quais precisavam de 'fugir de circunstâncias atrozes' para 'um país civilizado'. Segundo o ministro, os ditos agricultores 'merecem atenção especial' por causa de ocupação de terras e violência... Tem também sido prestada mais atenção a agricultores sul-africanos brancos na Europa, onde políticos da extrema-direita com contactos directos com a extrema-direita (alt-right) nos Estados Unidos têm solicitado ao Parlamento Europeu que intervenha na África do Sul. Agentes políticos contra os refugiados no Reino Unido estão igualmente ligados à causa."

A grande armadilha do colonialismo insidioso é dar a impressão de um regresso, quando o que regressa nunca deixou de estar.

Director do Centro de Estudos Sociais

### Como fabricar monstros para garantir o poder em

### **2018**

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/opinion/1509369732 431246.html?rel=mas

Enquanto o país é tomado por assaltantes do dinheiro público, parte dos brasileiros está ocupada caçando pedófilos em museus



Manifestantes protestam no

MAM em repúdio à apresentação do coreógrafo Wagner Schwartz no dia 30 de setembro TIAGO QUEIROZ ESTADÃO CONTEÚDO

#### **ELIANE BRUM**

**São Paulo** 31 OUT 2017 - 10:14 BRST

#### <u>OUTROS ARTIGOS DE ELIANE BRUM</u>

- - Gays e crianças como moeda eleitoral
- <u>"Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas"</u>
- A Amazônia não é nossa

Pense. Preste atenção na sua vida. Olhe bem para seus problemas. Observe a situação do país. Você acredita mesmo que a grande ameaça para o Brasil – e para você – são os <u>pedófilos</u>? Ou os <u>museus</u>? Quantos pedófilos você conhece? Quantos museus você visitou nos últimos anos para saber o que há lá dentro? Não reaja por reflexo. Reflexo até uma ameba, um indivíduo

unicelular, tem. Exija um pouco mais de você. Pense, nem que seja escondido no banheiro.

Seria fascinante, não fosse trágico. Ou é fascinante. E também é trágico. No Brasil atual, os brasileiros perdem direitos duramente conquistados numa velocidade estonteante. A vida fica pior a cada dia. E na semana em que o presidente mais impopular da história recente se safou pela segunda vez de uma denúncia criminal, desta vez por obstrução da justiça e organização criminosa, e se safou distribuindo dinheiro público para deputados e rifando conquistas civilizatórias como o combate ao trabalho escravo, qual é um dos principais assuntos do país?

#### A pedofilia.

Desde setembro, quando a mostra *QueerMuseu* – *Cartografia da Diferença na Arte Brasileira* foi fechada, em Porto Alegre, pelo Santander Cultural, após <u>ataques liderados por milícias como o Movimento Brasil Livre (MBL)</u>, arte, artistas e instituições culturais têm sido atacados e acusados de estimular a pedofilia e/ou de expor as crianças à sexualidade precoce no Brasil. Resumindo: enquanto os brasileiros têm seus direitos roubados, uma parte significativa da população está olhando para o outro lado. Ou, dito de outro modo: sua casa foi tomada por assaltantes de dinheiro público e ladrões de direitos constitucionais, mas você está ocupado caçando pedófilos em museus.

Conveniente, não é? E para quem? A resposta é tão óbvia que qualquer um pode chegar a ela sem ajuda.

Uma pergunta simples: por que os movimentos que ergueram a bandeira anticorrupção para derrubar <u>Dilma Rousseff</u> (PT), uma presidente ruim, mas que a maioria dos brasileiros elegeu, não estão fazendo nenhum movimento para derrubar <u>Michel Temer</u> (PMDB), um homem que só se tornou presidente por força de um impeachment sem base legal, ligado a uma mala de dinheiro e que tem como um dos principais aliados outro homem, Geddel Vieira Lima (PMDB), ligado a mais de <u>51 milhões de reais escondidos num apartamento?</u>

Ou Aécio Neves (PSDB), que em conversa gravada pediu dois milhões de reais a Joesley Batista, um dos donos da JBS, para pagar os advogados que o defendem das denúncias da Operação Lava Jato?

Isso não é corrupção? Isso não merece movimento? Quem mudou? E por quê? Responda você.

Outra pergunta simples: por que, em vez disso, parte destes movimentos, que se converteu em milícia, criou um problema que não existe justamente num momento em que o Brasil tem problemas reais por todos os lados?

A não ser que você realmente acredite que o problema da sua vida, o que corrói o seu cotidiano, são pedófilos em museus, sugiro que você mesmo responda a essa pergunta. Eu vou buscar responder a algumas outras.

#### 1) Como criar monstros para manipular uma população com medo?

A criação de monstros para manipular uma população assustada não é nenhuma novidade. Ela se repete ao longo da história, com resultados tenebrosos, seguidamente sangrentos. Como muitos já lembraram, a <u>Alemanha nazista</u>atacou primeiro exposições de arte. Os nazistas criaram o que se chamou de "arte degenerada" e destruíram uma parte do patrimônio cultural do mundo. E, mais tarde, assassinaram 6 milhões de judeus, ciganos, homossexuais e pessoas com algum tipo de deficiência.

Dê um monstro a uma população com medo, para que ela o despedace, e você está livre para fazer o que quiser. Mas hoje há uma diferença com relação a outras experiências ocorridas na história: a <u>internet</u>. A disseminação do medo e do ódio é muito mais rápida e eficiente, assim como a fabricação de monstros para serem destroçados.

Mas a internet é uma novidade também em outro sentido, que está sendo esquecido pelos linchadores: as imagens nela disseminadas estarão circulando no mundo para sempre. A história não conheceu a maioria dos rostos dos cidadãos comuns que tornaram o nazismo e o holocausto uma realidade

possível, apenas para ficar no mesmo exemplo histórico. Eles se tornaram, para os registros, o "cidadão comum", o "alemão médio" que compactuou com o inominável. Ou mesmo que aderiu a ele.

# Aqueles que hoje chamam artistas de "pedófilos" se esquecem de que sua imagem e suas palavras permanecerão para sempre nos arquivos do mundo

Hoje, no caso do Brasil e de outros países que vivem situação parecida, o "cidadão comum" que aponta monstros com o rosto distorcido e estimula o ódio não é mais anônimo e apagável. Ele está identificado. Seus netos e bisnetos o reconhecerão nas imagens. Seu esgar de ódio permanecerá para a posteridade.

Será interessante acompanhar como isso mudará o processo de um povo lidar com sua memória. E com sua vergonha. Tudo é tão instantâneo e imediato na internet, tão presente contínuo, que muitos parecem estar se esquecendo de que estão construindo memória sobre si mesmos. Memória que ficará para sempre nos arquivos do mundo.

### 2) Como criar uma base eleitoral para "botar ordem na casa" sem mudar a ordem da casa?

A fabricação de monstros é uma forma de controle de um grupo sobre todos os outros. A escolha do "monstro" da vez é, portanto, uma escolha política. O que se cria hoje no Brasil é uma base eleitoral para 2018. Uma capaz de votar em alguém que controle o descontrole, alguém que "bote ordem na casa". Mas que bote ordem na casa sem mudar a ordem da casa. Este é o ponto.

#### A escolha do "monstro" da vez é uma escolha política

Primeiro, derrubou-se a presidente eleita com a bandeira anticorrupção. Mas aqueles com os quais esses movimentos se aliaram eram corruptos que tornaram a mala de dinheiro uma referência ultrapassada, ao lançar o apartamento de dinheiro. Personagens desacreditados, políticos desacreditados, como então manter as oligarquias no poder para que nada

mude mas pareça mudar? Capturando o medo e o ódio da população mais influenciável e canalizando-os para outro alvo.

A técnica é antiga e segue muito eficiente. Enquanto a turba grita diante de museus (museus!), às suas costas o butim segue sendo dividido entre poucos. Rastreia-se qualquer exposição cultural com potencial para factoides, o que é bem fácil, já que o nu faz parte da arte desde a pré-história, e alimenta-se o ódio e os odiadores com monstros fictícios semana após semana. Aos poucos, a sensação de que o presente e o futuro estão ameaçados infiltra-se no cérebro de cada um.

E é um fato. O presente e o futuro estão ameaçados no Brasil porque há menos dinheiro para saúde e educação, porque <u>a Amazônia está sendo roubada</u> e porque direitos profundamente ligados à existência de cada um estão sendo exterminados por um Congresso formado em grande parte por corruptos. Mas como isso está deslocado, parece que a ameaça está em outro lugar. Neste caso, na arte, nos artistas, nos museus. Com o ódio deslocado para um monstro que não existe, homens que pregam e praticam monstruosidades aumentam suas chances de serem eleitos e reeleitos e as monstruosidades históricas seguem se perpetuando.

### Com o ódio deslocado para um monstro que não existe, oprimidos votam em opressores acreditando que se libertam

É assim que se cria uma base eleitoral que vota para botar ordem na casa, mas não para mudar a ordem da casa. É assim que oprimidos votam em opressores acreditando que se libertam. É assim que se faz uma democracia sem povo – uma impossibilidade lógica que se realizou no Brasil.

#### 3) Por que o "pedófilo" é o "monstro" perfeito para o momento político?

Por que o "pedófilo" e não outro? Esta é uma pergunta que vale a pena ser feita. Há muitas respostas possíveis. Já se tentou – e ainda se tenta – monstrificar muita gente. O aborto foi <u>a moeda eleitoral da eleição de 2010</u> e os defensores do direito de as mulheres interromperem uma gestação indesejada

foram chamados de "assassinos de fetos". Gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros estão sempre na mira, como os episódios homofóbicos e o assassinato de LGBTs nos últimos anos mostraram. Feminismo e feministas, em algumas páginas do Facebook, viraram palavrões.

A tentativa acaba de ser reeditada com os protestos contra a palestra da filósofa americana <u>Judith Butler</u> no SESC, em São Paulo. Ela participará do ciclo de debates intitulado *Os fins da democracia*, entre 7 e 9 de novembro. Acusam-na, vejam só, de "inventar a ideologia de gênero". A vergonha alheia só não é maior porque quem tem um presidente como <u>Donald Trump</u> é capaz de entender em profundidade tanto o oportunismo quanto a burrice.

Mas, se as tentativas de monstrificar pessoas são constantes, há grupos organizados para defender os direitos das mulheres sobre o seu corpo e para denunciar a homofobia e a transfobia. E estes grupos não permitem mais a conversão de seus corpos em monstruosidades e de seus direitos em monstruosidades. Nestes campos, há resistência. E ela é forte.

Qual é, então, o monstro mais monstro deste momento histórico, o monstro indefensável? O pedófilo, claro. Quem vai defender um adulto que abusa de crianças? Ninguém.

Mas há um problema. Os pedófilos não andam por aí nem são uma categoria. A maioria, aliás, como as estatísticas mostram, está dentro de casa ou muito perto dela. Ao contrário de muitos que apontam o dedo diante de museus, <u>eu já escutei vários pedófilos reais como repórter</u>. E posso afirmar que são humanos e que a maioria sofre. E posso afirmar também que uma parte deles foi abusada na infância. Posso afirmar ainda que nem todos sofrem, mas todos precisam de ajuda. Ajuda que, aliás, eles (e elas) não têm.

Como então criar uma epidemia de pedofilia sem pedófilos disponíveis?

Fabricando pedófilos. Espelhando-se em <u>Hitler</u> e criando uma "arte degenerada". Manipulando todos os temores ligados à sexualidade humana. E manipulando especialmente uma ideia de criança pura e de infância ameaçada.

### Como criar uma epidemia de pedofilia sem pedófilos disponíveis? Espelhando-se em Hitler e criando uma "arte degenerada"

A infância está, sim, ameaçada. Mas pela <u>falta de investimento em educação e</u> <u>em saúde</u>, pela destruição da floresta amazônica e pela corrosão das fontes de água, pela contaminação dos alimentos, pela destruição dos direitos que não terão mais quando chegarem à vida adulta. São estas as maiores ameaças contra as crianças brasileiras de hoje – e não falsos pedófilos em museus.

As crianças e seu futuro, aliás, estão ameaçados porque há menos museus do que deveria, menos centros culturais do que deveria e muito menos acesso aos que ainda existem do que seria necessário. Estas são as ameaças reais à infância deste momento do Brasil.

Nenhum dos artistas acusados de pedofilia ou de estimular a pedofilia é pedófilo. Mas quando provarem isso na justiça, <u>caso dos que estão sendo investigados</u>, sua vida ou uma parte significativa dela já foi destruída. E quem se responsabilizará pela destruição de uma vida humana? Quem se responsabilizará pelo ataque à cultura, já tão maltratada neste país?

# Você, que grita e aponta o dedo e o celular, fabricando falsificações, precisa se responsabilizar pelas vidas que destrói

Você, que grita e aponta o dedo e a câmera do celular, destruindo vidas e fabricando falsificações, precisa se responsabilizar pelos seus atos. Porque vidas humanas estão sendo destruídas de fato. E são as daqueles que estão sendo acusados injustamente de serem o que a humanidade definiu como "monstros". E é a vida de todos nós que teremos ainda menos acesso à cultura num país em que sobram muros e presídios, mas faltam escolas, centros culturais e museus.

4) Por que manipular os tabus relacionados à sexualidade é uma forma eficiente de criar uma base eleitoral?

Como fazer para criar uma base eleitoral que vote naqueles que acabaram de espoliá-la? Apele para a moralidade. Não há maneira mais eficiente de fazer

isso que manipular os temores que envolvem a sexualidade. Os exemplos históricos são infinitos. Quem controla a sexualidade controla os corpos. Quem controla os corpos controla as mentes. Quem controla as mentes leva o voto para onde quiser. E também arregimenta apoio para projetos autoritários.

De repente, uma parcela de brasileiros, incitada pelas milícias de ódio, decidiu que a nudez humana é imoral. E fabricaram uma equação esdrúxula: corpo adulto nu + criança = pedofilia. Pela lógica, se esse pessoal fosse a Florença, na Itália, tentariam destruir a machadadas o Davi de Michelangelo, porque ele tem pinto.

# Quem controla a sexualidade, controla os corpos. Quem controla os corpo e as mentes, leva o voto para onde quiser

Não há registro de que as milhões de crianças que tiveram o privilégio de ver a estátua ao vivo, levadas por pais ou por professores em visitas escolares, tenham se sentido sexualmente abusadas ou tenham vivido algum trauma. Mas há inúmeros registros de crianças traumatizadas na infância pela repressão à sexualidade inerente aos humanos.

Crianças têm pênis, crianças têm vagina, crianças têm sexualidade. É lidando de modo natural com essa dimensão da existência humana que se forma adultos capazes de respeitar a sexualidade, o desejo e a vida do outro. É conversando sobre isso e não reprimindo que se forma adultos capazes de respeitar os limites impostos pelo outro na experiência sexual compartilhada. É informando e não desinformando sobre essa dimensão da existência humana que se forma adultos que não se tornarão abusadores de crianças.

#### 5) Por que a arte e os artistas são os alvos do momento?

A decisão que o <u>Museu de Arte de São Paulo (MASP)</u> tomou, de proibir a exposição *Histórias da Sexualidade*, aberta em 20 de outubro, para menores de 18 anos, é uma afronta à arte – e uma afronta à cidadania. É compactuar com o oportunismo das milícias de ódio. É aceitar que nudez e pornografia são o mesmo. É destruir a ideia do que é uma exposição de arte. E é,

principalmente, abdicar do dever ético de resistir ao obscurantismo. Do mesmo modo, foi abjeta a decisão do Santander Cultural de encerrar a exposição *Queermuseu* depois dos ataques.

# Os oportunistas e seu projeto de poder vencem e o pior acontece pelas concessões e recuos de instituições que têm a obrigação de resistir

Que uma turba incitada por milícias de ódio ataque exposições de arte é lamentável. Mas que as instituições se dobrem a elas é ainda pior. A resistência é necessária justamente quando é mais difícil resistir. É pelas fissuras que se abrem, pelas concessões que são feitas, pelos recuos estratégicos que os oportunistas e seu projeto de poder vencem e o pior acontece. Também isso a história já mostrou. Não é hora de se dobrar. É hora de riscar o chão e resistir.

Por que a arte e os artistas? Esta é uma pergunta interessante. Mesmo que isso não seja óbvio para todos, é a arte que expande a nossa consciência mais do que qualquer outra experiência, justamente por deslocar o lugar do real. Ao fazer isso, ela amplia a nossa capacidade de enxergar além do óbvio – e além do que nos é dado a ver. Não há nada mais perigoso para a manutenção dos privilégios e do controle de poucos sobre muitos do que a arte.

A arte é o além do mundo que, depois de nos tirar do lugar, nos devolve ao lugar além de nós mesmos. Somos, a partir de cada experiência, nós e além de nós. Esta é uma vivência transgressora e à prova de manipulações. E esta é uma vivência profundamente humana, como mostram as pinturas encontradas nas cavernas deixadas por nossos ancestrais pré-históricos. Por isso não é por acaso que regimes de opressão começaram com ataques contra a arte e os artistas.

# Não há nada mais perigoso para a manutenção dos privilégios e do controle de poucos sobre muitos do que a arte

Ao literalizar a arte, interpretando o que é representação como realidade factual, assassina-se a arte. Quando Salvador Dalí faz um relógio derretido em

uma paisagem de sonho, ele não está afirmando que relógios derretidos existem daquela maneira nem paisagens como aquela podem ser vistas no mundo de fora, mas está invocando outras realidades que nos habitam e que vão provocar reflexões diferentes em cada pessoa. Literalizar a arte é uma monstruosidade que tem sido cometida contra obras e artistas desde que o cotidiano de exceção se instalou no Brasil.

O outro motivo é mais prosaico. Artistas podem ser muito populares e influenciadores do momento político. A admiração pela obra seguidamente é transferida para a pessoa. E por isso essa pessoa, quando fala e opina, é ouvida. É nesta chave que pode ser compreendida a tentativa de destruição de <u>Caetano Veloso</u>, acusando-o de pedofilia por ter tido relações sexuais com sua mulher, Paula Lavigne, quando ela tinha 13 anos.

Essa história é conhecida há décadas, pela voz da própria Paula. Mas só agora despontou colada a uma acusação de pedofilia. Caetano Veloso é um dos artistas que mais se posiciona politicamente no Brasil atual. Recentemente, foi Paula Lavigne que <u>liderou uma reação dos artistas</u> a um dos ataques de Temer e da bancada ruralista contra a floresta amazônica. Minar a influência de ambos, assim como a sua vontade de se posicionar e manifestar-se por medo de mais ataques, é uma estratégia. Afinal, quem ouviria a opinião política ou as denúncias feitas por um "pedófilo"? Por mais que se lute, e poucos têm tantas condições de resistir como Caetano Veloso e Paula Lavigne, uma acusação deste porte costuma deixar marcas internas.

6) Quem são os políticos e as religiões que se aliam aos fabricantes de pedófilos com o olhar fincado em 2018?

Quando o momento mais agudo da disputa passar, se passar, haverá muitos mortos pelo caminho. Em especial os invisíveis, aqueles que terão medo de tocar nos próprios filhos pelo temor de serem acusados de pedofilia, os professores que optarão por livros sem menções à sexualidade para não correrem o risco de serem linchados por pais enlouquecidos e demitidos por diretores pusilânimes, as pessoas que cada vez mais têm medo de se contrapor à turba, os artistas que preferirão não fazer. E os que deixarão o

Brasil por não suportar os movimentos brasileiros livres de inteligência ou temerem por sua vida diante dos odiadores. As marcas invisíveis, mas que agem sobre as funduras de cada um, são as piores e as mais difíceis de serem superadas.

Quando a gente via no cinema as turbas enlouquecidas assistindo às execuções medievais como se fossem uma festa, gritando por mais sangue, mais sofrimento, mais mortes, era possível pensar que algo assim já não seria possível depois de tantos séculos. Mas mesmo que as fogueiras (ainda) não tenham sido acesas, o que se vive hoje no Brasil é muito semelhante.

### Os pedófilos de hoje são as bruxas de ontem. E são tão pedófilos quanto as bruxas eram bruxas

Os pedófilos de hoje são as bruxas de ontem. E são tão pedófilos quanto as bruxas eram bruxas. E as fogueiras começam na internet, mas se alastram pela vida. Há muitas formas de destruir pessoas. A crueldade é sempre criativa. E as milícias já deixaram um rastro de devastação. Vale tudo para cumprir o propósito de limpar o campo político para 2018.

Para isso, contam menos com a ala conservadora da Igreja Católica e mais com parte das igrejas pentecostais e neopentecostais, com o fenômeno que se pode chamar de "fundamentalismo evangélico à brasileira" e sua crescente influência política e também partidária. Quem acompanha grupos de WhatsApp dos fieis fundamentalistas recebe dia após dia vídeos de pastores falando contra a arte e a pedofilia. A impressão é que o Brasil virou Sodoma e Gomorra e que um pedófilo saltará sobre seu filho, neto ou sobrinho assim que abrir a porta da casa. Grande parte destas pessoas – e isso não é culpa delas – jamais teve acesso a um museu ou a uma exposição de arte.

As articulações que estão sendo feitas para 2018 são cada vez mais fascinantes, não fossem assustadoras. Na apresentação do artista Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), realizada em 26 de setembro, o coreógrafo fazia uma interpretação de *Bicho*, uma obra viva de Lygia Clark, constituída por uma série de esculturas com dobradiças que

permite que as pessoas saiam do lugar de espectadoras passivas e se tornem parte ativa da obra. Nesta leitura de *Bicho*, que resultou em ataques de ódio, o coreógrafo, nu e vulnerável, podia ser tocado e colocado em qualquer posição pela plateia. Um vídeo divulgado pela internet mostrando uma criança tocando o performer, devidamente acompanhada por sua mãe, foi o suficiente para protestos de ódio. O artista foi chamado de "pedófilo" – e o museu foi acusado de incentivar a pedofilia.

# Observe bem os dois políticos que se alçaram a protetores das crianças brasileiras ameaçadas pela arte: João Doria (PSDB) e Jair Bolsonaro (PSC)

Vale a pena observar quem foram os dois candidatos a presidenciáveis que se manifestaram por meio de vídeos divulgados na internet: <u>João Doria</u>(PSDB) e <u>Jair Bolsonaro</u> (PSC). Doria, que gosta de posar como culto e cidadão do mundo, mostrou mais uma vez até onde pode chegar em sua luta pelo poder. Classificou a coreografia como "cena libidinosa". Afirmou que a performance "fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e, ao ferir, ele está cometendo uma impropriedade, uma ilegalidade, e deve ser imediatamente retirado, além de condenado". E aplicou o bordão: "Tudo tem limites!".

Doria, o protetor das crianças brasileiras, dias atrás anunciou (e depois das críticas recuou momentaneamente) que incluiria um <u>"alimento" feito com produtos próximos do vencimento</u> na merenda escolar das crianças de São Paulo.

Jair Bolsonaro, capitão da reserva do Exército e em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto para 2018, vociferou: "É a pedofilia!". E, em seguida: "Canalhas! Mil vez canalhas! A hora de vocês está chegando!". Justamente ele, que não se cansa de repetir que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos assassinos da ditadura, é o seu herói.

Ustra, apenas para lembrar de um episódio, levou os filhos de Amélia Teles, presa nos porões do regime, para que vissem a mãe torturada. Amelinha, como é mais conhecida, estava nua, vomitada e urinada. Seus filhos tinham quatro e

cinco anos. A menina perguntou: "Mãe, por que você está azul?". A mãe estava azul por causa dos choques elétricos aplicados em todo o seu corpo e também nos genitais. Este é o farol de Bolsonaro, o protetor das crianças brasileiras.

7) Como parte do empresariado nacional se articula com os ataques à arte enquanto apoia o retrocesso em nome do lucro?

Nenhuma distopia foi capaz de prever o Brasil atual. Parte da explicação pode ser encontrada no artigo de Flávio Rocha, presidente do Riachuelo, um dos principais grupos do setor têxtil do país, e vice-presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), publicado na página de Opinião do principal jornal brasileiro, em 22 de outubro. No texto, intitulado "O comunista está nu", o empresário ressuscita a ameaça do comunismo, discurso tão presente nos dias que antecederam o golpe civil-militar de 1964, que mergulhou o Brasil numa ditadura que durou 21 anos. O empresário escreveu este texto, vale lembrar, num Brasil tão à direita que até a esquerda foi deslocada para o centro. Diz este expoente da indústria nacional:

"O movimento comunista vem construindo um caminho que, embora sinuoso, leva ao mesmo destino: a ditadura do proletariado exaltada pelo marxismo. (...) Nas últimas semanas assistimos a mais um capítulo dessa revolução tão dissimulada e subliminar quanto insidiosa. Duas exposições de arte estiveram no centro das atenções da mídia ao promoverem o contato de crianças com quadros eróticos e a exibição de um corpo nu, tudo inadequado para a faixa etária. (...) São todos tópicos da mesma cartilha, que visa à hegemonia cultural como meio de chegar ao comunismo. Ante tal estratégia, Lênin e companhia parecem um tanto ingênuos. À imensa maioria dos brasileiros que não compactua com ditaduras de qualquer cor, resta zelar pelos valores de nossa sociedade".

# A indigência intelectual de uma parcela significativa da elite econômica brasileira só não é maior do que o seu oportunismo

A indigência intelectual de uma parcela significativa da elite econômica brasileira só não é maior do que o seu oportunismo. É também parte da

explicação da face mais atrasada do Brasil. É ainda um constrangimento, talvez uma falha cognitiva. Mas certo tipo de empresário está aí, pontificando em arena nobre. Sem esquecer jamais que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) de Paulo Skaf apoiou diretamente os movimentos que lideraram as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, tornando-se uma das principais responsáveis pela atual configuração do governo corrupto que está no poder.

Há algo interessante sobre Flávio Rocha, esse personagem amigo de João Doria e, como o prefeito de São Paulo, apoiado pelo MBL. Como mostrou reportagem da Repórter Brasil, uma das fontes sobre trabalho escravo mais respeitadas do país, o grupo Riachuelo tem sido acusado nos últimos anos por abusos físicos e psicológicos de trabalhadores. Flávio Rocha, como já demonstrou, é um dos interessados em "flexibilizar" a legislação e a fiscalização. Para isso, conta com o apoio do MBL, que chegou a convocar um protesto contra o Ministério Público do Trabalho em Natal, no Rio Grande do Norte.

Em 16 de outubro, o governo Temer publicou uma portaria, claramente inconstitucional, que reduz os casos que podem ser enquadrados em trabalho escravo. O problema é gravíssimo no Brasil, que ainda convive com situações de escravidão contemporânea. Hoje, a portaria está temporariamente cassada por liminar concedida pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, a pedido do partido Rede Sustentabilidade. Restringir o combate à escravidão foi parte do pagamento de Michel Temer aos deputados que o absolveram na semana passada e às oligarquias que representam. Estes "liberais" querem voltar a escravizar livremente. E estão conseguindo.

Mas, claro, o problema do Brasil são os pedófilos em museus. E, como o presidente do grupo Riachuelo tem a gentileza de nos alertar, a volta dos comunistas que comem criancinhas.

**Eliane Brum** é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Avesso da Lenda, A Vida Que Ninguém vê, O Olho da* 

Rua, A Menina Quebrada, Meus Desacontecimentos, e do romance Uma Duas.

Site: desacontecimentos.com Email: elianebrum.coluna@gmail.com Twitter:

@brumelianebrum/ Facebook: @brumelianebrum

### A crise intelectual do lulismo (e da esquerda a seu reboque)

Marco Antonio Perruso 09/03/2018

http://www.correiocidadania.com.br/2-uncategorised/13148-a-criseintelectual-do-lulismo-e-da-esquerda-a-seu-reboque



Os movimentos populares combativos no Brasil prosseguem na resistência contra as reformas neoliberais de Temer. Já desde antes da primeira e vitoriosa greve geral de 2017, trabalhadoras e trabalhadores têm mostrado discernimento e disposição para a luta. O mesmo não se pode dizer das burocracias sindicais da Força Sindical e da CUT, que sabotaram as outras greves gerais do ano passado. No caso do campo político lulista, a desmobilização social se explica pela impopular e eleitoreira defesa de Lula que, sob o simulacro de uma bandeira democrática, apenas tenta repor o PT como expressão dos interesses burgueses mais vinculados ao Estado.

Já boa parte da esquerda brasileira, infelizmente, não tem se mostrado à altura da classe trabalhadora que deseja representar. O problema central consiste na rendição de setores desta esquerda às pautas criadas pelo lulismo: "Não vai ter golpe", "Diretas Já", "Eleição sem Lula é golpe/fraude", defesa abstrata da democracia, todos estes slogans inventados pela máquina publicitária lulista – ao gosto da intelectualidade progressista – foram seguidamente derrotados ou esquecidos, por serem desprezados pela maioria de nossos segmentos sociais subalternizados.

Tal rendição se configura em dois diagnósticos originários da intelectualidade lulista, compartilhados por certas correntes do PSOL: Unidade Socialista, Insurgência e MAIS, entre outras forças políticas. O primeiro é a caracterização do impeachment de Dilma como golpe, o segundo é avaliação de que há uma ascensão conservadora no plano político-cultural.

Esses diagnósticos foram lançados pelo PT e cia. (sem trocadilhos) como artefatos de marketing para juntar os cacos da desmoralizada militância lulista e retomar algum apoio popular, por ocasião da queda de Dilma (1). Mas, além disso, serviram para atrair parte da esquerda para o universo social e intelectual do lulismo. Ela, que sempre criticou e combateu os governos neodesenvolvimentistas do PT, agora vê alguns setores seus – por fraqueza ideológica, acomodação social ou ambição eleitoral – ficarem a reboque das políticas lulistas de prestação de serviço ao grande capital, de criminalização da pobreza e de cooptação (e consequente enfraquecimento) das entidades

Obviamente, há uma divisão na esquerda, pois a militância mais coerente não se ilude com as benesses de um sistema político democrático-burguês estruturalmente incapaz, sequer, de diminuir a histórica desigualdade social nacional. Decerto que entender esse processo político recente no país não isenta de responsabilidade tal esquerda, que opta por abandonar o classismo da Frente de Esquerda Socialista, em favor da lulista Frente Brasil Popular e da *neolulista* Frente Povo Sem Medo (frentes que atuam unidas nas manifestações para isolar ou marginalizar a esquerda classista, felizmente com pouco sucesso), bem como da Plataforma Vamos (que inclui PSOL,

### O discurso do golpe como marco da conversão da esquerda neolulista

Mas a adoção, pelos setores reformistas do PSOL, da narrativa em torno do golpe/impeachment de Dilma, como baliza para entender a mudança na conjuntura recente do Brasil e traçar uma nova orientação política, é um fenômeno derivado — ainda que tenha desencadeado o deslocamento de parte da esquerda classista: da oposição aos governos Lula e Dilma para a cooperação com o PT. Sua origem se encontra no lulismo, em seus políticos profissionais e seus intelectuais: acadêmicos, formuladores/operadores de políticas públicas e propagandistas da bolha lulista da internet e das redes sociais.

Com a crise do lulismo expressa inicialmente nas Jornadas de Junho de 2013, o afastamento da direita conservadora (PMDB, PSD, PP etc.) da aliança governista liderada pelo PT poderia ter sido respondido

com independência de classe pelo PSOL, que, afinal de contas, nasceu antilulista – num período em que lulistas eram Michel Temer, Henrique Meirelles, Romero Jucá, Eduardo Cunha, Kátia Abreu e outros políticos burgueses – pra não dizer canalhas.

A insatisfação popular com a política institucional deveria ser massivamente politizada à esquerda. Em direção contrária, a parcela mais burocratizada e menos militante do PSOL se uniu ao PT na defesa dos políticos tradicionais, do elitista e corrupto sistema político atual.

Além disso, novas correntes políticas que foram surgindo (MAIS, por exemplo), dentro e fora do PSOL, pressionadas pela narrativa lulista, foram assumindo o diagnóstico do golpe, que expressa o campo sócio-histórico neodesenvolvimentista e serve organicamente aos seus interesses, por meio de três vetores:

- 1) defendendo-se os avanços sociais dos governos lulistas, que teriam sido interrompidos propositalmente pelo "golpe" e não, como de fato ocorreu, inviabilizados pela crise econômica, reveladora da fraqueza do neodesenvolvimentismo burguês implementado pelos governos do
- 2) ocultando-se o fato de o "golpe" ter se dado por conta da desmobilização social, inevitavelmente promovida por todo governo de conciliação de classes, como foram os do lulismo;
- 3) por conseguinte, bloqueando-se a crítica à fracassada experiência lulista, alçada agora um tanto bizarramente à condição de tábua de salvação da democracia brasileira por quem sempre combateu

aquela experiência: a esquerda classista.

Isto é, ao invés de radicalizar na denúncia do Iulismo, dialogando com suas bases populares remanescentes, parte do PSOL passou a emular um discurso empoderador do PT e enfraquecedor do próprio PSOL! (em nome justamente do diálogo com aquelas bases, que, dessa forma, só podem permanecer fiéis ao lulismo)

Em vez de estarmos denunciando fortemente propagandistas/formuladores da política de conciliação de classes – Luis Nassif, Jessé Souza, Laura Carvalho e tantos outros – que alçou ao poder Temer, MBL e o conservadorismo em geral, há militantes de esquerda divulgando os clichês e malabarismos políticos dessa *intelligentsia* neodesenvolvimentista. No lugar de estarmos na ofensiva política, operamos com ideias e valores antissocialistas que nos fragmentam e nos enfraquecem.

Mesmo para quem entende erroneamente o impeachment como um golpe, a ação política que garante nitidez a uma compreensão dialética da conjuntura, por parte da esquerda classista, reside na crítica à narrativa de que o lulismo faz do golpe – afinal de contas, uma coisa é o "golpe", outra, a interpretação do golpe pelos intelectuais lulistas. A ausência desta crítica desnuda exatamente a adesão de parte da esquerda ao lulismo.

É bom registrar, também, que o discurso do golpe persistirá enquanto os trabalhadores brasileiros não acumularem novas experiências de luta por meio de movimentos sociais autônomos. Apenas uma consciência popular radical irá impactar positivamente a intelectualidade

brasileira no desvendamento da crise nacional que ainda vivemos.

De qualquer forma, o desenrolar dos fatos mais recentes continua negando o diagnóstico do golpe. A disseminação contemporânea do uso do impeachment nas democracias liberais pelo mundo é um exemplo: aprovados, rejeitados ou cogitados, impedimentos presidenciais ocorrem na Coreia do Sul, Peru, talvez nos EUA com Trump etc. envolvendo atores políticos progressistas ou conservadores – mas sempre burgueses. Já a judicialização da política, fenômeno complexo, também se manifesta independentemente do espectro político-ideológico. Veja-se Evo Morales na Bolívia, que tentará mais uma reeleição, com aval judicial, apesar de derrotado num referendo sobre o tema. Neste caso não se vê ninguém reclamando de um golpe judicial contrário à soberania popular...

A funcionalidade do discurso do golpe em desarmar a esquerda para atuar na conjuntura (2) é proporcional à incapacidade analítica deste diagnóstico em decifrar a realidade política que vivemos.

Ao separar a cena política em dois blocos, um conservador e outro progressista, a intelectualidade lulista retoma o dualismo interpretativo de liberais e nacionalistas brasileiros. A metafísica deste diagnóstico encontra-se precisamente na ocultação da dominação de classe exercida por neoliberais e neodesenvolvimentistas. Bem como na ignorância, que só a dialética de nosso marxismo antidualista resolve, do fato de que nossos conservadorismos (como o da ditadura de 1964), ao se desgastarem, levam aos progressismos (caso do posterior período da redemocratização), e vice-versa – o lulismo é o per-

feito exemplo contrário. E mais do que isso, eles se alimentam mutuamente: os progressistas Lula e Dilma sempre governaram com coronéis fisiológicos, empreiteiras corruptas, evangélicos conservadores etc.; os governos FHC não tiveram uma agenda regressista na área dos direitos humanos; a ditadura militar foi industrializante, estatólatra e até nacionalista, e por aí vai.

Um caso anedótico que serve de exemplo é o do ex-ministro da Educação de Dilma, Renato Janine Ribeiro, professor universitário que não recebia para negociar o sindicato que representava sua própria categoria profissional, o ANDES-SN, quando da greve docente nacional de 2015. E que, no cotidiano pós-"golpe", segue dando força para a Rede Globo golpista ao divulgar um famoso e bisonho reality show (3). Populismo lulista e neoliberalismo necessariamente se retroalimentam, pois são dois esteios da mesma ordem do Capital.

Sendo assim, não faz sentido a esquerda conformar um destes dois campos políticos burgueses, nem ao menos taticamente, uma vez que, em termos estratégicos, um leva ao outro historicamente. Muito menos reproduzir as piores práticas de nossas tradições populista e liberal, o que vemos na decisão burocrática (golpista?) da artificial maioria do PSOL de não realizar prévias para escolher sua candidatura presidencial. É o que se observa também no candidato definido pela legenda, o neolulista Guilherme Boulos, ao se comportar como um ungido (tal qual Lula...), pois foge de contraposições com a militância em favor dos acordos de gabinete com dirigentes e parlamentares do

Haveria evidência mais clara de conversão ao lulismo? Mesmo parte

da esquerda psolista abre mão desses princípios básicos de um partido socialista classista, na medida em que dá esse giro na direção do PT e de quem agora orbita a seu redor.

Felizmente, uma parte da esquerda classista resiste e avança no sentido de caracterizar o lulismo como expressão de uma política burguesa não liberal – "capitalismo burocrático", na conceituação clássica de Caio Prado Jr em "A Revolução Brasileira" – que angaria ainda algum apoio popular. E que, por isso, trata-se de inimigo de classe dos

A grande inovação do nascente PSOL da década passada foi, de fato, sua índole eminentemente anticapitalista, simultaneamente antineo-liberal (contra os governos do PSDB e cia.) e anti-neodesenvolvimentista (oposição de esquerda a Lula e Dilma). Seu atual foco exclusivo na crítica ao neoliberalismo ou ao conservadorismo significa uma regressão no acúmulo histórico da esquerda brasileira e uma adesão ao nacionalismo burguês de viés desenvolvimentista (4).

#### Ascensão conservadora e fascismo na ótica dos intelectuais

A fragilidade do discurso do golpe também se percebe no diagnóstico da ascensão conservadora. Mas se a primeira narrativa peca por inadequação e contradição (o Brasil e sua democracia iam às mil maravilhas até 2013, passando a ser o absoluto oposto apenas com a derrocada do lulismo...), a segunda é enviesada e reducionista ao observar

Ambos os diagnósticos têm grande ressonância por se ajustarem de

modo notável à intolerância e à superficialidade dominantes na política tradicional no Brasil dos últimos anos, fortes também na internet e redes sociais. O que um marxista ortodoxo chamaria de irracionalismo na verdade explicita a velha e boa luta de classes, nem sempre palatável aos intelectuais.

Mas tal cenário não deve nos impedir de constatar e combater um falso alarmismo de encomenda para um certo público progressista, temeroso de uma suposta ameaça fascista e que hoje está sob domínio da bolha lulista no mundo digital – os seus homólogos da direita neoconservadora procedem da mesma forma com outra pauta.

Como bem afirma Pablo Ortellado, estes dois "grupos de poder" "usam estrategicamente as mídias sociais para nos fazer agir por impulso, irrefletidamente, tomados por medo ou por indignação (...) uma espécie de aliança tácita entre as plataformas que querem nos viciar e os grupos políticos que querem nos manter permanentemente assustados e indignados. Aos dois atores interessa uma avalanche de notícias aterrorizantes em fluxo constante" (5).

A configuração de um conservadorismo especialmente forte apenas com a queda de Dilma não se sustenta, pois a ânsia pela modernidade ou pelas novidades, mesmo como modismos importados (ideias fora do lugar em Roberto Schwarz, distinção em Bourdieu), sempre foram marcas de determinados segmentos de nossas classes privilegiadas, especialmente as de maior capital cultural. Por isso a Rede Globo nunca entrou na "onda conservadora", bem como denunciou o obscurantismo da calculada campanha do MBL contra museus em

nome do "combate à pedofilia" (6). Nossas ditas classes médias reagem fortemente se o "fascismo" bate à sua própria porta...

É possível que um conservadorismo, instrumental antes que orgânico, seja empurrado pelos "de cima" para as classes subalternizadas brasileiras. Mas mesmo neste caso as diversificadas expressões artísticas populares não deixam de ser apropriadas culturalmente pelo status quo. Enquanto o MBL inutilmente produz fake news contra Pabllo Vittar (que faz enorme sucesso entre ricos, descolados e pobres), políticos tradicionais como ACM Neto, prefeito de Salvador, tiram casquinha da popularidade da artista trans (7) – um momento que poderia ser o epitáfio da narrativa da ascensão conservadora. Outros artistas alvo de preconceito são avidamente disputados pela indústria cultural e publicitária, a fim de promoverem "valores das marcas, inclusão diversidade" como e (8).

Ao mesmo tempo em que o lulismo – e socialistas a seu reboque – combatem um fantasma conservador gestado dentro do seu inevitável campo de alianças, o progressismo capitalista continua explorando e comercializando a inventividade e expressividade anticonservadora dos trabalhadores.

Se examinarmos com mais atenção, ignorando a gritaria emburrecedora de "coxinhas" e lulistas, facilmente observam-se sinais contrários aos simplistas discursos dominantes:

- o STF "golpista" garante mais direitos à população LGBT e às mulheres pobres, refletindo suas lutas (9);

- o progressista blog do Nassif assume pontualmente a defesa do conservadorismo e do racismo (10);
- o ilegítimo governo Temer vota contra Israel e EUA na Assembleia Geral da ONU (11);

Pode-se concluir que o conservadorismo no Brasil (para não dizer no mundo) é um fenômeno menor do que faz parecer os nele interessados, sejam seus defensores, seus estudiosos ou os que alardeiam sobre este "perigo" para nossa "civilização".

O diferencial da conjuntura recente reside, portanto, no acirramento das lutas – à esquerda e à direita – e na crise que a conciliação de classes sempre lega à classe trabalhadora.

Depois que a crise econômica mundial de 2008 fez ruir o sonho economicista de um capitalismo "justo" sob o lulismo (e agravou a crise de representação da "modernidade organizada" (12) sob o decadente fordismo), a satisfação e a acomodação de quase toda a sociedade brasileira foram substituídas por velhos e novos engajamentos políticos, que muitas vezes fogem à uma "racionalidade" socialdemocrata professada, secretamente ou não, por nós intelectuais.

É nesse contexto que são inteligíveis expressões ideológicas tão díspares como os salvacionismos progressistas (Lula) e conservadores (Bolsonaro), o ultraliberalismo de internet, os marxistas de Facebook, o novo populismo disfarçado de esquerda (Boulos), os diversos e legítimos identitarismos, a renovação de velhas religiosidades, as teorias da conspiração etc.

E mais: a direita tradicional, após anos de hegemonia lulista, se mobilizou contra "governos de esquerda" imitando, premeditadamente, o repertório que a verdadeira esquerda sempre apresentou quando na oposição na sociedade civil, mas com pautas ligeiramente diferentes:

- a) a ameaça externa não é o imperialismo, mas um "globalismo" (liberal?);
- b) o status quo a ser criticado não é mais o da alienação, mas o "politicamente";
- c) os inimigos poderosos não são mais a burguesia e seu Estado, mas os políticos corruptos e a "esquerda caviar";
- d) até os escrachos públicos passaram a ser realizados contra personalidades progressistas, não contra políticos, empresários ou intelectuais conservadores.

O uso da internet e redes sociais parece ser a novidade deste ativismo neoconservador de ocasião. De qualquer maneira, o quadro assim composto assusta a intelectualidade progressista, que identifica um ilusório avanço fascista. Ao mesmo tempo, revela seu caráter socialdemocrata, seguindo a lição reformista propugnada por Poulantzas: "manter-se tranquilo e andar na linha sob os auspícios e a palmatória da democracia liberal avançada" (13).

Mas nosso problema e desafio são outros. Os socialistas e revolucionários não deixam de enfrentar eventuais retrocessos conservadores ensejados por governos progressistas fracassados. Mas o melhor combate a tal inimigo é a luta estratégica contra toda e qualquer dominação capitalista, não apenas a extrema-direita, mas notadamente o "centro-extremo" (como bem aponta Tariq Ali (14)), por vezes liderado por políticos de origem na esquerda – casos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, com diferentes matizes políticas.

O viés socialdemocrata, populista ou puramente liberal da intelectualidade progressista revela-se mais cruamente na sua inoperância militante, visto que acredita piamente na democracia representativa. Quanto mais estridente é nas redes sociais, mais paralisada se mostra na vida real da democracia participativa. Mobiliza-se por abaixo-assinados (seguindo a antiga tradição intelectual, desde o famoso Caso Dreyfus na França de fins do século 19), mas não mais consegue conceber greves ou ações diretas como instrumentos históricos da classe

Ademais, uma dimensão conservadora, de classe mesmo, explicita-se no momento em que os intelectuais lulistas se mexem apenas quando o "fascismo" ou a criminalização perturba seu cotidiano cívico de incluídos sociais. Solidarizam-se com Lula e Dilma, mas não com negros, mulheres e jovens pobres que sofrem sob o encarceramento em massa produzido pelos governos do PT a que serviram.

Seu cinismo intelectual e político denuncia o Estado de Exceção apenas quando este, promovido por eles mesmos nos governos pe-

tistas, atinge outros segmentos sociais para além das camadas populares.

# Buscando superar os atuais horizontes políticos e intelectuais no Brasil

A este cinismo se combina um irracionalismo, termo péssimo, mas aqui usado apenas para colocar frente ao espelho justamente os intelectuais lulistas: tão ciosos das Luzes e da democracia, mas hábeis também no exercício da intolerância política e reflexiva, tal como os demais atores ordinários da cena política. Afinal de contas, porque os possuidores de capital cultural haveríamos de estar isentos da crise nacional?

À direita e à esquerda muito se escreve de propaganda, mas não de análise, sobre a relação emocional – já anacrônica, é bom que se diga – entre o "povão" e Lula, por exemplo. Para a intelectualidade progressista, não se trataria de irracionalismo, ao contrário dos que buscam uma solução na canalhice reacionária de um Bolsonaro. Intolerantes sempre são os outros, não os filiados ao campo lulista.

Outro exemplo é expressivo da alienação de muitos intelectuais encastelados nas universidades ou em órgãos estatais vinculados a políticas públicas. Incapaz de buscar em si mesma responsabilidades pelo atual estado das coisas, esta *intelligentsia* burocrata, que sustentou o lulismo e não consegue imaginar por que ruiu o castelo de cartas que ela própria ajudou a edificar, dedica-se a teses bizarras, como o retorno do Rio de Janeiro à condição de capital federal (15). Tal proposição equivale às teorias da conspiração mais obscurantistas,

como o terraplanismo. Nós intelectuais sabemos de nossas proezas históricas em termos de alheamento da realidade... (16)

Uma das vias possíveis para mudar o presente cenário político-intelectual brasileiro, além da óbvia rearticulação de movimentos sociais autônomos que vem ocorrendo deste o início desta década, consiste, a meu ver, no processo intelectual real de fazer o caminho de volta do aparelho de Estado para os espaços de rearticulação societária da classe trabalhadora, desde baixo. Voltar a ser militante, voltar a ser uma intelectualidade orgânica, vinculada a movimentos populares contestatórios, em detrimento de se portar como uma tecnocracia estatólatra.

Talvez assim intelectuais progressistas possam reconquistar alguma agência (no sentido sociológico do termo), alguma capacidade maior de interferência no mundo, para além de chorar na internet as mágoas do "retrocesso" que vivemos. Falar um pouco menos e agir muito

Talvez assim também possa nosso campo intelectual deixar de subestimar a agência de nossas classes populares, operação corriqueira nas tradições liberal e nacionalista do pensamento social e político brasileiro. Deixar de subsumir nossos segmentos subalternos a uma liderança carismática, operação basilar realizada pelo populismo varguista e pelo neodesenvolvimentismo lulista. Procedimento agora reproduzido pelo MTST na frente política que dirige: "O impedimento da candidatura de Lula retira do povo sua soberania" (17).

Repete-se o mantra populista, desvendado pela sociologia marxista

uspiana nos anos 1960, que identifica os trabalhadores com um líder político conciliador – que necessariamente lhes retira protagonismo histórico enquanto classe. A novidade e gravidade residem no fato de uma entidade popular de trajetória autônoma e classista, como o MTST, regredir a esse tipo de raciocínio eleitoreiro, que não faz jus ao acúmulo de lutas de nossos movimentos sociais mais combativos.

A candidatura de Boulos pelo PSOL expressa regressão igual, na medida em que parte de nossa esquerda socialista, ainda que a mais burocratizada, se insere no seio do lulismo. Trata-se não apenas de liquidacionismo partidário e traição de classe, mas de imersão na política burguesa, a qual, seja neodesenvolvimentista ou neoliberal, preserva a histórica desigualdade brasileira por trás de políticas sociais compensatórias mais ou menos efetivas (18).

Expressa ainda uma colonização do PSOL carioca (muito mais forte e militante) pelo PSOL paulista. Este literalmente está no olho do furação: o cerne da intelectualidade lulista encontra-se em São Paulo.

Em contrapartida, as novas gerações da classe trabalhadora, grande parte da juventude, estão abrindo outros caminhos, ignorando envelhecidas pautas reformistas e promovendo lutas autônomas em torno dos mais diversos marcadores sociais da exploração e opressão de classe, de gênero, étnico-racial etc. Acusados de radicalismo identitário, felizmente ignoram as reprimendas que lhes são direcionadas pelos mais acomodados – assim como no passado o então combativo PT não dava ouvidos à velha esquerda pecebista e trabalhista.

Formulam inclusive novas questões para nossas ciências humanas.

Abordam de modo engajado as movimentações e lutas de classes e demais grupos da sociedade brasileira. Talvez, inclusive, na perspectiva de superar, na ótica dos subalternos, os discursos acadêmicos dominantes em torno dos "feitos" da institucionalidade e democracia burguesas no Brasil. Discursos que valorizam nossos atuais especialistas em políticas públicas, bem como os velhos *statemakers* do pensamento brasileiro – quase sempre homens brancos ilustrados pertencentes às classes dominantes machistas, racistas e homofóbicas, que se arvoravam a saber o que é melhor para o "povo" sem consultá-lo.

Leia também:

- 1) Ver meu artigo com Viviane Becker Narvaes no Correio da Cidadania, "Depois da farsa do golpe: perspectivas da esquerda classista na crise brasileira em 2016": <a href="http://www.correiocidadania.com.br/72-artigos/imagens-rolantes/11673-depois-da-farsa-do-golpe-perspectivas-da-esquerda-classista-na-crise-brasileira-em-2016">http://www.correiocidadania.com.br/72-artigos/imagens-rolantes/11673-depois-da-farsa-do-golpe-perspectivas-da-esquerda-classista-na-crise-brasileira-em-2016</a>.
- 2) Simetricamente, a narrativa do golpe arma o lulismo desmobilizador contra a resistência classista, no plano dos movimentos sociais como está explícito numa das bandeiras da oposição sindical cutista no ANDES-SN: "Foi golpe sim!" <a href="https://renovaandes.org/2018/02/22/foi-golpe-sim-nota-de-solidariedade-ao-professor-luis-felipe-miguel">https://renovaandes.org/2018/02/22/foi-golpe-sim-nota-de-solidariedade-ao-professor-luis-felipe-miguel</a>.
- 3) Veja-se a coluna de Mauricio Stycer na Folha de São Paulo de 04/02/2018: "O filósofo, a cientista política e o BBB".
- 4) A respeito, veja-se meu artigo "Algumas questões para a militância socialista, revolucionária e libertária nos dias de hoje" <a href="https://campodebatesocialistarj.wordpress.com/2012/07/05/algumas-questoes-">https://campodebatesocialistarj.wordpress.com/2012/07/05/algumas-questoes-</a>

para-a-militancia-socialista-revolucionaria-e-libertaria-nos-dias-dehoje .

- 5) Conforme seu post no Facebook às 21:40hs de 18.02.18: <a href="https://www.facebook.com/ortelladopablo">https://www.facebook.com/ortelladopablo</a>
- 6) Por meio de uma reportagem no programa Fantástico de 08.10.2017.
- 7) <a href="http://viajay.com.br/blog/visualizar/prefeito-de-salvador-celebra-a-diversidade-com-pabllo-vittar">http://viajay.com.br/blog/visualizar/prefeito-de-salvador-celebra-a-diversidade-com-pabllo-vittar</a>.
- 8) "Publicidade é o novo alvo de Jojo Toddynho", reportagem de O Estado de São Paulo de 12.02.2018. Outro exemplo no mesmo sentido é o recente sucesso do hollywoodiano "Pantera Negra".
- 9) Respectivamente: <a href="https://www.cartacapital.com.br/diversidade/trans-poderao-mudar-de-nome-no-registro-civil-sem-cirurgia-decide-stf">https://www.cartacapital.com.br/diversidade/trans-poderao-mudar-de-nome-no-registro-civil-sem-cirurgia-decide-stf</a>; e <a href="http://www.huffpostbrasil.com/2018/02/20/stf-decide-que-gravidas-e-maes-de-criancas-ate-12-anos-podem-cumprir-prisao-domiciliar\_a\_23366814">https://www.huffpostbrasil.com/2018/02/20/stf-decide-que-gravidas-e-maes-de-criancas-ate-12-anos-podem-cumprir-prisao-domiciliar\_a\_23366814</a> .
- 10) Ver: <a href="https://jornalggn.com.br/noticia/a-defesa-do-mercado-de-odio-no-caso-waack-por-luis-nassif;">https://jornalggn.com.br/odio-no-caso-waack-por-luis-nassif;</a> e <a href="https://jornalggn.com.br/noticia/consideracoes-sobre-o-episodio-william-waack-por-luis-nassif">https://jornalggn.com.br/noticia/consideracoes-sobre-o-episodio-william-waack-por-luis-nassif</a>.
- 11) <a href="https://g1.globo.com/mundo/noticia/onu-condena-por-ampla-maioria-a-decisao-dos-eua-sobre-jerusalem.ghtml">https://g1.globo.com/mundo/noticia/onu-condena-por-ampla-maioria-a-decisao-dos-eua-sobre-jerusalem.ghtml</a>.

- 12) Ver "A crise da modernidade a sociologia política no contexto histórico", de Peter Wagner, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 11, n. 31, 1996.
- 13) Coleção Grandes Cientistas Sociais n. 47 Poulantzas, São Paulo, Ed. Ática, 1984, pg. 170.
- 14) <a href="http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1921186-chorar-vitoria-de-trump-e-ignorancia-historica-afirma-ensaista-tariq-ali.">http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1921186-chorar-vitoria-de-trump-e-ignorancia-historica-afirma-ensaista-tariq-ali.</a> shtml
- 15) <a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-nao-reconhe">https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-nao-reconhe</a> cer-o-rio-como-segunda-capital-do-brasil
- 16) Ver ainda meu artigo "Coxinhas e governistas: dupla face da intolerância da classe média?" no Correio da Cidadania: <a href="http://www.correiocidadania.com.br/politica/11186-27-10-2015-coxinhas-e-governistas-dupla-face-da-intolerancia-da-classe-media.">http://www.correiocidadania.com.br/politica/11186-27-10-2015-coxinhas-e-governistas-dupla-face-da-intolerancia-da-classe-media.</a>
- 17) <a href="https://esquerdaonline.com.br/2018/01/18/nota-da-frente-povo-sem-medo-em-defesa-da-democracia-e-do-direito-de-lula-ser-can">https://esquerdaonline.com.br/2018/01/18/nota-da-frente-povo-sem-medo-em-defesa-da-democracia-e-do-direito-de-lula-ser-can didato .</a>
- 18) A respeito, veja-se: <a href="http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/">http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/</a>
  10/1922936-se-pobre-melhorou-nao-estou-nem-ai-pro-rico-diz-ricardo-paes-de-barros.shtml?utm\_source=facebook&utm\_med
  ium=social&utm\_campaign=compfb.

Marco Antonio Perruso é professor de Sociologia da UFRuralRJ, militante do ANDES-SN e do PSOL.

A crise da democracia brasileira foi desencadeada pelo impeachment que todos - e não apenas seus opositores - sabiam tratar-se de um golpe.

### Por Luiz Carlos Bresser-Pereira

FACEBOOK 11 de março de 2018 - 15h24

Uma violência contra a democracia que a classe média tradicional justificou com a corrupção, mas, afinal, realmente corrupto foi o governo resultante.

Que os economistas liberais e as elites financeiro-rentistas justificaram com a necessidade de ajuste fiscal e de reforma da previdência, mas o governo foi irresponsável no plano fiscal e fracassou em realizar a reforma.

A política está sujeita a contradições, mas precisa ser autêntica.

Políticos podem ser liberais ou desenvolvimentistas, conservadores ou progressistas, mas precisam acreditar nos seus valores e agir de acordo com ele. Não podem ser cínicos.

A perspectiva de todos é que as próximas eleições abram o caminho para a superação da crise política.

Mas isso só acontecerá se a autenticidade e não o cinismo definirem o candidato eleito.

Este critério, a crítica do cinismo, é para mim o critério universal - o critério que todos deveriam adotar ao votar em outubro próximo.

Satisfeito esse critério, cada eleitor adotará o critério que considerar mais importante.

Para mim, por exemplo, três critérios são fundamentais para a escolha do presidente da República:

Primeiro, ele deve ter um projeto macroeconômico de desenvolvimento baseado na superação da armadilha de juros altos e câmbio apreciado no longo prazo que, desde 1990, impede os investimentos, desindustrializa o Brasil e o faz ficar cada vez mais para trás no plano econômico.

Segundo, ele deve ser um verdadeiro político - alguém que sabe fazer compromissos mas está determinado e tem a força interna necessária para levar adiante seu projeto.

Terceiro, ele deve estar comprometido com a diminuição da desigualdade e ter como principal instrumento para isso uma reforma tributária progressiva, que faça os ricos pagarem proporcionalmente mais impostos do que os pobres.

## Paulo Baía FB Acesso 13 março 38 mins · Rio de Janeiro, RJ ·

Correlacionei a pesquisa do Ibope sobre as expectativas, sentimentos e motivações para o voto e o "não voto" nas eleições desse ano divulgada hoje com a última pesquisa sobre preferência eleitoral para a presidência da república do Datafolha, além das análises que tenho feito com base no resultado das eleições para prefeitos das 26 capitais dos estados brasileiros em 2016 e o resultado da eleição extraordinária para governador no estado do Amazonas em outubro de 2017. Minha conclusão é de que teremos um "não voto"(nulos, em

branco e abstenções) na faixa de 50% dos eleitores registrados para presidente da república e governadores, podendo este aumentar para as eleições legislativas. Com tantos dados e números cheguei a uma conclusão valida dia de As máquinas partidárias do MDB, PT, PSDB, DEM, PR, PDT, PP, PTB, PRB, PPS, PSD e PSB vão ter um bom desempenho eleitoral. A Câmara dos Deputados só terá renovação geracional e não de forcas Ou seja, tudo permanecerá como hoje em termos de composição cenário parlamentar. E surgiu uma possibilidade, a candidatura de Jair Bolsonaro, caso receba o apoio e o aporte de tempo de televisão e fundo eleitoral do PR, ser competitiva. Vamos observar a movimentação política até o mês de junho de 2018.

## PESQUISA ELEITORAL MARÇO 2018 . CNT - 2° Turno Informe-se e Reflita

Cenário		Candidato	Intenções %	
1. Lula x Alckmin		Lula	44,5	
		Alckmin	22,5	
Branco / Nulo	28,5			
Não sabe	4,5			
2. Lula x Bolsonaro		Lula	44,1	
		Bolsonaro	25,8	
Branco / Nulo	26,0			
Não sabe	4,1			

Bolsonaro

26,7

3. Bolsonaro x Alckmin

	Alckmin	24,3
Branco / Nulo 41,6		
Não sabe 7,4		
4. Lula x Marina	Lula	43,8
	Marina	20,3
Branco / Nulo 31,8		
Não sabe 4,1		
5. Marina x Alckmin	Marina	26,3
	Alckmin	24,6
Branco / Nulo 42,5		
Não sabe 6,6		
6. Bolsonaro x Marina	Bolsonaro	27,7
	Marina	26,6
Branco / Nulo 39,0		
Não sabe 6,7		
7. Alckmin x Temer	Alckmin	36,6
	Temer	3,8
Branco / Nulo 52,0		
Não sabe 7,6		
8. Bolsonaro x Temer	Bolsonaro	36,0

		Temer	5,7
Branco / Nulo	50,2		
Não sabe	8,1		
9. Lula x Teme	er	Lula	47,5
		Temer	6,8
Branco / Nulo	40,7		
Não sabe	5,0		
10. Marina x Temer		Marina	36,8
		Temer	5,3
Branco / Nulo	51,1		
Não sabe	6,8		
11. Alckmin x Maia		Alckmin	32,2
		Rodrigo Maia	6,5
Branco / Nulo	52,8		
Não sabe	8,5		
12. Bolsonaro x Maia		Bolsonaro	32,2
		Rodrigo Maia	9,4
Branco / Nulo	49,6		
Não sabe	8,8		

13. Lula x Maia		Lula	46,7
		Rodrigo Maia	9,8
Branco / Nulo	38,4		
Não sabe	5,1		

14. Marina x Maia		Marina	34,5
		Rodrigo Maia	7,3
Branco / Nulo	51,0		
Não sabe	7,2		

## **Comentários:**

- 1. Lula é o grande preferido em qualquer situação, se for candidato
  - 2. Bolsonaro é competitivo
- 3. Marina Silva está bem situada, embora ignorada pelos analistas
  - 4. Vários candidatos em torno de 10%
- 5. Votos nulos e abstenções vai se situar entre 40% e 50%, com o que o vencedor o será, admitindo-se a polarização dominante, de menos de 25% dos eleitores

### Paulo Baía . Voto Nulo

:"Correlacionei a pesquisa do Ibope sobre as expectativas, sentimentos e motivações para o voto e o "não voto" nas eleições desse ano divulgada hoje com a última pesquisa sobre preferência eleitoral para a presidência da república do Datafolha, além das análises que tenho feito com base no resultado das eleições para prefeitos das 26 capitais dos estados brasileiros em 2016 e o resultado da eleição extraordinária para governador no estado do Amazonas em outubro de 2017.

Minha conclusão é de que teremos um "não voto"(nulos, em branco e abstenções) na faixa de 50% dos eleitores registrados para presidente da república e governadores, podendo este índice aumentar para as eleições legislativas.

Com tantos dados e números cheguei a uma conclusão valida para o dia de hoje.

As máquinas partidárias do MDB, PT, PSDB, DEM, PR, PDT, PP, PTB, PRB, PPS, PSD e PSB vão ter um bom desempenho eleitoral.

A Câmara dos Deputados só terá renovação geracional e não de forças políticas.

Ou seja, tudo permanecerá como hoje em termos de composição e cenário parlamentar.

E surgiu uma possibilidade, a candidatura de Jair Bolsonaro, caso receba o apoio e o aporte de tempo de televisão e fundo eleitoral do PR, passa a ser competitiva.

Vamos observar a movimentação política até o mês de junho de 2018."

### Nizan diz que Bolsonaro vai ganhar a eleição.

Por: Reinaldo Azevedo

Publicada: 13/03/2018 - 16:38

"Bolsonaro é um Dorflex, vai ganhar a eleição", diz Nizan Guanaes, na Folha desta terça.

O publicitário Nizan Guanaes, um dos mais badalados do país, aposta que o deputado Jair Bolsonaro (PSL) vai ganhar a eleição presidencial deste ano.

Após participar de debate dos jornais Financial Times e Valor Econômico, em São Paulo, nesta terça-feira (13), ele disse à Folha que discorda das ideias do presidenciável, mas enxerga o seu potencial nas urnas.

"Eu não sou Bolsonaro. Eu acho que vai ganhar. Do jeito que as coisas estão caminhando, ele é um fortíssimo candidato. Porque ele tem uma conexão, está trazendo, ao meu ver, respostas operísticas para demandas da população", disse.

Para ele, enquanto candidatos mais moderados se digladiam por apoio de partidos em busca de maior tempo de televisão, Bolsonaro corre por fora.

"É uma campanha que anda morna e você tem uma população que está irritada, que está enlouquecida com o crime, aí tem a desilusão. Bolsonaro é o Dorflex, é uma solução para a sua dor", definiu o publicitário.

Nizan disse que tempo de TV "é uma conversa antiga". "Ele tem tempo digital. Ele tem 34% no Acre. De onde veio esse cara no Acre?", questionou.

O publicitário reforçou que fala tecnicamente, como especialista do ramo da comunicação. "Não é uma conversa política, senão amanhã vou sair tomando porrada da Folha."

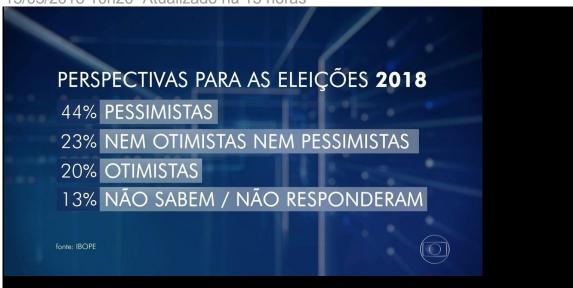
## 44% dos eleitores se dizem pessimistas com eleição de 2018, diz Ibope

Levantamento encomendado pela CNI ouviu 2 mil pessoas em 127 municípios. Corrupção e falta de confiança nos candidatos são os principais motivos apontados entre os que se dizem pessimistas.

HTTPS://G1.GLOBO.COM/POLITICA/ELEICOES/2018/NOTICIA/44-DOS-ELEITORES-SE-DIZEM-PESSIMISTAS-COM-ELEICAO-DE-2018-DIZ-IBOPE.GHTML

## Por Lucas Salomão, G1, Brasília

13/03/2018 10h20 Atualizado há 15 horas



Ibope divulga pesquisa sobre as expectativas dos brasileiros para as eleições Pesquisa Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada nesta terça-feira (13), aponta que 44% dos eleitores se disseram "pessimistas" com a eleição presidencial deste ano. 20% dos entrevistados afirmaram estar "otimistas" com o pleito e outros 22% disseram não estar nem otimistas nem pessimistas.

O levantamento ouviu 2 mil pessoas em 127 municípios entre os dias 7 e 10 de dezembro do ano passado. De acordo com o Ibope, a margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

O índice de confiança do levantamento é de 95%. Isso quer dizer que há uma probabilidade de 95% de os resultados retratarem o atual momento eleitoral.

Índice de confiança do eleitor com eleição presidencial de 2018

Pesquisa Ibope aponta que 44% dos entrevistados se declara 'pessimista' com o pleito

Em porcentagem4444232320201313PessimistaNem otimista nem pessimistaOtimistaNão sabe/não respondeu01020304050

Fonte: CNI/Ibope

Dentre aqueles que se disseram pessimistas com a eleição, 30% apontaram, de forma espontânea, a corrupção como principal motivo.

Outros 19% mencionaram a perda de confiança no governo e nos candidatos; 16% apontaram a falta de opções entre os pré-candidatos; e outros 11% citaram o fato de

serem sempre os mesmos candidatos concorrendo, sem possibilidade de mudança ou de renovação.

Já entre os que se disseram otimistas, o principal motivo apontado foi a possibilidade de mudança e renovação (32%). Outros 19% citaram a esperança no voto ou na participação popular.

## Promessas de campanha

A pesquisa também questionou os entrevistados sobre a opinião deles em relação à frase: "Eu acredito nas promessas de campanha dos candidatos".

Dentre os ouvidos, 75% discordaram totalmente ou em parte da frase.

Outros 24% disseram concordar totalmente ou em parte com a frase.

Apesar do percentual, 84% dos eleitores disseram concordar totalmente ou em parte com a necessidade de estudar as propostas para decidir em quem votar. Apenas 14% afirmaram não concordar com a necessidade.

#### Partidos x candidatos

A pesquisa também revela que 72% dos entrevistados disseram que votam nos candidatos que gostam, independentemente do partido em que eles estejam. Apesar disso, 64% disse que considera importante o partido ao qual o candidato à Presidência está filiado.

Segundo o levantamento, o partido que apresenta maior percentual de apoiadores é o PT, que conta com a simpatia ou preferência de 19% dos entrevistados. Logo depois estão o MDB (7%) e o PSDB (6%).

Por outro lado, 48% dos entrevistados disseram não possuir preferência ou simpatia por nenhum partido político.

## Preferência ou simpatia por partido político

A soma dos percentuais do gráfico pode diferir de 100% por questões de arredondamento

19197766221414484855PTMDBPSDBPSOLOutros partidos somadosNenhum/não tem preferênciaNão sabe/não respondeu0204060

## Fonte: CNI/Ibope

## Características do candidato

Outro ponto abordado na pesquisa diz respeito ao que os entrevistados consideram características importantes para um candidato à Presidência. Para 87% deles, a principal delas é ser honesto e não mentir na campanha.

Já 84% dos entrevistados apontam como característica importante nunca ter se envolvido em qualquer esquema corrupção. 82% disseram que o candidato precisa transmitir confiança e 78% apontaram a importância de o candidato ter pulso firme e ser decidido.

## Alinhamento ideológico x honestidade

O lbope também questionou os 2 mil entrevistados sobre a seguinte questão: votariam em candidatos honestos, mas que proponham

políticas com as quais as pessoas não concordam ou votariam em candidatos acusados de corrupção, mas que pensem como o entrevistado.

66% dos entrevistados disseram preferir votar em um candidato honesto que defenda políticas com as quais eles não concordam. Já 19% afirmaram que preferem votar em um candidato acusado de corrupção, mas que pense como eles.

CNI

IBOPE

## O Brasil aprofundando o Estado de Exceção

Emerson Leal – Doutor em Física Atômica e Molecular pela USP de S. Carlos

E-mail: emersonplus@yahoo.com

MAR/2018

Em textos recentes, Malu Aires e Luis Nassif chamam a atenção para a situação de aprofundamento do Estado de exceção no Brasil. Impressiona que a opinião pública, em sua esmagadora maioria, não tem a menor ideia do que esteja acontecendo. Fácil de entender: afinal, a mídia oligopolista — como instrumento de poder das elites dominantes — quando não omite a verdade, manipula a notícia de forma escandalosa. Tudo dentro da lógica desnudada por Mino Carta: "Se a mídia não deu o fato não aconteceu"!

1. Vejamos como funciona a "Justiça" da plutocracia brasileira: (a) alguém por acaso se lembra do escândalo doBanestado? Não? Pois bem, tratou-se de um esquema de evasão de divisas da ordem de US\$ 134 bilhões que ocorreu no governo de Álvaro Dias em plena Era FHC, no final dos anos 90! Atualizado, esse valor chega a uns R\$ 520 bilhões, isto é, mais de meio trilhão de reais. O Dr. Moro conseguiu engavetar tudo: afinal, os vilões eram tucanos; (b) o escândalo do Banco do Nordeste – falido por desvios de mais de um bilhão de reais: Tasso Jereissati (tucano) teria sido um dos favorecidos. Gilmar Mendes – compadre do ex-governador do Ceará – está até hoje sentado em cima do processo.

2. Há ainda a *Operação Zelotes*, que desde 2015 'investiga' uma sonegação da ordem de R\$ 20 bilhões por, pelo menos 70 empresas. Dentre elas a *Ford*, a *Mitsubishi*, os *Bancos Santander*, *Bradesco*, *Safra e pela RBS (afiliada da Rede Globo no RS)*, além do *Partido Progressista (PP)*. Um processo que patina desde 2015 sem sair do lugar.

A propósito da *Zelotes*, disse Malu Aires: no Brasil, plutocratas ladrões "saem das colunas de escândalo direto para a lista da Forbes (..). O dono do Banco Safra é um deles; e toda a lista do escândalo Zelotes já está limpinha na Forbes. A sonegação fiscal no Brasil chega, por ano, a roubar R\$ 1 trilhão dos cofres públicos". Diz mais: "Serão trilhões de dólares para a Shell até 2040 (...). Aí está o tal padrão FIFA que os desmiolados [coxinhas] pediam nas manifestações de 2013" e naquelas pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

- 3. Luis Nassif mostra outro buraco em que o governo ilegítimo e sua quadrilha de assaltantes estão enfiando o Brasil. A Justiça dá sustentação às elites na sua rapinagem. "Negociatas escandalosas são articuladas à luz do dia", como a venda da *Eletrobrás* aos interesses multinacionais a preço de fim de feira; ou a "falta de competição nas licitações"; o Sistema aprova uma "PEC da Morte" para tirar por 20 anos recursos da Educação, Saúde e Infraestrutura. Tudo com o apoio de uma mídia manipuladora e criminosa.
- 4. Para completar, temos uma presidente do STF recebendo em casa, com pãozinho de queijo, um presidente ilegítimo prestes a ser indiciado por irregularidades escabrosas, por um lado e, por outro, negando-se a receber uma senadora da República por ser de esquerda. E vemos também uma 'Justiça' implacável com Lula por causa de um tríplex de pouco mais de um milhão de reais "do Lula", mas que ninguém consegue provar que seja realmente dele. *Em suma, temos uma Justiça que fala grosso com as esquerdas e pia fino com as elites plutocratas*.
- 5. Todo esse *script* de verdadeiro Estado de Exceção está sendo montado também para tirar Lula da disputa presidencial. Segundo Nassif, mais que isso; é inclusive para vetar seu apoio a candidatos da esquerda. E vaticina: "O *Brasil já provou definitivamente que a atual geração de homens públicos* é a mais mediocre da História" e, por isso, está regredindo aos anos de um país subdesenvolvido e dependente. Malu Aires é mais contundente: "Vamos festejar nossa própria sentença de miséria perpétua. Enfim, temos agora um país de bosta que todos os bostas [da classe média pequeno-burguesa] queriam de volta".

Ou a esquerda se articula para armar uma estratégia de contraofensiva, ou as elites bandidas vão aumentar mais ainda o fosso da miséria de milhões de brasileiros.

## Idiossincrasias partidárias à esquerda

https://marcoanogueira.pro/idiossincrasias-partidarias-a-esquerda/

8 de Março de 2018 - Marco Aurélio Nogueira

Não é fácil entender a lógica das organizações partidárias, sobretudo as de esquerda. Todo partido político tem suas idiossincrasias e suas manias, que muitas vezes os prejudicam. Os de esquerda, porém, levam isso ao paroxismo, talvez porque sejam os que vivem com maior intensidade e dedicação o problema da organização.

Além da facilidade com que as correntes internas brigam entre si, invariavelmente ao ponto da ruptura, os partidos parecem não se importar em queimar seus cartuchos. Fazem um esforço danado para girar em círculos e retroceder, aprisionados a doutrinas enrijecidas ou à dificuldade de fazer escolhas que lhes deem oxigênio e perspectiva de futuro.

Veja-se o PSDB. Teve tudo para ser o grande referencial da socialdemocracia brasileira: quadros, ideias, força eleitoral. Faltaram-lhe os sindicatos e o partido pouco fez para deles se aproximar. Foi-se segurando nas vitórias eleitorais, encastelou-se em São Paulo e deixou de se dedicar ao próprio revigoramento como partido. Fechou os olhos para as oportunidades que se abriram e pouco fez para disseminar sua doutrina pela sociedade. Hoje é uma sombra do que já foi.

Outro caso emblemático é o PT. Amarrou-se de tal forma a Lula, e com tal fervor, que se dispõe a encarar uma terrível desconstrução para salvar a pele do líder. Em vez de avançar como um partido laico e soberano, tornou-se um apêndice do lulismo. Mesmo os que resistem a essa entrega suicida não conseguem escapar dela, e terminam por legitimá-la: para eles, salvar Lula é um postulado ético decorrente do "golpismo" que afastou a esquerda do poder. Parecem estar convencidos de que Lula é o porto seguro da esquerda. Ao fazerem isso, escamoteiam a conturbada relação do ex-presidente com a própria ideia de esquerda, tratando o fato como coisa secundária. De passo em passo, vão contribuindo para desgastar o partido, justamente eles que dizem querer salvaguardar um patrimônio.

Os dirigentes oficiais, por sua vez, defendem Lula por não terem outra opção e, também, para se protegerem a si próprios: querem ver se é possível pegar carona na popularidade de Lula para eleger uma bancada e não desaparecer. Quanto mais demoram, porém, para por em marcha um plano B, mais riscos correm de não conseguir nada e de terem, no futuro próximo, de explicar aos

militantes como conseguiram, em tão pouco tempo, destruir o que parecia ser um rochedo indestrutível.

Um terceiro caso, mais recente e atual, é o PSOL. Sabe-se que organizações de esquerda se fortalecem na medida em que conseguem ter vida interna vigorosa. Construir um partido é mais importante, para elas, do que ganhar uma eleição. O PSOL é um partido ideológico, não eleitoral, e até hoje honrou essa tradição. Disputou eleições para perdê-las, confiando que o retorno organizacional seria valioso. Bem ou mal, foram fixando a legenda no imaginário político do país.

## Nas entrelinhas: Execução foi recado

Publicado em <u>16/03/2018 - 13:24</u> Luiz Carlos Azedo <u>http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-execucao-foirecado/</u>

No Rio de Janeiro, as agências de coerção do Estado foram capturadas pelo crime organizado a partir do seu vértice, num pacto corrupto entre os donos do poder e o crime organizado

O assassinato da vereadora Marielle Franco (PSoI) na noite de quarta-feira, crime que comoveu o país e mobilizou milhares de pessoas no Rio de Janeiro e outras cidades do país, entre as quais Brasília, desafia a intervenção federal no Rio de Janeiro. Não fosse o mandato popular e sua importância na luta contra a violência e em defesa dos direitos humanos, teria a mesma importância dada a outros assassinatos, assim como o de seu motorista Anderson Gomes, também executado. Ou seja, seria apenas um número a mais nas estatísticas de assassinatos não esclarecidos no Rio de Janeiro, estado no qual apenas 11% dos suspeitos de homicídio são denunciados à Justiça.

Marielle e Anderson foram mortos dentro de um carro na Rua Joaquim Palhares, por volta das 21h30 de quarta-feira. Segundo a polícia, bandidos emparelharam ao lado do veículo onde estava a vereadora e dispararam. Marielle foi atingida por quatro tiros na cabeça. A perícia encontrou nove cápsulas de balas no local. Não foi latrocínio, foi execução: os criminosos fugiram sem levar nada. O carro onde estava teria sido perseguido por cerca de quatro quilômetros.

"É triste, muito triste, mas essa condição da morte da Marielle não é uma novidade. Basta ver o que aconteceu com a juíza Patrícia Acióli, assassinada em Niterói por combater PMs corruptos. No Brasil é assim: qualquer um que lute contra a corrupção e defenda os direitos humanos está em risco. E as forças de segurança, é claro, não fazem nada", disse o deputado federal Chico Alencar (PSol-RJ) no velório da vereadora.

As autoridades evitam declarações sobre as razões do crime, mas o assassinato abriu uma disputa política pela agenda da violência, que vinha sendo um monopólio do governo federal desde a decretação da intervenção. Marielle era contra a medida. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, assumiu a responsabilidade de acompanhar pessoalmente as investigações.

## Banda podre

A investigação está a cargo da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil. Não será surpresa se surgir uma versão de que a vereadora foi executada por traficantes. Nos bastidores da intervenção federal, porém, já havia a preocupação com uma possível retaliação da chamada "banda podre" das polícias Civil e Militar. O caso da juíza Patrícia Acióli citado pelo deputado Chico Alencar é exemplar. O assassinato da vereadora, porém, tem todas as características de retaliação política não somente às atividades desenvolvidas por ela contra as milícias e a violência policial. Os mandantes do crime têm plena consciência de que haveria repercussão política nacional e internacional, com poder de desmoralizar o interventor federal, general Braga Neto, e o recémnomeado Jungmann.

Os dois estão na berlinda, depois de um mês de intervenção federal, com assassinatos diários de inocentes em assaltos, confrontos entre traficantes ou destes com a polícia. As operações diárias do Exército na Vila Kennedy, por exemplo, para retirada de obstáculos instalados nas ruas, e que são recolocados durante a noite, já estavam começando a ser ridicularizadas. Foram compensadas pela prisão de um delegado corrupto e a vistoria do Exército num quartel da Polícia Militar. As autoridades federais estão desafiadas a identificar os criminosos e puni-los exemplarmente.

Numa entrevista, o traficante Antônio Bonfim Neto, de 41 anos, o Nem da Rocinha, que está preso na penitenciária federal de Porto Velho, em Rondônia, ao jornal espanhol El Pais, pôs o dedo na ferida ao apontar associação entre o tráfico de drogas e a banda podre da polícia fluminense. Há um "cluster" de negócios nas favelas do Rio de Janeiro, do qual fazem parte as bocas de fumo, os gatos elétricos, as TVs piratas, a distribuição de gás e o achaque aos comerciantes e empreendedores a título de proteção. No Rio de Janeiro, as agências de coerção do Estado foram capturadas pelo crime organizado a partir do seu vértice, num pacto corrupto e perverso entre os donos do poder e o crime organizado. Será duro desalojá-los.

Francisco das Chagas Leite Filho

20:46 (Há 1 hora)

para desenvolviment., hmalave, info, listmaster, media, mediapartners, ofipolitica, RT-US, 'Francisco, BBC, Emb, Embaixada, Embaixador, Helena, Hispan, kiko, Marcia, pal hares-carta., Pensando, RT, SGeral, telesurtv, cruvinel, valterxeu, Xinhua

A festa era de arromba. O filme O Mecanismo, do diretor globista José Padilha, da Netflix, ia divinizar o juiz Sérgio Moro e sua turma por 190 dos 195 países do mundo. Paralelamente, um terceiro golpe contra Temer, com Luis Roberto Barroso à frente, já como ungido para sucedê-lo, monocraticamente, com a supressão da eleição presidencial de 7 de outubro. Mas, eis que ocorre a execução da vereadora Marielle Franco e bota tudo a perder. É o processo social...

https://www.youtube.com/watch?v=6ctUllalLHo

Cordialmente, FC Leite Filho

Veja meu blog: http://cafenapolitica.com.br

\_\_

Se você vir alguma difamação ou atentado à memória de Marielle Franco\*, encaminhe print ou link dos posts para os emails:

evelyn@ejsadvogadas.com.br

dfreitasjuris@gmail.com

## Manifesto Unidade para

Reconstruir o Brasil é lançado no Fórum Social Mundial

ERICKSON WALLA, DE SALVADORPUBLICADO EM 15.03.2018

http://www.grabois.org.br/portal/noticias/154198/2018-03-15/manifesto-unidadepara-reconstruir-o-brasil-e-lancado

O manifesto 'Unidade para Reconstruir o Brasil', elaborado por quatro fundações ligadas a partidos de esquerda que se juntaram para discutir e apontar caminhos para o enfrentamento da crise no Brasil, foi lançado no Fórum Social Mundial (FSM) 2018, em Salvador, nesta quinta-feira (15/03). O lançamento aconteceu no auditório da Reitoria do Instituto Federal de Educação do Estado (IFBA), no Canela, e contou com as presenças dos representantes das quatro fundações.

O documento, que teve o primeiro lançamento no último dia 20 de fevereiro, em Brasília, foi desenvolvido pelas fundações Maurício Grabois (PCdoB), Perseu Abramo (PT), Alberto Pasqualini-Leonel Brizola (PDT) e Lauro Campos (PSOL). A vice-presidente nacional do PDT, Miguelina Vecchio, representou a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini e Edson Carneiro, o Índio, representou a Fundação Lauro Campos, além de Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo. A ex-vereadora de Salvador, Olívia Santana, conduziu o evento em que Renato Rabelo, presidente da Fundação Maurício Grabois (FMG), abriu o debate de lançamento com uma apresentação do manifesto, que, segundo ele, é um "ponto de partida" para o debate entre as forças progressistas.

Renato explicou que o cenário político conturbado que o Brasil vive colocou as fundações diante de um grande desafio: "superar a grave e perigosa crise e ter um projeto de reconstrução do Brasil". O documento representa, então, segundo ele, "um esforço comum em busca de uma base programática convergente", uma espécie de novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

"Um projeto que dê conta dos dilemas atuais. É como um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento mais sistêmico, articulado, tendo como centro convergente

os novos desafios nacionais. Alia progresso social e democracia; relaciona um Estado nacional forte, popular produtivista, soberano", afirmou o presidente da Grabois.

Ainda segundo Renato Rabelo, com a proximidade das eleições, o manifesto serve, também, como um compromisso eleitoral dos quatro partidos envolvidos. "Seria um pacto eleitoral também, no primeiro ou segundo turno. É um trabalho coletivo, que é um ponto de partida, aberto ao diálogo, à discussão. Não acreditamos que seja um documento completo, mas tivemos que dar o primeiro passo".

Na ocasião, Renato também analisou o cenário internacional, e criticou a hegemonia que o capitalismo tem do capital financeiro global, pelo que provoca a imposição da globalização neoliberal e uma nova ordem neocolonial. Essa nova ordem colonial, de acordo com ele, visa impedir o desenvolvimento autônomo de países como o Brasil, que tem se rendido a ela, com o governo do presidente Michel Temer.

"A ordem do governo Temer está atrelada à subordinação ao neoliberalismo e ao domínio neocolonial. As medidas todas são ultraliberais. O governo rompeu o pacto constitucional de 1988, provocando uma ruptura com pactos democráticos. Nunca se viveu um retrocesso tão grande em tão pouco tempo. Cresce o estado de exceção e a Nação está diante de uma encruzilhada", analisou Renato.

## União ideológica

O presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Porchmann, reforçou as críticas ao governo Temer, e lembrou que o Brasil não tem uma tradição democrática, apenas algumas experiências democráticas que são exceção à regra. O manifesto é importante, segundo ele, para perseguir a retomada da democracia no Brasil, o que exige abandonar velhas táticas e apostar em união ideológica.

"A mudança de rumo histórico exige, portanto, uma saída fora das saídas tradicionais. O papel dos partidos políticos é dar esperança ao povo. Esse manifesto é um primeiro passo, e pode ser o último. Para superar esse momento de tragédia, só a nossa união, a nossa organização, o nosso comando. Temos a certeza que esse projeto que está aí [de Temer] não representa o povo".

## Homenagem a Marielle

O lançamento do manifesto também prestou uma homenagem a Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, assassinada na última quarta-feira (14), junto com o motorista. Os participantes do encontro fizeram um minuto de silêncio em memória dos mortos, e condenaram a onda fascista que assola o país.

O representante da Fundação Lauro Campos, Edson Carneiro, que é do PSOL, defendeu a unidade das forças progressistas, também, como um meio de conter o fascismo. "Nós estamos diante de uma situação muito grave e nós, os

movimentos sociais e os partidos de esquerda, temos que criar essa ponte e debater, ainda que com as nossas diferenças", disse.

Renato Rabelo transmitiu solidariedade ao PSOL em nome do PCdoB e acrescentou que, com a tragédia, Marielle Franco se torna um símbolo da luta desses novos e difíceis tempos no Brasil. "Essa companheira é uma mártir da nossa luta, da luta dos que não têm voz".

## Eleições com Lula

O lançamento também serviu para os partidos reafirmarem a defesa do direito do ex-presidente Lula (PT) se candidatar nas eleições deste ano, apesar de cada uma das legendas possuir os próprios pré-candidatos à presidência da República: Manuela D'Ávila (PCdoB), Ciro Gomes (PDT) e Guilherme Boulos (PSOL). Para Renato Rabelo, eleições sem Lula são uma agressão à soberania do voto popular. "Querem impor as condições deles [os adversários] para ir para as eleições".

O apoio ao registro da candidatura de Lula deve ser mais uma manifestação da unidade dos setores progressistas, e uma demonstração da necessidade da luta eleitoral agregar amplos setores, segundo o presidente da Grabois. "Encarar esse grande desafio requer ampliar essa resistência e aglutinar forças. Precisamos aglutinar amplas forças econômicas, culturais e sociais".

## Construção

Miguelina Vecchio, representante da Fundação Alberto Pasqualini-Leonel Brizola, lembrou que o documento é uma construção e está aberto às contribuições, de modo a torná-lo afinado com os anseios populares. "É preciso ampliar o manifesto, para que contemple ainda mais as necessidades do povo brasileiro, especialmente para as mulheres. Essas mudanças que a gente tem propugnado, temos que começar a fazer pelos coletivos, de mulheres e de todas as naturezas", finalizou.

A íntegra do manifesto 'Unidade para Reconstruir o Brasil' pode ser lida AQUI.

## Presidente do STF marca julgamento de habeas corpus

de Lula

http://canaleletroniconews.blogspot.com.br/2018/02/blog-post.html

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, marcou nesta quarta-feira (21/03) a votação de um pedido da defesa do expresidente Luiz Inácio Lula da Silva para impedir preventivamente a sua prisão

quando se esgotarem os recursos contra sua condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O habeas corpus será analisado pelo plenário do STF nesta quinta-feira. Cármen Lúcia anunciou a decisão no início da sessão e usou a urgência do pedido como justificativa.

Leia também: "Caso de Lula pode fazer STF rever prisão após 2ª instância"

Após o anúncio, o ministro Marco Aurélio pediu que sejam julgadas também duas ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs) de sua relatoria que tratam da possibilidade de pessoas condenadas em segunda instância pela Justiça, como é o caso de Lula, começarem de imediato a cumprir suas penas, antes do trânsito em julgado.

As duas ADCs foram liberadas para julgamento em dezembro, mas ainda não foram pautadas. "Fica o apelo que faço como relator para que liquidemos e afastemos esse impasse que só gera insegurança jurídica", destacou Marco Aurélio.

## Condenação

No dia 24 de janeiro, Lula foi <u>condenado em segunda instância</u> a 12 anos e um mês de prisão pelos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) no caso que envolve suspeita de pagamento de propina por meio de um apartamento tríplex no Guarujá.

Logo após a condenação, a defesa de Lula havia entrado com um primeiro pedido de habeas corpus preventivo. Na ocasião, o vice-presidente do STJ, Humberto Martins, negou o pedido em decisão provisória. A defesa recorreu, levando o caso a ser analisado pela 5ª Turma do STJ, que, no início de março, negou novamente a solicitação.

A defesa do petista explorou também a via do STF e no início de fevereiro fez o pedido de habeas corpus ao tribunal, que também foi rejeitado por Edson Fachin. O ministro negou o pedido, mas ao tempo remeteu uma decisão final ao plenário da Corte, que analisará o caso nesta quinta-feira.

Lula também ainda recorre da sentença no próprio TRF-4, mas como a decisão pela condenação no tribunal foi unânime, o pedido da defesa serve apenas para ganhar tempo e esclarecer alguns pontos da sentença, sem possibilidade de mudar o resultado. Em tese, o presidente pode vir a ser preso quando esse procedimento acabar. O tribunal marcou o julgamento do recurso para a próxima segunda-feira.

A possibilidade de prisão ocorre em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2016, que validou a prisão de condenados em segunda

instância, mesmo que ainda existam opções de recursos em instâncias superiores.

#### Em 1964 a esquerda era muito mais forte

Milton Saldanha, jornalista

Até alguns generais golpistas, de 1964, concordavam com a tese: o que tinha acontecido no Brasil não era uma Revolução, como se intitulava o movimento de 1º de abril. Tinha sido uma contra-revolução. Para deter, segundo eles, a ameaça comunista, latente com a Guerra Fria, onde despontavam como focos de tensão os episódios Cuba, na América, e Muro de Berlim, na Europa.

Na minha tese, que vivi aqueles dias intensamente, estudante e iniciando no jornalismo, troco a expressão "ameaça comunista" por processo de politização popular. Que era intenso e presente em todo o País, inclusive em algumas áreas rurais. No Nordeste, com as ligas camponesas do deputado Francisco Julião; no Rio Grande do Sul, com a experiência de reforma agrária do governador Leonel Brizola, no Banhado do Colégio, município de Camaquã, acrescida da pregação intensa que ele fazia, pelo rádio, pela implantação da reforma. Imaginem isso num Estado rural, como sempre foi o Rio Grande do Sul. Vespeiro brabo!

Os trabalhadores tinham organização sindical e força jamais igualada, em momento algum, com amplo domínio de lideranças de esquerda. Destacavam-se os ferroviários, de uma malha que cobria quase todo o território nacional, com várias empresas, estatais e privadas; os portuários e estivadores, pois a cabotagem (navegação costeira, de cargas e passageiros) era extremamente forte; os petroleiros e gráficos. Outras categorias, como os professores do ensino médio, estavam organizadas e faziam greves por reajustes ou pagamentos atrasados.

Em 1961, por exemplo, uma greve geral em São Paulo paralisou mais de 700 mil trabalhadores. Como comparativo, as greves metalúrgicas do ABC, a partir de 1978, com a ditadura consolidada, paralisaram 120 mil trabalhadores. Ainda que nesta última tenham sido só metalúrgicos, o comparativo deixa um saldo de 580 mil trabalhadores a mais em 1961. É muita gente.

Hoje, pouca gente sabe que existia um movimento chamado Frente de Mobilização Popular, com células em todas as cidades e reuniões públicas periódicas, de portas abertas, para o debate das questões nacionais.

No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Nacionalista aglutinava as bancadas populares e progressistas, para o embate com a direita, que era muito forte, tendo maioria em várias legislaturas.

A força popular era tal, que seis meses antes do golpe, em outubro de 1963, o PTB, partido do presidente da República que seria deposto, João Goulart, ganhou as eleições municipais nas principais capitais e grandes cidades. Isso derruba a tese de que o golpe teve amplo apoio popular. Mentira, nunca teve. Mais ainda: pesquisa do Ibope, que não deu tempo de ser divulgada e hoje arquivada na Biblioteca Nacional, no Rio, aponta que Goulart elegeria seu sucessor.

A imprensa, incluindo os meios eletrônicos, era maciçamente de direita e pregava o golpe. Mas havia uma imprensa popular, apoiadora do governo, representada pelo jornal Ultima Hora, sob o comando de Samuel Wainer, com edições diárias no Rio, Recife, São Paulo e Porto Alegre. As forças populares contavam também com A Voz Operária (PCB), Panfleto (do Brizola), Novos Rumos, Brasil Urgente (esquerda católica), entre ouros jornais. E na minha cidade, Santa Maria (RS), onde eu começava carreira jornalística, A Cidade, semanário do lendário jornalista gaúcho Clarimundo Flôres, meu querido mestre. Fundador de A Razão, que até hoje existe, e do Diário do Estado, que faliu e vi da rua, ainda moleque, um guindaste retirando suas possantes linotipos.

Neste cenário de efervescência política intensa, destacavam-se ainda as atividades estudantis, dos secundaristas e universitários, com a UNE. E algo que pouca gente imagina que existisse: um forte movimento de esquerda, aliado a setores legalistas, dentro das Forças Armadas e nas polícias militares. Essa corrente era vertical, tinha de generais, brigadeiros e almirantes, a soldados rasos, com predominância nos suboficiais e sargentos.

No dia do golpe, os sargentos foram dispensados em massa do serviço. Fora aqueles de confiança dos rebeldes, as tarefas ficaram diretamente com os tenentes e capitães. Mas havia muitos oficiais legalistas e as tensões foram enormes dentro dos quartéis, sobretudo nas horas mais cruciais e de indefinição, no dia 1º de abril. A vitória do golpe só começou a se delinear no final da tarde, quando então as adesões das unidades indefinidas começaram a acontecer. Ainda no dia 2 havia focos de resistência e esperanças de uma virada, que não veio.

Brizola, o mais procurado, estava sumido. Soube-se muito depois que ficou escondido em Viamão, ao lado de Porto Alegre. Ele contava com grande prestígio na Brigada Militar, a PM gaúcha, e ainda apostava numa possibilidade de luta. Em seu governo ele tinha reequipado a Brigada e contava com comandos leais na Capital e interior. Exceto em Passo Fundo, para onde o governador Ildo Meneghetti transferiu a sede do governo estadual, enquanto Goulart e Brizola, seus adversários políticos, controlavam Porto Alegre. Meneghetti foi um homem honesto e simples. Anos depois de deixar o governo, de vez em quando era visto, com seu terno escuro e guarda-chuva, se deslocando pela cidade em bonde elétrico, como qualquer cidadão.

Goulart, o Jango, como era chamado, deixou o País e foi se exilar na Argentina, mudando-se logo depois para o Uruguai, onde ainda havia democracia e estaria mais seguro. Sua família já estava em Montevidéu, morando provisoriamente num hotel.

Aqui fiz um micro resumo do resumo. Levaria horas descrevendo o cenário da época e apontando suas lideranças, civis, militares e eclesiásticas. Hoje, a esquerda brasileira não é sombra do que foi nos anos 1960. Quem se apavora com o PT, que só representa uma parcela da esquerda, levaria um choque se pudesse voltar no tempo e constatar a força que teve o PTB, somado com as demais forças populares organizadas.

Sem querer ofender ninguém, mas fatos são fatos, não se muda a História, o PT parece brincadeira de criança quando comparado com o que foi a esquerda no Brasil antes de abril de 1964.

Aí veio o desmonte do ensino público gratuito, que era excelente. E a indução da sociedade para o consumo de bens supérfluos, como fonte da felicidade. Repressão, censura, castração do debate, etc.

Isso tudo, queridos, explica o golpe daquele 1964, que durou 21 anos. Eles tinham que deter o processo, com as bênçãos dos Estados Unidos.

O resto foi pretexto. - Milton Saldanha Jornal Dance,

O TEXTO MAIS LONGO, DO AMARAL, UMA VISÃO DA CRISE E DAS POSSIBILIDADES DE MOBILIZAÇÃO DE MASSA. Longa nota introdutória.

Tadeu Valadares

O problema explícito da esquerda que quer virar o jogo iniciado com o golpe de dois anos atrás, a pouca capacidade de mobilizar a massa, fenômeno gerado por tantos anos em que o PT evitou, no sentido forte do termo, o contacto fertilizador com a massa. Agora, o partido está pagando, junto com todos nós, o preço desse estratégico abandono. A fatura surge como mobilização popular fraca, por mais que haja sempre a esperança de que em algum momento esse quadro limitador seja profundamente transformado.

Por enquanto, se algo emergir em termos de resistência popular, o 'basta' como elemento surpresa deverá muito provavelmente ser algo espontâneo, antes que organizado pelos dirigentes. Ou seja, se eclodir, o ato espontâneo, o povo em fusão, será apenas um começo, não o final de um processo, por mais que o objetivo imediato seja apenas tático. Objetivo tático, entendo, é manter viva a candidatura Lula e, com ela, a possibilidade de virmos a ter destino eleitoralmente distinto do imposto a hondurenhos e paraguaios.

Em outras palavras, a sessão que hoje começou no STF e o que vem pela frente traduzem, no fundo mais fundo, a busca tática pelo 'bem estratégico' de curto prazo, Lula como candidato, e, consequência altamente provável, a vitória dos golpeados, chegadas as eleições presidenciais. Com isso, assegurada a volta de boa parte de uma certa esquerda ao Planalto, junto com a sobrevivência de arco esquerdista mais amplo, que ainda patina, que ainda não consegue propor nada de fundamentalmente novo, uma esquerda que se ancora na ideia de, caso eleitoralmente vitoriosa, fazer mais do mesmo, só que a partir de uma nova e pouco explicitada metodologia para a arte de governar, quem sabe superior à precedente.

Mas como esse eventual resultado máximo positivo nas circunstâncias atuais gera efeitos pequenos diante das dimensões do desafio lançado pela crise total, bom não nos enganarmos outra vez. Nada da relação de forças vigente no congresso, na sociedade civil, no mundo do trabalho, na mídia e no judiciário será objeto de transformação substantiva, na hipótese de vitória dos golpeados em outubro vindouro. Também não nos equivoquemos: essa vitória tem algo de miragem, e em muito depende da participação de Lula no processo eleitoral como candidato, não como 'kingmaker'. Por isso continuo bastante cético quanto a vitória em outubro, e mais ainda quanto ao que ela pode nos trazer de concretamente transformador, passado o momento festivo. Talvez esse hipotético sucesso no essencial nos permita ganhar tempo para que o futuro chefe do executivo, vitoriosa a oposição, manobrando com imensa habilidade tática e firmeza quanto aos fins, consiga implementar políticas caracteristicamente de esquerda e, nesse avançar, logre evitar o pior. O pior, todos sabemos o que é, a recaída no autoritarismo sem máscara.

Se o melhor desfecho eleitoral não ocorrer, se Lula não puder ser candidato e se sua função de 'kingmaker não resultar em despejo dos golpistas instalados no Planalto, então, depois de mais uma derrota, terá chegado o tempo longo de repensar ideias, projetos, práticas, teorizações, fundamentos, alianças e tudo o mais que efetivamente conforma uma visão alternativa de mundo brasileiro imbricado no regional e no global. Isso porque derrota em outubro significará que o poder, mesmo o exercido apenas pelo executivo, se afastou de nós para só voltar no longo prazo, esse que não se ajusta a calendários eleitorais e transcende o estrito círculo da política parlamentar. Haverá que reconstruir a esquerda, o que é imensamente fácil de dizer e imensamente difícil de conseguir.

No teatro em que se encena há dois anos tragédia que poderia ser titulada "A queda da casa de Ulisses", o nosso, não o da poética mítica de Homero, hoje se inicia no STF uma espécie de quarto ato, supremamente jurídico-federal, os três primeiros havendo

sido o congressual 'impeachment' de Dilma, a arteira condenação jurídica de Lula em Curitiba e Porto Alegre e, mês passado, a decisão temerário-executiva de intervir no estado do Rio de Janeiro na forma que aparentemente foi sugerida ao presidente golpista por seus mentores palacianos.

Os três primeiros atos da peça se concluíram com previsíveis vitórias golpistas. O quarto ato pode vir a ser a quarta derrota, a depender da decisão do STF. Esse desfecho, se nos for contrário, fechará a janela que queremos deixar aberta, com isso escancarando a porta que levará Lula à prisão ainda neste mês.

Hoje, êxito das forças antigolpistas é algo difícil, mas não impossível, sobretudo quando se leva em conta o que parece estar ocorrendo, uma revisão, pelo Supremo, de suas próprias decisões. A ver.

E para ainda maior dificuldade, mesmo que doravante nossos esforços deem resultados, esses não passarão de soluções provisórias, frágeis, paliativas. Ainda assim, absolutamente claro, soluções parciais são importantes; e passos construtivos, ainda que trôpegos, são essenciais. Mantêm viva a esperança de saída do labirinto que nos afaste dos cenários mais bárbaros que elaboram os que vivem nos pântanos desta nossa crise geral, neles gerando outra vez, com crescente despudor, o que havíamos ingenuamente pensado haver afastado para sempre.

Vitória nossa no STF, seguidas de outras neste período eleitoralmente decisivo, o que se estende até outubro vindouro, funcionarão como freios, relativos mas essenciais, ao processo de implantação de um modelo de economia, sociedade, cultura, política e economia pensado a partir do neoliberalismo como coroamento do individualismo possessivo. A continuiidade eleitoralmente legitimada desse projeto de ponte para o desastre desconhece a realidade que marca a vida de mais de 90% do povo brasileiro. Essa é a nossa tragédia maior.

## Na pauta do STF

<u>Cármen Lúcia anuncia julgamento de habeas corpus de Lula para esta quinta-</u> <u>feira.</u> Com a decisão, o ministro Marco Aurélio desistiu de pedir questão de ordem para obrigar o tema a ser debatido

## Do Facebook de Ana Vilarino:

"Vejo muita gente vibrando e aplaudindo a verborragia lastimável do ministro Barroso endereçada ao ministro Gilmar Mendes. Logo Barroso, o ministro dos punhos de renda, que adora ficar citando o "processo civilizatório" e outro dia teve a ousadia de dizer que o STF é a "vanguarda do Iluminismo". Se alguém não entendeu o que Gilmar respondeu para Barroso, ou seja recomendando que ele feche seu escritório de advocacia, explico. Foi uma ironia para dizer a Barroso, que era advogado da Globo antes de ir para o STF, que pare de

defender os interesses dos Marinho. Não aplaudo o destempero do sedizente iluminista, nem o truculento Gilmar Mendes.

Quanto à ministra Carmen Lúcia, que se recusou a receber Sepúlveda Pertence, mas recebeu Michel Temer em sua casa num sábado de manhã, que deu entrevista para Eraldo Pereira (Globo) para prestar contas sobre a questão da prisão em segunda instância e recebeu hoje em sua casa um grupo anti-petista para o café da manhã, tenho a dizer que não tem autoridade nem estatura moral para presidir a suprema corte do país. O Brasil é o único país do mundo que tem uma TV para transmitir os julgamentos ao vivo, o que só presta para espetacularizar a justiça. Disgusting

Em tempo: não acredito que concedam o Habeas Corpus para Lula amanhã. Não permitirão que Lula fique em liberdade até o trânsito em julgado da sentença condenatória, pelo simples fato de que não permitirão que Lula faça campanha. Tirar Lula da disputa eleitoral é o objetivo do golpe e esse será o serviço prestado pelo judiciário aos clientes do ministro Barroso. - Maria Luiza Quaresma Tonelli"

## Eduardo Dutra Aydos . FBOOK 17 MARÇO.

CHEGOU A HORA DA ENCRUZILHADA. Nesta quinta-feira, a mais alta corte judiciária deste País (que assim denomino, por que já tenho como suspenso o juízo da sua qualificação como "Tribunal de Justiça") vai pronunciar sua decisão mais crucial sob a Constituição de 1988; acórdão que vai decidir pela procedência ou improcedência do habeas corpus preventvo de Luis Inácio Lula da Silva, que nenhum brasileiro, minimamente informado, dotado de elementar bom senso e vacinado contra a febre vermelha de ódio e amoralidade política (que obstaculiza o entendimento, descaminha o conhecimento e promove a truculência dos atos e a tragicomédia da sua fatalidade) está eticamente autorizado a considerar inocente. Da decisão que considerar improcende dito habeas corpus, ter-se-á por decretada a sobrevida do regime constitucional brasileiro e a possibilidade do avanço dos processos, ainda incipientes, da resistência democrática aos desafios da cultura da impunidade, que tem minado a sua institucionalidade. Da decisão que conceder dito habeas corpus e restaurar o condão da impunidade, consubstanciado pela conjunção teratológica do conceito do trânsito em julgado (que implica, meramente, o fim de todos ou quase todos - dependendo de como se entenda e se extenda o instituto da ação rescisória... - os recursos processuais manejáveis, por um réu ou condenado), em conúbio infundado com o conceito de (pre)sunção de inocência, que, obviamente, por constituir-se numa condição de (pré)conhecimento, não pode subsistir ao esclarecimento e confirmação sentencial de todos os fatos probatórios e incriminatórios em segundo gráu de jurisdição: dessa decisão aviltante da própria idéia de Justiça criminal - que implica, sobre quaisquer outros fundamentos e princípios a responsabilidade de impedir que o crime compense

e que, por essa via, se legitime a barbárie no curso do nosso processo civilizatório - resultará, sem sombra de dúvidas ou questiúnculas doutrinárias, o caminho aberto à cidadania brasileira, para a utilização de todos os recursos de resistência civil, legitimados pelos princípios universalmente reconhecidos de guerra justa e justiça na guerra. A procedência do habeas corpus de Luis Inácio e a consequente derrogação do entendimento tardio, mas absolutamente consistente e necessário, da implausibilidade da alegação da presunção da inocência, quando toda a prova da culpabilidade foi devidamente esclarecida e examinada em segundo grau de jusridição, IMPLICA NA VIRTUAL CONDENAÇÃO DO POVO BRASILEIRO À FATALIDADE DA SUA PRÓPRIA SUBMISSÃO AO TERROR INSTITUCIONALIZADO PELA CULTURA DA IMPUNIDADE. Não é lícito esquecer que, contra essa violência institucional armada ou togada os gaúchos se insurgiram na Revolução Farroupilha, e que o sangue derramado pelos Republicanos de Piratini consagrou, na paz negociada da sua reintegração à nacionalidade brasileira, como advertência e condição de não-reinsurgência, a consigna do HINO RIOGRANDENSE: POVO QUE NÃO TEM VIRTUDE, ACABA POR SER ESCRAVO! Como riograndenses e brasileiros, temos o dever de proclamar que a reinstitucionalização da cultura da impunidade, representa a submissão da nossa cidadania a restolhos de má formação congênita da nossa institucionalidade política, cuja página já foi virada, cujas consequências já foram esclarecidas e se tornaram evidentes, de tal forma que, por desrespeito ao nosso passado de lutas, e por violência aos prospectos da nossa institucionalidade republicana e democrática, não podem ser admitidas e muito menos toleradas, sob quaisquer foros ou argumentos de positividade legal ou constitucional.

### Eduardo Dutra Aydos shared a post.

5 hrs ·

CHEGOU A HORA DA ENCRUZILHADA. Nesta quinta-feira, a mais alta corte judiciária deste País (que assim denomino, por que já tenho como suspenso o juízo da sua qualificação como "Tribunal de Justiça") vai pronunciar sua decisão mais crucial sob a Constituição de 1988; acórdão que vai decidir pela procedência ou improcedência do habeas corpus preventvo de Luis Inácio Lula da Silva, que nenhum brasileiro, minimamente informado, dotado de elementar bom senso e vacinado contra a febre vermelha de ódio e amoralidade política (que obstaculiza o entendimento, descaminha o conhecimento e promove a truculência dos atos e a tragicomédia da sua fatalidade) está eticamente autorizado a considerar inocente. Da decisão que considerar improcende dito habeas corpus, ter-se-á por decretada a sobrevida do regime constitucional brasileiro e a possibilidade do avanço dos processos, ainda incipientes, da resistência democrática aos desafios da cultura da impunidade, que tem minado a sua institucionalidade. Da decisão que conceder dito habeas corpus e restaurar o condão da impunidade, consubstanciado pela conjunção teratológica do conceito do trânsito em julgado (que implica, meramente, o fim de todos ou quase todos - dependendo de como se entenda e se extenda o instituto da ação rescisória... - os recursos processuais manejáveis, por um réu ou condenado), em conúbio infundado com o conceito de (pre)sunção de inocência, que, obviamente, por constituir-se numa condição de (pré)conhecimento, não pode subsistir ao esclarecimento e confirmação sentencial de todos os fatos probatórios e incriminatórios em segundo gráu de jurisdição: dessa decisão aviltante da própria idéia de Justica criminal - que implica, sobre quaisquer outros fundamentos e princípios a responsabilidade de impedir que o crime compense e que, por essa via, se legitime a barbárie no curso do nosso processo civilizatório - resultará, sem sombra de dúvidas ou questiúnculas doutrinárias, o caminho aberto à cidadania brasileira, para a

utilização de todos os recursos de resistência civil, legitimados pelos princípios universalmente reconhecidos de guerra justa e justiça na guerra. A procedência do habeas corpus de Luis Inácio e a consequente derrogação do entendimento tardio, mas absolutamente consistente e necessário, da implausibilidade da alegação da presunção da inocência, quando toda a prova da culpabilidade foi devidamente esclarecida e examinada em segundo grau de jusridição, IMPLICA NA VIRTUAL CONDENAÇÃO DO POVO BRASILEIRO À FATALIDADE DA SUA PRÓPRIA SUBMISSÃO AO TERROR INSTITUCIONALIZADO PELA CULTURA DA IMPUNIDADE. Não é lícito esquecer que, contra essa violência institucional armada ou togada os gaúchos se insurgiram na Revolução Farroupilha, e que o sangue derramado pelos Republicanos de Piratini consagrou, na paz negociada da sua reintegração à nacionalidade brasileira, como advertência e condição de nãoreinsurgência, a consigna do HINO RIOGRANDENSE: POVO QUE NÃO TEM VIRTUDE, ACABA POR SER ESCRAVO! Como riograndenses e brasileiros, temos o dever de proclamar que a reinstitucionalização da cultura da impunidade, representa a submissão da nossa cidadania a restolhos de má formação congênita da nossa institucionalidade política, cuja página já foi virada, cujas consequências já foram esclarecidas e se tornaram evidentes, de tal forma que, por desrespeito ao nosso passado de lutas, e por violência aos prospectos da nossa institucionalidade republicana e democrática, não podem ser admitidas e muito menos toleradas. sob quaisquer foros ou argumentos de positividade legal ou constitucional.

# Não aplauda destempero iluminista, nem a truculência, por Maria Luiza Q. Tonelli



Não aplauda destempero iluminista, nem a truculência, por Maria Luiza Q. Tonelli **50** 

QUI, 22/03/2018 - 13:19

## Não aplauda destempero iluminista, nem a truculência por Maria Luiz Quaresma Tonelli

#### em seu Facebook

Vejo muita gente vibrando e aplaudindo a verborragia lastimável do ministro Barroso endereçada ao ministro Gilmar Mendes. Logo Barroso, o ministro dos punhos de renda, que adora ficar citando o "processo civilizatório" e outro dia teve a ousadia de dizer que o STF é a "vanguarda iluminista".

Se alguém não entendeu o que Gilmar respondeu para Barroso, ou seja recomendando que ele feche seu escritório de advocacia, explico. Foi uma ironia para dizer a Barroso, que era advogado da Globo antes de ir para o STF, que pare de defender os interesses dos Marinho.

Não aplaudo o destempero do sedizente iluminista, nem o truculento Gilmar Mendes.

Quanto à ministra Carmen Lúcia, que se recusou a receber Sepúlveda Pertence, mas recebeu Michel Temer em sua casa num sábado de manhã, que deu entrevista para Eraldo Pereira (Globo) para prestar contas sobre a questão da prisão em segunda instância e recebeu hoje em sua casa um grupo anti-petista para o café da manhã, tenho a dizer que não tem autoridade nem estatura moral para presidir a suprema corte do país.

O Brasil é o único país do mundo que tem uma TV para transmitir os julgamentos ao vivo, o que só presta para espetacularizar a justiça.

## Disgusting

Em tempo: não acredito que concedam o Habeas Corpus para Lula amanhã. Não permitirão que Lula fique em liberdade até o trânsito em julgado da sentença condenatória, pelo simples fato de que não permitirão que Lula faça campanha. Tirar Lula da disputa eleitoral é o objetivo do golpe e esse será o serviço prestado pelo judiciário aos clientes do ministro Barroso.

## Paulo Timm FBOOK ·

Durante séculos a Igreja Católica sob o primado de Roma cumpriu o papel de produzir os intectauis "orgânicos" para sociedade. Homens cultos, preparados para a função de guiar não só espiritualmente as pessoas mas também guiar culturalmente o mundo civilizado. Em O VERMELHO E O NEGRO, de Sthendal, ainda se pode perceber o papel do Exército - uniformes vermelhos - e da Igreja - vestes negras - a todos os que desejavam ascender junto às Cortes. A Igreja pagou caro por isso na Revolução Francesa. Os militares, com o desenvolvimento das sociedade mercantis também foram perdendo posição. Hoje as Universidades, no seu vasto amplexo cultural que vai da formação dos gerentes modernos aos críticos do sistema, cumprem a função cultural, outrora da Igreja, associadas aos poderosos meios de comunicação que reverberam mais as assertivas conservadores do que as contestações críticas. Estes novos meios de comunicação de massa fazem a cabeca de todo mundo. O pior, porém, é seu Poder de interferir como um Agente autônomo, fora dos Partidos Políticos, que vão se fossiizando como peças vitorianas, a organização do Estado. Os resultados deste Poder são extensos e profundos. No RS temos dois Senadores oriundos da REDE GLOBO, fora deputados, prefeitos e até Governadores. Remember Brito, o pior governador de todos os tempos, idos e vindouros. A Academia de Letras consegue contemplar no seu seio um reles comentarista, de texto duvidoso e ideias confusas. Agora se descobre, também, que o elegante Doutor Barroso, Ministro do Supremo, ex-adverso do truculento Gilmar Mendes, também foi advogado da GLOBO. E por aí vai. Antes de 64, Brizola, um dia, à vista do Poder do Embaixador americano na vida nacional, proclamou: CHEGA DE INTERMEDIARIOS, LINCOLN GORDON pra Presidente. Talvez tenha chegado a hora de propor um Manirnho, não pra Presidente, que seria pouco, mas para Rei do Brasi. Como diria o JÔ: "Sois Rei...Sois Rei! ". E se terá seguido o conselho do velho Roberto: - "Vai, meu filho, ser Rei do Brasil!.

## A velha 'nova esquerda'

Cresce no País apoio a políticas e candidatos antidemocráticos. Esse filme não tem final feliz

\*SERGIO FAUSTO, O Estado de S.Paulo

23 Março 2018 | 03h00

Guilherme Boulos teve sua candidatura à Presidência recentemente lançada pelo PSOL. Quem o apoia diz que ele representa a "nova esquerda". Só se o critério for etário. Boulos de fato ainda não chegou aos 40 anos e tem adeptos na juventude. Mas seu pensamento é velho. Basta dar uma olhada no que diz e escreve. A quem se dispuser recomendo a entrevista publicada no livro A Crise das Esquerdas (Civilização Brasileira, 2017).

Ali ele faz o elogio das experiências bolivarianas Na sua visão, teriam promovido grandes avanços para as massas populares, em contraste com o reformismo aguado dos governos petistas no Brasil. A explicação para a imensa crise que se abate há anos sobre as mesmas massas populares na Venezuela estaria na perda da liderança política de Hugo Chávez e na consequente falta de condição política para o país avançar na trilha das expropriações de propriedades privadas e controle total da economia pelo Estado, aberta sob o comando do falecido líder. Só uma "ruptura revolucionária" permitiria à Venezuela superar a dependência do petróleo e construir o socialismo do século 21.

Nem lhe passa pela cabeça que a tragédia do país vizinho possa ter alguma relação com a destruição produtiva acarretada justamente pelas medidas que ele elogia. Na Venezuela grande parte da população passa fome porque os governos chavistas dizimaram a agricultura do país e mataram a galinha dos ovos de ouro, a PDVSA, estatal do petróleo, que hoje produz bem menos do que ao início do ciclo "revolucionário". Não há oferta doméstica de alimentos nem dólares para importá-los em quantidade suficiente. Sobre a repressão crescente aos opositores do regime? Nem uma palavra de Boulos. Quanto à Bolívia, nada

a declarar sobre a submissão das instituições do Estado à vontade de Evo Morales. A propósito, o presidente boliviano um mês atrás obteve da dócil Suprema Corte o direito que lhe havia sido negado no ano passado por um referendo popular em que a maioria disse não à pretensão de Morales de concorrer a um quarto mandato. Mais um líder bolivariano obcecado por eternizar-se no poder.

Ao analisar a situação do Brasil, Boulos repete surrada ladainha sobre as causas da grave crise fiscal que o País enfrenta. A solução consistiria em aumentar a carga tributária e fazer a auditoria da dívida pública sob a suposição de que parte dela se formou por conluio entre o governo e o mercado financeiro e não deveria, portanto, ser paga. Acertar-se-iam assim (perdão pela mesóclise) dois coelhos com uma só cajadada: o problema do desequilíbrio fiscal e da má distribuição da riqueza no Brasil. É um velho engano, que nenhuma liderança política ou economista de esquerda ou de direita, se minimamente preparado, subscreveria.

A carga tributária total no Brasil já é alta (precisa ser mais bem distribuída, para que os ricos paguem mais tributos, mas aumentá-la teria efeitos negativos sobre o potencial de crescimento do País, que deve ser elevado, e não diminuído). Já a dívida pública, cujo tamanho como proporção do PIB está em níveis perigosamente altos, não tem origem espúria. Ela expressa a acumulação de déficits, exercício fiscal após exercício fiscal. Essa tendência deriva em larga medida do aumento recorrente das despesas públicas, em particular da Previdência Social, nos últimos mais de 20 anos. Sim, os gastos públicos devem ser dirigidos prioritariamente às necessidades básicas da maioria da população, mas é embolorada ilusão desconsiderar os limites ao seu crescimento ou supor que dar o calote na dívida pública resolva o problema fiscal. Serviria apenas para desorganizar a economia e reativar a inflação, em prejuízo dos mais pobres.

Boulos é líder de um movimento social expressivo que luta por uma causa justa: o acesso à moradia digna para todos os brasileiros. Os fins, porém, não legitimam quaisquer meios para alcançá-los. Ele justifica as invasões com base na função social da propriedade, conceito presente na Constituição brasileira. A questão é quem define se esta ou aquela propriedade está a cumprir sua função social ou não.

Apoiado na Constituição, o líder do MTST poderia usar sua capacidade de mobilização para demandar ao Ministério Público, ao Judiciário, a parlamentares e governantes ações e programas de reforma urbana que atacassem os mecanismos de produção e reprodução da desigualdade social nas cidades. Ele, porém, optou por outro caminho, e não é ocasional que o tenha feito. A arregimentação de pessoas pobres em torno do objetivo de invadir para conquistar o direito à moradia é instrumental à sua estratégia de "construção de um poder popular" que, por acumulação de forças com outros movimentos, levará, acredita, à ruptura revolucionária em algum momento futuro. Pela mesma razão, Boulos sustenta a importância de ações de bloqueio de vias públicas. Ao inebriado revolucionário pouco se lhe dá a consequência dessas ações para a vida das pessoas comuns.

Na perspectiva da acumulação de forças rumo à ruptura revolucionária, a violência é uma necessidade histórica que se impõe cedo ou tarde. Essa ideia tem mais de um século e está no cerne do marxismo-leninismo. Na América Latina, ela se expressou ao longo dos últimos anos na formação de milícias bolivarianas armadas pelo governo chavista. Hoje seus grupos mais truculentos, os chamados "coletivos", se dedicam a intimidar, espancar e, não raro, matar os opositores do regime, em nome da "revolução".

O Brasil não é e não será a Venezuela. O perigo aqui é outro. Ante o fantasma da desordem social, que grupos de direita sabem explorar, com a ajuda

involuntária de discursos irresponsáveis de parte da esquerda, cresce na sociedade o apoio a políticas e candidatos antidemocráticos. Quem já leu ou viveu o suficiente conhece o fim desse filme. E ele não é feliz. Importa evitar que se repita.

http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,mais-um-apagao,70002238802

\*SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO FHC.
COLABORADOR DO LATIN AMERICAN PROGRAM DO BAKER
INSTITUTE OF PUBLIC POLICY DA RICE UNIVERSITY

## A ESQUERDA OU AS ESQUERDAS?

Aldemario Araujo Castro FB Acesso 28 março

.

"O PT de Lula se associou ao PMDB de Temer. Juntos, operaram o mecanismo. Desviaram bilhões de dólares dos cofres públicos. Petrobras, Belo Monte, Eletrobrás, BNDES. Parasitaram o cidadão. E a esquerda finge que não viu? Sinto muito. A esquerda enlouqueceu e ficou tão hipócrita quanto a direita. Hoje estão todos de mãos dadas: os formadores de opinião da esquerda, Aécio Neves e Temer, torcendo para que o STF revoque a prisão em segunda instância" (José Padilha

- https://oglobo.globo.com/.../jose-padilha-ironiza-boicote-net...).

Padinha, o cineasta, não o ministro, está 50% certo. Lula e a maioria do seu PT, assim como Temer e a maioria do seu MDB (ou PMDB), a maioria do PSDB, do DEM, do PP, do PTB e outros nessa linha não ficam de fora, operaram os mais vis esquemas políticos nos últimos 30 (trinta) anos. Os dados, as informações, os indícios e as provas são ACACHAPANTES.

O equívoco de Padilha, e de uma multidão de pessoas no Brasil, está em identificar UMA esquerda e UMA direita. Esses campos políticos não são homogêneos. Existem várias esquerdas e várias direitas. A realidade social não comporta maniqueísmos (o bem contra o mal, a esquerda contra a direita, etc). A realidade é muito mais complexa. Entre o branco e o preto existem mais de cinquenta tons de cinza.

Na minha opinião, Lula não é de esquerda. Lula é Lula. Trata-se de um projeto de poder pelo poder baseado em corrupção e na traição dos interesses populares. Existe algo mais significativo do que a "Carta ao Povo Brasileiro" (leia-se aos banqueiros brasileiros) e a nomeação de Meireles, recém-eleito pelo PSDB, como Presidente do Banco Central? Se for enquadrado no campo da esquerda, é apenas uma das esquerdas (uma das piores vertentes, diga-se de passagem).

Sou partidário da tese da necessidade da derrota político-eleitoral de Lula e Cia nas urnas e na arena da atuação política. Não votarei em Lula, se for candidato. Não votarei no primeiro turno. Não votarei no segundo turno (mesmo que o adversário seja Bolsonaro).

Aliás, merecem todo repúdio os ataques a tiros à caravana de Lula. Assim como mereceria repúdio ataques dessa natureza a Bolsonaro ou qualquer outro candidato. Ideias, projetos e candidaturas devem ser combatidas no campo da ação política civilizada e democrática (debate, voto, etc).

A propósito, não vou cancelar a minha assinatura do NETFLIX (nem que façam uma série sobre a barbárie na política, ou seja, sobre a família Bolsonaro).

## E nós, pra onde vamos?

O sinal que mais se levanta hoje no Brasil é o sinal de interrogação. Para onde vai? William Waack, O Estado de S.Paulo

29 Março 2018 | 03h00

Não tem nada mais difícil para quem está envolvido com o noticiário do dia a dia político do que entender o rumo de mudanças à medida que elas ocorrem. Já passei por isso, entre outras ocasiões, cobrindo a queda do Muro de Berlim, em 1989. Quarenta dias antes do evento eu estava lá, na Alemanha Oriental, reportando sobre as manifestações e fugas em massa do regime comunista. E não imaginava que faltava só pouco mais de um mês para aquele mundo todo acabar de vez. Foi só depois do muro derrubado que tudo aquilo que já era visível ficou tão claro, tão óbvio, como o caminho que levava a uma revolução.

Crises graves, e o Brasil vive uma, têm características em comum: a velocidade dos acontecimentos é uma delas (no nosso caso, a rapidez com que fomos de escândalo em escândalo, de delação em delação e, agora, de decepção em decepção). Outro aspecto em comum é a desorientação de elites pensantes (políticas, econômicas ou ambas) — para não falar de vastas parcelas da população — que passam a sofrer de perda de capacidade de "leitura" da realidade, ou seja, de antecipar fatos e suas consequências (bastante evidente nos dirigentes do PT antes do impeachment).

Mas a mais grave característica em comum a grandes crises é a deterioração daquilo que numa sociedade até certo ponto se aceitava, bem ou mal, como algum tipo de autoridade — sobretudo a moral. Avança um fenômeno de percepção negativa, e de perda de confiança, que chegou também a órgãos da Lava Jato, a conglomerados econômicos, à imprensa (especialmente os mais poderosos), a instituições religiosas e, recentemente, de maneira espetacular, ao Supremo Tribunal Federal. O sinal que mais se levanta hoje no Brasil é o sinal de interrogação. Para onde vai?

No Brasil é palpável, embora bastante subjetivo, o generalizado desejo de mudança, a indignação com a corrupção, o clamor por algo diferente – e eu me arrisco a dizer, a vontade também de enxergar alguma ordem (no sentido de direção e estabilidade). Sou obrigado a reconhecer, porém, que nossa história recente exige uma tremenda dose de paciência de todos os que ardem por mudanças. Pois temos o costume (cada um julgue se é positivo ou negativo) da "acomodação".

Na saída da ditadura queríamos Diretas-Já, mas nos acomodamos a esperar o voto direto para cinco anos depois. Nos acomodamos à inflação, que domamos depois de uma década perdida. Nos acomodamos a uma reforma de Estado feita apenas em parte e, com gosto, nos acomodamos ao populismo fiscal irresponsável – e aos encantos de seu marketing executado com dinheiro publico desviado – que precisou de um desastre para ser tirado do poder.

Às vezes parece que para nós, brasileiros, o insustentável (como a violência) é o nosso jeito de ser. Ocorre que esse grande e caudaloso rio querendo mudanças vai se chocar nas eleições em outubro com grandes obstáculos formados por um eleitorado em boa medida apático e desanimado, pelo domínio do aparelho de Estado por grupos corporativos públicos e privados (empresas e partidos), pela percepção de que, no filme de faroeste brasileiro, até o mocinho às vezes só parece querer cuidar do dele. A imagem de grandes quantidades de água em movimento, como algo ao qual ninguém resiste, é uma das mais usadas para descrever mudanças desde que historiadores existem.

Mas morrer na praia é um grande provérbio popular.

## TEMER JÁ PODE PREPARAR A CARTA DE RENÚNCIA

Michel Temer, que usurpou o cargo da presidente Dilma Rousseff por meio de um vergonhoso golpe parlamentar, que arruinou com a economia e a imagem do Brasil, só tem uma saída honrosa, agora que seu principal operador, José Yunes, foi preso pela Polícia Federal: a renúncia; depois da decisão do ministro Luis Roberto Barroso, de mandar prender Yunes e o presidente da Rodrimar, Antônio Celso Grecco, que se beneficiou de um decreto irregular no setor portuário, num dos primeiros esquemas de corrupção pós-golpe, a terceira denúncia contra Temer, inevitavelmente, será apresentada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e o presidente da Câmara, que se coloca como pré-candidato à presidência, não terá como não aceitá-la — até porque isso seria um presente para os deputados

29 DE MARÇO DE 2018 ÀS 09:03 // INSCREVA-SE NA TV 247 🚾

**247 –** Michel Temer, protagonista do capítulo mais vergonhoso da história do Brasil, que foi o golpe dos corruptos contra a presidente honesta Dilma Rousseff, já pode preparar sua carta de renúncia. Nesta quinta-feira 29, ele foi encurralado pelo ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que mandou prender seu operador e parceiro imobiliário José Yunes, seu articulador político e também operador Wagner Rossi e o empresário Antônio Celso Grecco, acusado de pagar propinas no porto de Santos.

**PUBLICIDADE** 

Com esse strike, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge fatalmente apresentará a terceira denúncia contra Temer, que escapou das duas anteriores, por corrupção e comando de quadrilha, torrando bilhões na compra de deputados. Com uma terceira denúncia nas mãos, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se coloca como pré-candidato à presidência da República, não terá como rejeitá-la – até porque isso seria um presente para os deputados. Como Temer é rejeitado por 94% dos brasileiros, nada melhor do que degolá-lo antes das eleições.

A ascensão de Maia à presidência também interessa diretamente à Globo e às forças que lideraram o golpe de 2016, porque até agora não conseguiram produzir um candidato competitivo para enfrentar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A aposta é que Maia, com a caneta nas mãos, possa tentar superar o deputado Jair Bolsonaro, que ocupou o espaço da direita brasileira.

<u>Inscreva-se na TV 247</u> e confira o comentário do jornalista Leonardo Attuch:



Professor diz que formação de Moro deve ser investigada

21K

SAB, 22/07/2017 - <u>HTTPS://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/PROFESSOR-DIZ-QUE-FORMACAO-DE-MORO-DEVE-SER-INVESTIGADA</u>

ATUALIZADO EM 22/07/2017 -

Foto: Agência Brasil



**Jornal GGN -** Marcos César Danhoni Neves, professor e pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, publicou artigo na Revista Fórum alertando para a formação do juiz Sergio Moro. Segundo Neves, Moro teria concluído mestrado e doutorado em prazo inferior ao padrão. Além disso, critica as teorias de Deltan Dallagnol no caso triplex.

Neste sábado, Veja publicou reportagem com Rosângelo Moro, esposa do juiz de Curitiba, contando que conheceu a estrela da Lava Jato quando ele tinha "20 e poucos anos", mas já era juiz e dava aulas de Direito em uma universidade.

### Por Marcos César Danhoni Neves

### Na Revista Fórum

Sou professor titular de Física numa universidade pública (Universidade Estadual de Maringá-UEM) desde 2001 e docente e pesquisador há quase 30 anos. Sou especialista em história e epistemologia da ciência, educação científica, além de processos de ensino-aprendizagem e análise de discursos.

Orientei mais de 250 alunos de graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de professores in-service. Conto tudo isso, como

preâmbulo, não para me gabar, mas para salientar que li milhares de páginas de alunos brilhantes, medianos e regulares em suas argumentações de pesquisa.

Dito isso, passo a analisar duas pessoas que compõem o imaginário míticoheróico de nossa contemporaneidade nacional: Sérgio Moro e Deltan Dallagnol.

Em relação ao primeiro, Moro, trabalhei ativamente para impedir, junto com um coletivo de outros colegas, para que não recebesse o título de Doutor honoris causa pela Universidade Estadual de Maringá.

Moro tem um currículo péssimo: uma página no sistema Lattes (do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico ligado ao extinto MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia). Lista somente 4 livros e 5 artigos publicados.

Mesmo sua formação acadêmica é estranha: mestrado e doutorado obtidos em três anos. Isso precisaria ser investigado, pois a formação mínima regulada pela CAPES-MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação) é de 24 meses para Mestrado e 48 meses para o Doutorado.

Significa que "algo" ocorreu nessa formação apressada.. Que "algo" é esse, é necessário apurar com rigor jurídico.

Além de analisar a vida acadêmica de Moro para impedir que ele recebesse um título que não merecia, analisei também um trabalho seminal que ele traduziu: "O uso de um criminoso como testemunha: um problema especial", de Stephen S. Trott.

Mostrei que Moro não entendeu nada do que traduziu sobre delação premiada e não seguiu nada das cautelas apresentadas pelos casos daquele artigo.

Se seguirmos o texto de mais de 200 páginas da condenação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e guiando-me pela minha experiência em pesquisa qualitativa, análise de discurso e fenomenologia, notamos claramente que parte significativa do texto consiste em Moro tentar apagar suas digitais, sem sucesso, ao desdizer que agiu com imparcialidade.

Nestas páginas robustas lemos uma declaração clara de culpa: Moro considera a parte da defesa de Lula em menos de 1% do texto total! E dos mais de 900 parágrafos, somente nos cinco finais alinhava sua denúncia e sentença sem provas baseada num misto frankensteiniano de "explanacionismo" (uma "doutrina" jurídica personalíssima criada por Deltan Dallagnol) e "teoria do domínio do fato", ou seja, sentença exarada sobre ilações, somente.

Aqui uso a minha experiência como professor e pesquisador: quando um estudante escreve um texto (TCC, monografia, dissertação, tese, capítulo de livro, livro, ensaio, artigo), considero o trabalho muito bom quando a conclusão é robusta e costura de forma clara e argumentativa as premissas, a metodologia e as limitações do modelo adotado de investigação.

Dissertações e teses que finalizam com duas ou três páginas demonstram uma análise rápida, superficial e incompetente. Estas reprovo imediatamente. Não quero investigadores apressados, superficiais!

Se Moro fosse meu aluno, eu o teria reprovado com esta sentença ridícula e persecutória. Mal disfarçou sua pressa em liquidar sua vítima.

Em relação a outro personagem, o também vendedor de palestras Deltan Dallagnol, há muito o que se dizer. Angariou um título de doutor honoris causanuma faculdade privada cujo dono está sendo processado por falcatruas que o MP deveria investigar.

O promotor Dallagnol não seguiu uma única oitiva das testemunhas de defesa e acusação de Lula, além daquela do próprio ex-presidente.

Eu trabalho em pós-graduações stricto sensu de duas universidades públicas: uma em Maringá e outra em Ponta Grossa. Graças a isso fui contactado por meio de um coletivo para averiguar a dúvida sobre a compra por parte de Dallagnol de apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida em condomínio próximo à UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Visitei os imóveis guiado por uma corretora e me dirigi ao Cartório de Registro de Imóveis da cidade. Após algumas semanas, a resposta: os dois apartamentos modestíssimos, destinados a gente pobre, tinham sido adquiridos pelo Promotor e estavam à venda com um lucro líquido em menos de um ano de aquisição de 135 mil reais.

Reuni o material e disponibilizei para a imprensa livre (aqui a matéria do DCM). O promotor teve que admitir que comprou os apartamentos para ganhar dinheiro na especulação imobiliária, sem resquícios de culpa ou de valores morais em ter adquirido imóveis destinados a famílias com renda de até R\$ 6.500,00 (Deltan chegou a ganhar mais de R\$ 80.000,00 de salários – além do teto constitucional, de cerca de R\$ 35.000,00; e mais de R\$ 220.000,00 em suas suspeitosas palestras).

Bom, analisando os discursos de Dallagnol, notamos claramente a carga de preconceito que o fez construir uma "doutrina" de nome exótico, o "explanacionismo", para obter a condenação de um acusado sem prova de crime.

Chega a usar de forma cosmética uma teoria de probabilidade – o bayesianismo – que ele nem sequer conhece ao defender a relativização do conceito de prova: vale seu auto-de-fé a qualquer materialidade de prova, corrompendo os princípios basilares do Direito.

Como meu aluno, ou candidato a uma banca de defesa, eu também o teria reprovado: apressado, superficial e sem argumentação lógica.

Resumindo: Dallagnol e Moro ainda vestem fraldas na ciência do Direito. São guiados por preconceitos e pela cegueira da política sobre o Jurídico.

Quando tornei-me professor titular aos 38 anos, eu o fiz baseado numa obra maturada em dezenas e dezenas de artigos, livros, capítulos, orientações de estudantes e coordenações de projetos de pesquisa.

Infelizmente, estes dois personagens de nossa República contemporânea seriam reprovados em qualquer universidade séria por apresentar teses tão esdrúxulas, pouco argumentativas e vazias de provas. Mas a "Justiça" brasileira está arquitetada sobre o princípio da incompetência, da vilania e do desprezo à Democracia.

Neste contexto, Moro e Dallagnol se consagram como "heróis" de papel que ficariam muito bem sob a custódia de um Mussolini ou de Roland Freisler, que era o presidente do Volksgerichtshof, o Tribunal Popular da Alemanha nazista. Estamos sob o domínio do medo e do neo-integralismo brasileiro.

\*Marcos César Danhoni Neves é professor titular da Universidade Estadual de Maringá e autor do livro "Do Infinito, do Mínimo e da Inquisição em Giordano Bruno", entre outras obras

#### Me chamo Democracia e peço socorro no Brasil

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/30/actualidad/1522425261 440624.html

Uma crônica sobre as balas que mataram Marielle, provocaram a chacina de Maricá e atingiram a caravana de Lula. Votaremos em outubro?



Protestos contra a caravana de Lula no sul do Brasil. ERALDO PERES AP

## XICO SÁ

30 MAR 2018 - 22:41 CEST

Meu nome é Democracia, dizem que nasci na Grécia, e <u>não ando passando</u> <u>muito bem no Brasil</u>ultimamente. Logo aqui, onde sou sempre adolescente e vivo espremida entre um golpe e outro. Na maca, jogada nos corredores de hospitais de guerra, clamo por ajuda. Mesmo que o tom pareça piegas -viva a pieguice honesta-, juro que não é chantagem: ou cuidam desta jovem em farrapos ou deixo <u>o país das Desigualdades Eternas</u> antes das <u>eleições de outubro</u>. As balas, nada perdidas, <u>alvejam Marielle, Anderson</u> e os <u>cinco meninos do rap de Maricá</u>, Rio de Janeiro: Sávio Oliveira, Mateus Bittencourt, Matheus Baraúna,

Marco Jhonathan e Patrick da Silva. Há uma gota de sangue em cada rima no conjunto habitacional Carlos Marighella.

<u>LEIA MAIS ARTIGOS DE XICO SÁ</u>



Vergonha da desigualdade

Vale tudo para tirar o Sapo Barbudo do jogo

Meu nome é Democracia, meu idioma de nascença é o grego, mas agora falo na mais popular língua portuguesa do rapper Projota: "Gente sem voz, povo acuado e fragilizado, até quando??? Até quando???" As interrogações se multiplicam no meu juízo. Quem matou, quem mandou matar, meu nome é Democracia e isso diz muito a meu respeito nos Tristes Trópicos.

Oxigênio, por favor, direto para o balão da tolerância, não consigo respirar por aparelhos do autoritarismo nessa hora de intervenções militares e uma nação customizada com o fetiche verde-oliva. Não tolero atentados, como no episódio dos tiros na caravana do ex-presidente Lula; perco o fôlego diante de ameaças, vide os "recados" recebidos pela família do ministro Edson Fachin etc, para citar apenas os acontecimentos mais recentes. Deixa quieto uma ova.

Sou alérgica a insultos à história, mas, democraticamente, tolero. Repare no que tive que ouvir esta semana, logo da boca dele, o vice que versa, como se fosse a mais legítima das autoridades: 1964 não foi golpe de Estado, o <u>povo se regozijou com o desejo de centralização do poder</u>. Dada a urgência da hora, nem entrarei no mérito da tramoia de 2016 que levou o próprio Temer ao comando.

Meu nome é Democracia e meus tímpanos foram estourados pelos megafones da intolerância. À direita e à esquerda de quem entra no debate, do lado dos jacobinos ou dos girondinos, mortadelas ou coxinhas. Dói como uma pedrada de um inimigo. E vocês sabem como venho aos "trancos e barrancos" por estas plagas tropicalientes -- não custa nada lembrar o título da divertida aula-livro do professor Darcy Ribeiro.

Não sou de ficar de mimimi por qualquer bomba de gás lacrimogêneo, sou à prova de gás pimenta e balas de borracha. Não sou de ficar de mimimi nem gastar meu tempo com *memes*. Os sinais, no entanto, não são para amadores. Espalham por gabinetes, casernas e blogosfera de Brasília que podemos não ter eleições neste 2018. Só cantando aquela do Chico, o mesmo das minhas conterrâneas mulheres de Atenas, para aguentar a barra: "O que será, que será? / Que andam suspirando pelas alcovas / Que andam suspirando em versos e trovas/ Que andam combinando no breu das tocas/ Que anda nas cabeças, anda nas bocas/ Que andam acendendo velas nos becos/ Que estão falando alto pelos botecos/ E gritam nos mercados que com certeza..."

Citando *A boa política* do <u>professor Renato Janine Ribeiro</u>, repito, no mais antigo espírito grego: "A internet não é uma ágora". Está a léguas e léguas submarinas de ser aquela praça em que se reuniam os cidadãos para as decisões importantes. Onde queres ágora, tens <u>a bolha dos algoritmos.</u>

Meu nome é Democracia -na versão brasileira ainda sou uma garotinha- e logo mais terei que ser tolerante com a moçada que comemora o golpe de 31 de março de 1964. Desse bolo não lambo os beiços. Cuidado, caveira, cuidado, veneno.

**Xico Sá**, escritor e jornalista, é autor do romance *Big Jato* (editora Companhia das Letras), entre outros livros.

André Singer, hoje, na FSP:

**ENTRE TIROS E TOGAS** 

André Singer

Houve época em que a palavra tiroteio era usada na crônica política como metáfora. Após o assassinato da vereadora Marielle Franco e dos três disparos que atingiram a caravana de Lula no Paraná a imagem converteu-se em realidade. Nem por isso, a dimensão figurativa deixou de ser usada: o ministro Carlos Marun afirmou, na quinta, que "os canhões da conspiração" outra vez se dirigiam ao Planalto.

Saber se há conspiração e quem a dirige é uma das indagações frequentes destes dias febris. O calibre do projétil que atingiu o presidente da República, no entanto, justifica a expressão ministerial no que se refere ao instrumento bélico que o detonou.

Ao aprisionar 13 pessoas envolvidas em suposto esquema no setor portuário, algumas muito próximas a Michel Temer, a PF (Polícia Federal) e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso arrebentaram outra vez o já danificado casco da nave presidencial.

A autorização do magistrado para as prisões afirma existirem indícios de "concessão de benefícios públicos, em troca de recursos privados", na área, por mais de duas décadas. Segundo a Folha (30/3), desde 2004 investiga-se a suspeita de que Temer tenha recebido propina de empresas dos portos. Diante da potência do tiro, fica mais fácil entender o bate-boca entre Luís Roberto Barroso e o colega Gilmar Mendes uma semana antes dessa Operação Skala, pois o último é sabidamente próximo ao presidente.

Os desdobramentos da ofensiva contra os amigos do Palácio vão depender, agora, da procuradora-geral da República. Raquel Dodge terá que decidir sobre a apresentação de uma denúncia contra Temer. Tendo sido a segunda da lista votada pelos colegas para dirigir o Ministério Público (MP) e aceitado um encontro no Jaburu, fora da agenda e do horário regulamentar, antes da sua posse, com Temer, Dodge se encontra agora sob enorme pressão para demonstrar independência.

Qualquer que seja o alvitre da chefe do MP, o rugido dos canhões que alvejaram a Presidência da República conseguiu esmaecer o barulho em torno do habeas corpus de Lula, a ser votado quarta que vem, e da absurda violência contra a presença do ex-presidente no sul. O Partido da Justiça, no qual Barroso começa a galgar posto de liderança, aprendeu a usar com maestria a arma do escândalo.

O momento exato de colocar as tropas na rua, as acusações objetivamente graves, a ocupação dos espaços noticiosos nos dias politicamente parados da Páscoa, a repercussão em tom de campanha adotada por parcela da mídia. Nada disso ocorre sem extenso planejamento. O problema é descobrir qual a conclusão do roteiro que, entre tiros e despachos, pretendem nos impor

### NENHUMA BALA É PERDIDA

"Ele colheu o que plantou". Foi com esta frase singela que o governador de São Paulo e candidato a presidente da República, Geraldo Alckmin, comentou os tiros que atacaram a caravana eleitoral de um ex-presidente. No que o vice-rei da província de São Paulo foi seguido por outros personagens da fauna política local a repetir análises no mesmo tom.

Reações desta natureza demonstram a explicitação de uma dinâmica de guerra civil que há tempos orienta a vida nacional. Ela vem semanas depois do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, que caminha calmamente para o esquecimento e para a blindagem dos envolvidos. Ela vem meses depois que manifestantes foram recebidos a bala em Brasília enquanto brigavam contra as "reformas" do atual desgoverno.

Mas analisemos o momento de honestidade de quem afirma, diante de balas: "Ele colheu o que plantou". A ideia por trás é que os que acirram conflitos sociais, os que "jogam um lado da sociedade brasileira contra o outro" (como se fosse necessário realmente jogar um lado contra o outro, como se isto já não fosse a situação real desde há muito), não devem reclamar quando são acolhidos a bala. Ou seja, tudo se passa como se não houvesse diferença alguma entre a violência simbólica da política e a violência real da eliminação física do outro.

No entanto, esta diferença existe. Primeiro, devemos falar de violência simbólica porque a política é uma atividade violenta, ela sempre foi e sempre será. Ela é a atividade produzida pela consciência de que nossas sociedades são antagônicas, por isto ela mobiliza continuamente as divisões existentes na vida social, ela as nomeia enquanto os verdadeiros antipolíticos querem escondê-las para melhor perpetuá-las. Eles querem vender a paz, a necessidade de unidade enquanto continuam a guerra social e a acumulação a partir de interesses particulares. Em política, quem fala em unidade normalmente mente, pois a única unidade possível é aquela que reconhece o caráter originário da divisão.

Por isto, a política é indissociável do uso da força da pressão, da paralisação, da resistência, da não colaboração, da desobediência, da revolta. Isto, no entanto, não significa a eliminação física do outro. Significa lutar pela constituição de novas hegemonias e partilhas do poder. Significa destituir o poder de certos grupos e eliminar sua força, o que não significa atirar contra quem questiona seus privilégios (mesmo que este não seja exatamente o caso do ex-presidente Lula, diga-se de passagem).

E nem há, é sempre bom lembrar, linha direta alguma que vá da tensão simbólica em redes sociais à bala.

Neste sentido, as balas que correm nos nossos dias não são consequência de uma maior divisão e antagonismo da sociedade brasileira. Elas são, na verdade, a reação desesperada para tentar barrar tal divisão, para amedrontar os que começam a perceber sua impressionante resiliência. No Brasil, todas as vezes que a consciência dos antagonismos sociais aflora, balas começam a chover e discursos do tipo: "Quem semeia vento, colhe tempestade" retornam. Há um bestiário enorme de discursos desta natureza desde a República Velha: a mesma república da qual a classe política brasileira parece nunca ter saído. Neste sentido, a melhor resposta a tais situações é lembrar que não precisamos

de mais unidade, precisamos de mais divisão, de parar de temê-la e começar a aceitá-la.

Já a estes que gostam de justificar a violência real ou que demonstram uma complacência explícita com ela, talvez seja o caso de lembrar que não há lei nenhuma da física que garanta que balas só correm da direita para a esquerda. Ao que se sabe, a fraca resistência do ar é a mesma dos dois lados. Quem naturaliza ou minimiza atentados, ajuda a abrir a porta para a naturalização de toda forma de reação. No entanto, não me parece que seja este o horizonte que queremos. Seria, por isto, mais prudente parar por aqui.

## No labirinto, sem o fio de Ariadne

#### Tadeu Valadares

"A ave que leva em seu nome os nossos nomes que lhe pertencem."

Carlos Henrique Escobar, "A notícia da ave"

"Lo escuro
es réplica terrible
de lo incierto."
Ida Vitale, "Cada uno en su noche"

Em 4 de abril próximo, o Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) decidirá quanto ao mérito do pedido de habeas corpus em favor de Lula da Silva. A análise preliminar do tema ocupou sua sessão de 22 de março último, sem que qualquer decisão substantiva haja sido tomada. Eventual concessão do remédio jurídico solicitado pelos advogados evitará a prisão do expresidente ao menos até o esgotamento de todas as instâncias recursais. Por outo lado, o indeferimento do pedido ensejará o imediato

cumprimento do mandado de prisão determinado pelo tribunal de segunda instância em 26 de março passado.

A esperada decisão da suprema corte deixa a nação em suspense, ao mesmo tempo em que acentua a divisão da sociedade brasileira, desde dois anos atrás fortemente polarizada em decorrência do golpe midiático e parlamentar que afinal impôs o 'impeachment' a Dilma Roussef.

Se deixarmos de lado os aspectos jurídicos e nos voltarmos para a dimensão política, surge de imediato o principal problema a confrontar a esquerda desde pelos menos 2016: sua escassa capacidade de mobilizar o conjunto dos que, pertencendo majoritariamente às classes populares, e minoritariamente às camadas médias, se opõem ao golpe mas não engrossam as manifestações de rua. Esse fenômeno, que paradoxalmente conjuga rejeição ao estado de coisas imperante com persistente introversão, pede por variadas interpretações, por ensaios hermenêuticos que possam dar conta dessa relativa apatia e de sua algo surpreendente continuidade ao longo do governo Temer.

Para começar a entender esse processo, a principal chave decifradora talvez seja a que vê na sua gênese e permanência o distanciamento que se estabeleceu entre os partidos de esquerda, especialmente o PT, e a massa de seguidores, em decorrência de falha manifesta num dos principais eixos da estratégia lulista de transformação social, política e econômica do país.

Durante os anos em que exerceu o poder executivo, o Partido dos Trabalhadores evitou, no sentido forte do verbo, integrar à sua proposta de 'aggiornamento' a prática de permanente contacto mobilizador seja com suas próprias bases seja com o arco da esquerda que lhe era majoritariamente favorável ao menos de início. Decorrência dessa opção estrategicamente equivocada, desde o golpe de 2016 o partido está pagando, junto com todos os seus aliados e o inteiro universo da esquerda, o alto preço desse incontestável abandono. A fatura surge como mobilização popular fraca, embora a própria dinâmica claudicante do projeto governamental — a temerária ponte para o futuro que se revela a cada dia claro caminho para o desastre — suscite a expectativa de que em algum momento a visível apatia popular venha a ser superada, e multidões tomem as ruas.

Por enquanto, é teoricamente mais fácil imaginar, no relativo à mobilização social e política, que reação popular maciça tenderá a assumir a figura do voluntarismo marcado pelo espontâneo. Em outras palavras, dificilmente a presença do povo que protesta em grande número decorrerá de algo organizado a partir da lógica que racionalmente conjuga meios e fins num tipo de construção de rebeldia ou de desobediência civil que integra o imaginário político dos partidos de esquerda. Essa mesma modalidade de ação contestatória tradicional é no geral compartilhada por sindicatos, pela maior parte dos movimentos sociais reivindicatórios e, em grau menor, pelas frentes de oposição ao golpe.

Mas caso o imprevisível ato espontâneo de massa, na linguagem sartreana a emergência do grupo em fusão, venha a comparecer à história brasileira como resposta ao golpe e à insatisfação crescente com os rumos do governo, esse acontecimento singular provavelmente será o começo de outro tipo de processo, substancialmente diferente do propugnado pela esquerda que foi alijada do poder executivo. A ação do grupo em fusão tende a escapar ao universo do mais previsível e controlável, distanciandose qualitativamente de algo que é mais ou menos induzido, conhecido ou esperado. O grupo em fusão atua em franco desacordo com o esquema de pressão comumente utilizado pela esquerda tradicional, parlamentar ou não.

Se um movimento desse tipo eclodir na sociedade - algo que a inteira história brasileira desconhece, por mais que se invoquem os protestos de 2013 como um seu antecedente próximo e ambíguo -, e caso, a despeito da segura repressão, o impulso se sustentar por tempo significativo, é lógica e historicamente impossível de antemão assegurar que a dinâmica por ele instaurada se aterá ao objetivo tático imediato da oposição. Fundamentalmente, a meta oposicionista se limita, no que mais conta, a manter viva a candidatura Lula e, com ela, num cenário ideal, viabilizar em outubro vindouro a superação do golpe de 2016 pela via eleitoral. Uma saída desse tipo garantiria para os brasileiros algo efetivamente distinto do

destino imposto a hondurenhos e paraguaios pelos respectivos golpes institucionais.

A eclosão de uma revolta de tipo sartreano por definição não se dá a ver na linha do horizonte. Muito menos é discernível no tempo político do aqui e do agora, esse que no caso brasileiro se esgota em sete meses mais. Por outro lado, tendo em conta a moldura mais ampla - marcada pela escassa capacidade de mobilização social e política do arco oposicionista, e pela possibilidade ínfima de o STF decidir que Lula só possa vir a ser preso após decisão de terceira instância — a esquerda e os democratas de várias cores que a ela se aliam persistirão com seu objetivo de curto prazo: assegurar na medida do possível que o líder nas pesquisas eleitorais exerça o direito de se lançar candidato. Vitórias no STF, no relativo ao habeas corpus e à eventual prisão de Lula apenas depois de julgamento em terceira instância, sustentarão por mais tempo a possiblidade de virada no jogo político-eleitoral. O sucesso do líder petista nas presidenciais de outubro passaria a ser fortíssima probabilidade.

Dados o desgaste notório do projeto inaugurado pelo governo Temer e a falta de nomes do MDB e do PSDB que empolguem o eleitorado de centrodireita, desenlace da disputa pelo comando do executivo que favoreça o PT, ademais de assegurar o retorno do partido ao palácio do Planalto, fortalecerá o combalido arco esquerdista como um todo, por mais que a esquerda ainda patine, ainda não consiga propor fundamentalmente novo diante da gravidade e amplitude da crise que submerge o Brasil. Por enquanto, a estratégia oposicionista majoritária parece se ancorar na ideia de - caso vitoriosa em outubro - voltar a fazer o mesmo, só que mais ou melhor. Vale dizer, o mesmo com pequenos ajustes.

Em paralelo, a partir de um canto algo esquecido do tabuleiro, a esquerda anti-sistêmica e antiparlamentar, que há anos elabora crítica permanente do lulismo por ver no PT e em seu líder atualizações esgotadas do varguismo e do nacional-desenvolvimentismo, continua, a partir de sua condição marginal em termos de jogo político efetivo, a refinar sua posição. No mais profundo, essa franja minoritária cifra suas esperanças desmedidas numa

emergência dos que vê como os equivalentes funcionais, no século XXI, da 'classe universal' do século XIX. Esses 'proletários' e sua complexa subjetividade formariam a esquerda que não teme dizer seu nome, os atores ou a ponta de lança desse acontecimento inaugural e taumatúrgico que, ao se concretizar, criaria espaço para mudanças estruturais cujo encaminhamento no limite permitiria a superação do capitalismo brasileiro-cosmopolita, perversa articulação do 'atrasado' com o 'moderno'.

No plano imediato, entretanto, mais urgente levar em conta que o desdobrar deste ano eleitoral, permeado de tantas incertezas, depende do que será o destino de Lula, seja como candidato seja como 'fazedor de rei'. Mas se a proposta petista se cumprir integralmente, a reconquista do poder executivo, a despeito de sua extraordinária importância, não abrirá automaticamente perspectivas de fato animadoras, dadas as dimensões dos desafios que se colocarão para Lula, o PT e a esquerda sua aliada nessa eventual volta ao Planalto.

Alcançado o objetivo eleitoral, a aliança vitoriosa deverá se confrontar – consciente de que estará utilizando sua última chance em muito tempo - com as várias cabeças da hidra chamada crise total. Ao que tudo indica, ainda que o golpe seja contido em outubro próximo, nada na relação de forças vigente no congresso, na sociedade civil, no mundo do trabalho, na mídia e no judiciário, bem como na alta burocracia do estado, será objeto de visível mudança para melhor. A dialética conjuntura-estrutura ou a relação problemática entre diacronia e sincronia continuará desfavorável.

Não nos equivoquemos: se não for obstada "in nuce'" no plano jurídico, essa provável vitória do ex-presidente é hipótese que não se aplica com a mesma força à expectativa de êxito do candidato - ou candidata - de Lula como 'fazedor de rei'. A operação de transferência de votos do líder carismático para o seu 'candidato plano B' é operação muito insegura, tanto mais que o número de votos a serem transferidos se situa na faixa das dezenas de milhões. Sem Lula como candidato, participação de nome de esquerda no segundo turno das presidenciais está longe de ser segura. Por

isso, o chamado 'plano B' tem algo de miragem esperançosa e também de angustiante pesadelo. Também por isso continuo cético quanto às vitórias no STF que permitam manter o maior político brasileiro desde Vargas na atual disputa presidencial. Claríssimo: Lula preso é medida essencial para que o golpe prospere, para que os golpistas inclusive recuperem a legitimidade democrática perdida, o que lhes assegurará a continuação do projeto regressivo ora sendo implantado.

Mas como no campo golpista, em termos de eleições presidenciais, nenhum nome tem força própria, nem mesmo o do desgastado governador paulista, as chances do "candidato plano B", embora precárias, ao menos teoricamente sobrevivem. Seu primeiro grande desafio é chegar ao segundo turno. Caso isso ocorra, e se o outro candidato for o representante máximo do extremismo brasileiro de direita, as chances de vitória do aumentarão. Nesse cenário, a direita que não se confunde com o candidato extremista pagará o custo de votar na oposição ou de anular o voto, após haver reduzido o centro a mera palavra, a simples instrumento retórico.

Se a despeito de todos os obstáculos as forças oposicionistas conseguirem deslocar do poder executivo a aliança golpista que hoje também se encontra algo fragilizada, há que desde já pensar no que poderá ser feito logo a seguir, passado o momento das celebrações.

Talvez a consequência primeira desse hipotético sucesso seja algo mais limitada do que o entusiasmo dos eventualmente vitoriosos possa conceber. Antes que imediatamente ensejar avanços sociais significativos e promover a atualização à esquerda da estratégia econômica conciliatória que rendeu frutos até a crise de 2008 de fato impactar o país, derrotar o golpismo em outubro de 2018 pode gerar algo precioso, mas longe de decisivo. A meu ver, vitória da esquerda significará, no momento inicial do futuro governo, essencial ganhar tempo. Tempo essencial é aquele, indeterminável de antemão, a ser utilizado pelo chefe do executivo para diluir o pior que nos ameaça com crescente força. Para isso, quem quer que ocupe o Planalto em nome da esquerda terá de manobrar com imensa habilidade tática e rara firmeza estratégica.

Ademais, para que esse pragmatismo, talvez apenas a necessidade transformada em virtude, não descambe para outro haraquiri, imprescindível que Lula ou seu vicário consiga conter os riscos imediatos de colapso institucional, sem descumprir o âmago do prometido durante a campanha. A outra cara dessa moeda é o que chamo de o pior que nos ameaça com crescente força. Isso, que também fará parte das cartas do jogo no difícil início do próximo governo, é a recaída no autoritarismo militar sem máscara.

Por outro lado, se o melhor desfecho eleitoral não se materializar, então, depois de mais uma derrota de catastróficas proporções, teremos na verdade ingressado no tempo longo da história, aquele em cujo lento fluxo a esquerda brasileira terá de repensar as matrizes de suas ideias, projetos, práticas, teorizações, fundamentos, táticas, estratégias, alianças e tudo o que efetivamente permita, depois de longo e tenebroso inverno, criar em prazo geracional outra visão de mundo e outro projeto de poder. No seu significado carucial, derrota em outubro significará que o poder, mesmo o exercido apenas a partir do executivo, se afastou para só voltar muito mais adiante.

Nesse período de travessia do deserto que o povo brasileiro talvez esteja condenado a enfrentar, não há Moisés à vista, o que não necessariamente é ruim. Em meio às brumas, clara apenas a tarefa principal, reconstruir a esquerda. Algo imensamente fácil de dizer; algo imensamente difícil de produzir.

Ainda assim, enquanto as chances de sucesso eleitoral de algum modo permanecerem, que fique absolutamente claro: vitória da esquerda decerto permitirá o encaminhamento de soluções parciais, cada uma delas diminuta diante da gigantesca crise. Soluções parciais, sim, serão adotadas. Mas todas se revestem da maior importância porque o país — estado, sociedade, economia, cultura e convívio minimamente civilizado entre cidadãos — se encontra à beira de insondável abismo.

Contra esse pano de fundo, passos construtivos, por trôpegos que sejam, desde que exibam um mínimo de coerência são valiosos. Mantêm viva a esperança de mudança estrutural de longo prazo, explicitada pela visão da esquerda e de todos os democratas de centro que condenaram o golpe ou deles se afastaram. Fortalecem, a despeito de todas as insuficiências, a convicção de que é possível encontrar saída do labirinto que nos afaste dos cenários mais bárbaros, aqueles tramados pelos que vivem nos pântanos do descalabro generalizado.

Pequenos grandes passos e ambição estratégica terão como efeito, espero, criar ou recuperar o entusiasmo indispensável à reconstrução da democracia brasileira hoje em coma, essa que, de 1988 a 2016, havíamos ingenuamente concebido como à prova de golpes.

Vitórias de Lula no STF e o continuado fortalecimento da candidatura ao longo dos próximos sete meses eleitoralmente decisivos funcionarão como freios, relativos em si mesmo, mas conjunturalmente decisivos, ao se contraporem ao processo de implantação acelerada de um modelo de economia, sociedade, cultura e política pensado e executado a partir do neoliberalismo como coroamento do individualismo possessivo.

Se, por outro lado, o resultado das eleições legitimar a continuação da contrarreforma neoliberal, então, a partir de outubro e apesar da incontestável legitimidade eleitoral, a ponte para o desastre inevitavelmente multiplicará os focos e a intensidade da crise geral, sobretudo porque a elite (?) desconhece, em seu Olimpo da concentração de renda, poder, status, riqueza e vassalos, a realidade que marca a vida cotidiana de 90% dos brasileiros. Essa, a nossa tragédia maior.

#### Fora Temer não seria Fora Lula?

http://independenciasulamericana.com.br/2018/03/fora-temer-nao-seria-fora-lula/

#### 30/03/2018 POR CESAR FONSECA

Eventual impeachment de Temer, agora, melaria ou não as eleições de outubro, dado o trâmite do processo em um cenário político em convulsão que os adversários de Lula favorito para ganhar aproveitariam para evitar inevitável derrota, cujas consequências reverteriam as ações dos golpistas em produzir desnacionalização da economia em ritmo acelerado que somente um golpe facilitaria?

#### Presidente bichado

Se a Procuradora Geral da República(PGR), Raquel Dodge, pedir a cabeça do presidente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal e este encaminhar o pedido de autorização à Câmara para processá-lo, o destino do titular do Planalto ficará nas mãos do deputado Rodrigo Maia, candidato do DEM à presidência em outubro.

Caso Maia decida formar comissão para debater o assunto, a fim de levá-lo ao plenário, para deliberação dos deputados e deputadas, essa tramitação, com certeza, se estenderia nos próximos seis meses, no mínimo, se for aprovada abertura do impeachment presidencial.

Temer, nesse período, seria substituído pelo titular da Câmara, o próximo, segundo a Constituição, na linha sucessória, assim como aconteceu com a ascensão de Temer com o afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff, derrubada por golpe parlamentar-jurídico-midiático, em 2016.

Ou seja, tempo suficiente para atropelar o calendário eleitoral.

Adeus à eleição, ou não?

Quem, portanto, sairia perdendo com o Fora Temer, poderia ser Lula, favorito absoluto nas pesquisas, para faturar, com o pé nas costas, a disputa eleitoral.

Quem estaria por trás desse golpe ardiloso?

O favoritismo lulista poderia estar, ainda, mais em alta, depois do atentado dessa semana, no Paraná, quando sua caravana levou balaços dos seus adversários, ora sob investigação da Polícia Federal.

A novidade poderia ser bombeamento eleitoral lulista, se, nesse final de semana, pintar novas pesquisas, tipo DataFolha, que sempre se adianta, nesses momentos, frente aos seus concorrentes, para criar fato político, de modo a pontificarem, no mercado midiático, o site Uol e a Folha de São Paulo.

Os adversários, mais uma vez, entrariam em parafuso.

Hora e vez de Maia?



Que movimento se articula por trás dele nesse momento interessado em melar calendário eleitoral?

O fato é que as circunstancias pioraram, de forma significativa, para Michel Temer, a partir da quarta-feira, diante da solicitação, para prender os amigos dele, pela PGR, Dodge, ao ministro Barroso, do STF, que, automaticamente, atendeu o pedido dela.

Temer estaria envolvido em crime de corrupção e lavagem de dinheiro ao beneficiar-se de propinas, que viriam das empresas favorecidas por decreto por ele assinado em favor de ampliação de prazos de concessões para elas,

atuantes no porto de Santos, como a Rodrimar, cujo proprietário seria seu amigo, junto com outros beneficiados.

Os amigos do presidente teriam atuado na intermediação de dinheiro para favorecê-lo e ao MDB, seu partido, durante campanha eleitoral etc.

A prisão, em clima de espetacularização midiática escandalosa, detonou o presidente, que não teve outra saída senão responder que a escolha dele como alvo decorreu de insatisfação causada pela sua candidatura presidencial, admitida semana passada, tendo como vice provável o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Temer, de um momento para outro, viu, no dia da prisão dos seus amigos, o chão abrir-se debaixo dos seus pés, logo na inauguração do novo aeroporto de Vitória, no Espírito Santo.

O escândalo ganhou proporções tão fantásticas que nem o governador capixaba, Paulo Hartung, dispôs-se a ir à solenidade, para não se queimar, politicamente, diante do seu eleitorado.

A postura de fuga do governador da presença do presidente anunciou, de certa modo, tendência que poderá rolar na próxima semana.

No Congresso, os aliados de Temer repetirão ou não o comportamento de Paulo Hartung?

Quem se habilitará a colocar cabeça para fora, a fim de apoiar o presidente, no momento em que começa campanha eleitoral, com ele sendo massacrado, impiedosamente, pela Rede Globo?

Por tudo isso e muito mais que está obscuro na ação combinada entre Raquel Dodge e o ministro Barroso, defensor de quebrra de sigilo bancário de Temer, é de se perguntar: o Fora Temer, nesse momento, seria ou não um golpe na candidatura Lula, se possibilitar adiamento da eleição presidencial?

Quem luta com unhas e dentes para destruir Lula?

Plim, plim!

# O SANGUE DE MARIELLE, A IMPUNIDADE DAS ARMAS, E A SUPREMA CORTE.

Mauro Santayana – www.maurosantayana.com

(Do blog com equipe) - O tráfico de drogas tem se transformado, em todo o país, nos últimos tempos, em um esquema simbiótico em que policiais corruptos

muitas vezes chantageiam, pressionam, matam e sequestram traficantes e membros de suas famílias em troca de dinheiro e entorpecentes.

Há casos, como no Ceará, em que policiais civis sequestravam traficantes para pedir resgate. No Rio Grande do Norte, pms roubavam de traficantes até mesmo aparelhos celulares. No Distrito Federal policiais militares se passavam por policiais civis e invadiam, com mandatos falsos, casas de traficantes, para depois dividir entre si as "mercadorias" apreendidas. Policiais corruptos de Minas Gerais e do Paraná atuavam em conjunto para a apreensão de "transportes" de drogas e de contrabando.

E em São Paulo, o DENARC ficou famoso pela corrupção e o desaparecimento de drogas apreendidas guardadas em seus próprios cofres, a ponto do traficante colombiano Juan Carlos Abadia ter dito, certa vez, que "para acabar com o tráfico em São Paulo, basta fechar o Departamento Estadual de Prevenção ao Narcotráfico".

Na mão de quem deveria estar do lado da lei, a extorsão virou um grande negócio, que atinge também as prisões.

Todo mundo sabe que não há droga, arma ou celular e, em muitos casos, mulheres que entrem em presídio para visita intima, sem a "licença", anuência ou participação direta e indireta de agentes penitenciários corruptos, que também extorquem detentos em troca de privilégios, "proteção" e benefícios.

A situação chega a ser tão ridícula que se gastam milhões para bloquear sinais de telefonia móvel em presídios - em um caso típico de tirar o sofá da sala para tentar impedir o adultério - quando bastava colocar um pouco de vergonha na cara e controlar com rigor e responsabilidade a entrada de funcionários dos presídios.

Mas só no Rio de Janeiro, além de roubar traficantes, policiais e ex-policiais corruptos extorquem também, massivamente, a população mais pobre.

Nesse estado, a violência policial não está presente apenas na opressão a comunidades de periferia - espaço preferencial para o exercício do achaque de varejo a grupos de traficantes com a cobrança de mensalões ou semanões fixos que já ocorreu de forma fartamente documentada com membros de diversos batalhões da PM em dezenas de favelas - mas também no controle direto de vastíssimos territórios urbanos, especialmente em Niteroi e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Verdadeiras cidadelas que são exploradas, na modalidade atacado, por organizações e milícias formadas por bombeiros e ex-policiais, onde corre solta a cobrança de taxas de "segurança".

A venda ilegal e compulsória de "gatonets" - redes clandestinas de tv a cabo.

A exploração de serviços de vans e de mototáxis.

O monopólio da comercialização de gás de cozinha.

Com a imposição, por meio da violência e da força das armas, de um regime contínuo de terror sobre centenas de milhares de pessoas.

Não há também lugar em que fique mais clara a estreita dependência entre o discurso do medo como pretexto para a necessidade de fortalecimento constante da polícia, os interesses da indústria de segurança privada e os da industria de armas - nacionais e importadas - os programas sensacionalistas de televisão e

a doutrina do proibicionismo de que todos eles dependem direta ou indiretamente.

Considerando-se, obviamente, que se viesse a passar a descriminalização, o futuro desses setores ficaria tão afetado - é preciso, infelizmente, reconhecê-lo - como o das funerárias e cemitérios, por exemplo.

Assim como não há outro lugar em que a politização e a exploração ideológica da questão da segurança pública tenha atingido níveis tão altos.

Graças ao discurso do combate ao tráfico, o Rio é hoje não apenas o grande palco para espetáculos como a "intervenção" federal montada pelo governo Temer, que não levará a nada, já que não atinge a raíz do problema, mas também o território em que se dão os maiores avanços - a pretexto também da demagógica necessidade do combate à "bandidagem" - da direita e da extremadireita no país.

Ainda mais que em São Paulo, a capital fluminense e as áreas que a cercam representam, eleitoralmente, a face mais evidente de um acelerado processo de radicalização da polícia e de quem a defende, mesmo quando alguns de seus membros se envolvem com crimes como a corrupção e o genocídio.

Não por acaso, o Rio transformou-se no espaço preferencial, por meio de centenas de milhares de votos alcançados por candidatos como Jair Bolsonaro, para o avanço do discurso de combate ao crime por internédio, apenas, de ainda mais e mais repressão e violência, e, por extensão, para a consolidação, que vem acoplada a esse discurso, dos mais obtusos fascismo e anticomunismo no Brasil.

Por todas essas razões, é muito difícil classificar o recente assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes, como um crime comum.

Por mais que se trate, ainda, de uma "execução provável" nas palavras da polícia - o que equivale a um verdadeiro escárnio diante das evidências colhidas - e que o atentado que a vitimou tenha sido relacionado às denúncias que estava fazendo sobre o assassinato de jovens negros de periferia e o clima de terror imposto pela polícia sobre certas comunidades cariocas como a do Acari, por exemplo.

Em um país em que foram celebradas por milhares de comentários nas redes sociais, as mortes brutais de Marielle Franco e de Anderson Pedro Gomes foram profunda, descarada e intensamente políticas.

Isso pode ser visto tanto pelos ataques públicos que ela e seu partido receberam nas últimas 72 horas, de personalidades que vão de um comandante da Polícia Militar de um estado do sul do país - embora Marielle tenha sempre defendido e ajudado também famílias de policiais mortos - a uma desembargadora do Rio de Janeiro - que deveria ser acionada pelo PSOL para provar suas acusações - quanto pelas insultuosas observações que reproduzimos abaixo, colhidas rapidamente de apenas duas matérias publicadas em dois diferentes portais da internet brasileira:

- "Vi um vídeo de um discurso dela na Câmara mencionando chacina em favela e defendendo traficantes armados. Não mencionou os quase 120 policiais mortos só nesse ano. Direitos Humanos que só defendem criminosos. Policiais e vítimas civis não tem apoio dessa corja de hipócritas dos "direitos humanos" do qual ela fazia parte."

- -'"Era racista, comunista e pregava a discórdia e ódio entre classes e raças. Foi morta pelos bandidos que sempre defendeu. Tchau."
- "Pelo menos na ditadura não tinha o PSOL... partido defensor de traficantes..."
- "Virou Santa após sua morte ? Quem a apoiava quando estava viva e agindo de acordo com sua convicções ?"
- -"Ela defendia tanto os bandidos, que acabou sendo morta por seus aliados bandidos. Que o direito dos Manos que achem os culpados e não a polícia que ela tanto criticava, pois o Psol não precisa de polícia."
- "Que descanse em paz. Mas não vamos endeusa-la, se é de um partido de esquerda, certamente tem coisas erradas, o passado nos mostrou isso, todos os partidos de esquerda, não medem limites para se chegar ao poder, e depois que chegam ao poder, roubam para se perpetuarem no poder."
- -"Estes partidos de esquerda estiveram no poder por 14 anos, destruíram o país, nos deixando neste ponto que estamos hoje uma terra sem lei, onde o bandido tem todos os direitos e vantagens, enquanto a população de bem só tem o direito de perder seus bens e suas vidas, sem ter a quem recorrer."
- "Temos até ministros, que insistem em não prender após condenação em segunda instância, pois possuem interesses próprio\$, em que os recurso\$ sejam muito\$, para que possam haver muitos advogado\$ amigo\$ envolvido\$ em todo o proce\$\$o ( muito \$\$\$ em toda essa história ).

Agora, sinceramente, não consigo ter a menor compaixão quando algum dos integrantes desta escória de esquerda sofre algum revés, na verdade, fico até contente que sintam na pele o que nós sentimos."

Foi um atentado terrorista com uma conotação claramente política, quase que certamente perpetrado com motivação, ainda que subjacente, também ideológica, como certos internautas da corja acima estão insistindo em negar, como podemos ver pela última opinião que copiamos:

"Parem de falar "violência na política". Está na cara o porquê desses assassinatos. Não têm a ver com política; tem a ver com criminalidade."

Marielle Franco foi assassinada, antes de ser mulher e negra, por ser uma promissora e determinada liderança de esquerda.

Uma jovem liderança que cresceu em um país em que a ideia da aceitação da utilização da justiça como arma política foi nos afastando, a partir de 2006, da normalidade democrática e da disputa civilizada, no Congresso e no ambiente eleitoral, de diferentes correntes e partidos, para enfiar-nos, de golpe em golpe, casuísmo em casuísmo, no caos institucional em que estamos mergulhados agora, com a perspectiva da volta do terror como instrumento de combate ideológico e de eliminação física de adversários políticos que não se consegue derrotar nas urnas.

Um país em que energúmenos defendem todos os dias, às centenas, aos milhares, na internet, em grupos que se autodenominam "opressores", o assassinato, a eliminação e a tortura de gente que pensa como ela.

Sem ser, por isso, incomodados - mesmo praticando crime de ódio, grave ameaça e incitação à violência - por parte do Ministério Público ou do Judiciário,

entre eles membros da Suprema Corte, que - por medo ou conveniência - são igualmente insultados, quando não ameaçados, sem nenhuma reação digna de nota.

Ministros que, anteontem, vieram se lamentar, trágicos e compungidos, na frente das câmeras de televisão, como se seus últimos atos e decisões não fossem tão políticos quanto a morte de Marielle.

Ou não estivessem fadados a interferir no processo eleitoral para fazer com que a mesma impunidade das armas que a vitimou ascenda ao poder no próximo ano.

Espetada na faixa presidencial ou no bolso do colete do terno de um candidato que já afirmou. publicamente, para qualquer um que queira ouvir, que pretende implementar o "excludente de ilicitude" para agentes policiais que matem "em serviço", com o objetivo de impedir o "massacre de agentes de segurança" e proteger a "população de bem" em um país em que a polícia já é a que mais mata no mundo.

Quem dirá, quando ele chegar ao poder, quem é bandido e quem é "gente de bem"?

Pessoas como Marielle Franco, cuja voz foi calada agora e para sempre, pelas balas que a atingiram?

Ou internautas como os que estão fetejando até agora a sua morte, que sairão fortalecidos - e quase certamente ensandecidos - da eventual - e cada vez mais provável - vitória de seu candidato para a Presidência da República?

A morte de Marielle Franco - e de Anderson Pedro Gomes - representam um marco e um alerta - premonitório - principalmente para o Judiciário Brasileiro e a Suprema Corte - do que pode vir a ocorrer com o país se a extrema-direita chegar ao poder graças à indireta e decisiva interferência da justiça - que já se encontra em andamento - no processo político-eleitoral deste ano.

Não se trata, ao abrigo da Constituição Federal e do princípio de ampla defesa, de evitar que certo candidato dispute o pleito.

Mas de não impedir que outros também o façam, concorrendo livre e democraticamente com ele.

O que a Suprema Corte e o país precisam decidir é se o emblemático assassinato - que repercutiu no mundo inteiro - dessa jovem vereadora carioca - a quinta mais votada nas últimas eleições - se transformará em um marco ou em um símbolo.

Em uma razão para que as eleições ocorram normalmente, sem interferências sustentadas por uma condenação furada, politicamente conduzida, baseada em motivos fúteis e até hoje ainda não provados indubitavelmente, que está sendo contestada em todos os quadrantes de um planeta que não considera mais o Brasil uma democracia.

Ou em um símbolo do que nos espera se mortes como a dela - e outras, como a da Juíza Patrícia Acioli - se transformarem, cada vez mais, em um hábito que será repetido com frequencia, de forma contumaz, neste país tomado pela violência e a hipocrisia, a partir do próximo ano.

Quando assassinos covardes que agem hoje na sombra da noite se sentirem autorizados - sem nenhuma necessidade de orientação formal ou oficial de quem

quer que seja - a matar a torto e a direito não apenas os que consideram "bandidos bons" depois de mortos.

Mas também todos aqueles que identificarem, eivados pelo ódio e pelo preconceito, como adversários políticos, depois que certo candidato com quem compartilham da mesma visão ideológica adentrar, devido ao impedimento de seu principal concorrente disputar as eleições, o principal gabinete do Palácio do Planalto.

#### QUEM DÁ AS CARTAS SEM DAR A CARA NO PLANALTO -

"Do Leonardo Yarochewsky:

"A eminência parda (com cargo) do governo Temer. Ou, quem é grande articulador do governo ilegítimo; está por trás da militarização do governo; da intervenção militar no Rio e articula as forças mais retrógradas da nação. Trata-se do chefe do gabinete de segurança institucional, o General Sergio Etchegoyen.

Conheça sua árvore genealógica: o general Alcides Etchegoyen, avô do general Sérgio Etchegoyen, foi o sucessor do funesto Felinto Miller como chefe de Polícia do Distrito Federal na ditadura do Estado Novo. Na democracia, o general Alcides encabeçou a chapa dos entreguistas vitoriosa na eleição do Clube Militar em 1952. E baniu os debates sobre a criação da Petrobrás. Apoiou o golpe contra de JK. (Informações do CPDOC/FGV). а posse O general Leo Guedes Etchegoyen, pai do general Sergio, foi secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, indicado pelos golpistas de 1964, e comandou a repressão no Estado de Leonel Brizola. Durante a ditadura, trabalhou sob as ordens do funesto general Milton Tavares, mentor da tortura nos quartéis do Exército. Foi chefe do Estado Maior do II Exército, quando protegeu e fez elogios oficiais a um notório torturador do DOI-Codi paulista. (Informação da Comissão Nacional O coronel Cyro Guedes Etchegoyen, tio do general Sérgio, foi chefe da seção de Informações e Contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE). também sob as ordens do funesto Milton Tavares. Segundo depoimento do coronel Paulo Malhães, à CNV, Etchegoven era a autoridade do CIE responsável pela Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). (Informações da Comissão Nacional da Verdade).

Espionagem, tortura e violência política estão no histórico militar da família Etchegoyen.

É esse o homem mais poderoso do governo ilegítimo de Michel Temer. Hoje, esteve reunido com o impostor para traçar estratégias, depois de mais lama rodeando o chefe golpista."